



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 11 n. 1 jan./jun. 2010



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:
Prof. Dr. Hemerson Pistori

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Maria Augusta de Castilho
Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Secretário da revista

Antonio Ramos

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauceine da Silva Lima Souza

Revisão de Texto e Traduções:

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: <http://www.se.gov.br/thumb/phpThumb.php?src=/userfiles/arquivos/1931/girassol.jpg&h=550&q=100>

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un. Münster -
Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 11, n. 1 (jan./jun. 2010). Campo Grande: UCDB, 2000.

121 p.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades (www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano (<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London (www.ibss.ac.uk)

Editorial

A Universidade Católica Dom Bosco – UCDB tem por missão promover, por meios de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam no desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o Programa de Pró-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico tem trabalhando no sentido de gerar conhecimento científico por meio de suas atividades acadêmicas, utilizando também o periódico do programa para a disseminação do saber produzido em âmbito endógeno com contribuições exógenas.

No presente ano, o programa apresenta como área de concentração – desenvolvimento local em contexto de territorialidade, tendo com linha de pesquisa 1) desenvolvimento local: cultura, identidade, diversidade e na linha 2) desenvolvimento local: sistemas produtivos, inovação, governança. Assim, convidamos pesquisadores que queiram publicar artigos com os resultados de suas pesquisas voltados para as linhas de pesquisa acima descritas.

Os artigos publicados neste número ressaltam estudos sobre a ruralidade brasileira, meio ambiente, políticas públicas e aspectos teóricos e práticos do desenvolvimento local.

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Luís Antonio Barone e Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida apresentam *Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais*, ocasião em que discutem os dilemas e as con-

tradições das atuais experiências de assentamentos rurais, a partir da trama de tensões gerada entre distintos agentes, estratégias e racionalidades; Cristina Maria Macêdo de Alencar, em seu estudo intitulado *Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local*, identifica na região do agreste a relação entre o rural e o urbano sob influência de ambiente metropolitano por meio de indicadores qualitativos de ruralidade metropolitana; Marta Regina Brostolin e Simone Figueiredo no artigo *Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no Ensino Superior em Mato Grosso do Sul*, abordam o cenário da Universidade Católica Dom e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que a partir de 2003, instituíram uma política de cotas e de bolsas para os povos indígenas de MS;

Sílvia Regina Fernandes Volanova, José Franklim Chichorro e Carlos Alberto Simões de Arruda, na pesquisa nominada *Disposição a pagar pelo uso de unidades de conservação urbanas: parque da cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT* abordam a disposição dos usuários a pagar pelo uso das unidades de conservação urbana, caracterizando também o perfil desses mesmos usuários via entrevistas; Flávio Luís Hilário Rego, Antonio Jacó Brand, Reginaldo Brito da Costa, no artigo *Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local*, inferem que a recuperação da vegetação remanescente em área Kaiowá e Guarani só foi possível graças à integração de esforços de moradores locais e órgãos parceiros; Ednilse Maria Willers, Lucir Reinaldo Alves e Edson Belo Clemente de Souza, no artigo *Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007)*,

analisam o fenômeno da desterritorialização e o impacto que o êxodo populacional ocorrido provocou na economia do município.

Quanto aos artigos sobre políticas públicas destacam-se dois aspectos: o primeiro de Geverson Grzeszczyszyn e Hilka Pelizza Vier Machado retrata as *Políticas públicas para o desenvolvimento local: o caso de fomento às indústrias de móveis de Guarapuava, Paraná*, cuja pesquisa teve como base principal as indústrias de móveis da cidade de Guarapuava, no estado do Paraná; o segundo, de autoria de Onivaldo da Rocha Mendes Filho, Angelo Brás Fernandes Callou e Maria Salett Tauk Santos sobre *Políticas públicas e extensão pesqueira em Cabedelo, Paraíba*, analisa o cotidiano das pessoas que trabalham com a pesca no local.

A seção teoria e prática de autoria de Gaëtan Tremblay e Marcelo Marinho, intitulada *A Brazil-Quebec joint venture on universities and participatory development*, estabelece modos de se alimentar o desenvolvimento de um programa de desenvolvimento local, oferecer um projeto de intervenção, assim como também projetos de investigação que visam à melhoria das condições de vida das comunidades urbanas no Nordeste brasileiro.

Agradecemos a todos os pareceristas *ad hoc* que colaboram com este exemplar da INTER.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais	9
Controverses of the development of rural settlements in São Paulo: production for biofuels and the alternatives of municipal programs	9
<i>Des controverses relatives à les Assentamentos Ruraux établis dans l'État de São Paulo-Brésil: la production des biocarburants vis-à-vis aux propositions alternatives concernant des programmes municipaux de développement socio-économique</i>	9
Controversias del Desarrollo de los Asentamientos Rurales en São Paulo: producción para los biocombustibles y las alternativas de programas municipales	9
FERRANTE, V.L.S.B. BARONE, L.A. ALMEIDA, L.M.M.C.	
Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local	23
Metropolitan Rurality in the dynamic territorial local	23
<i>Ruralité Métropolitaine dans la dynamique territoriale locale</i>	23
La ruralidad metropolitana en la dinámica territorial locales	23
ALENCAR, C.M.M.	
Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul	33
Education and sustainability: the future of the indigenous peoples in higher learning in Mato Grosso do Sul	33
<i>L'éducation et la soutenabilité: l'avenir des peuples indigènes dans l'enseignement supérieur à Mato Grosso do Sul</i>	33
Educación y sostenibilidad: el porvenir de los pueblos indígenas en la enseñanza superior en Mato Grosso do Sul	33
BROSTOLIN, M.R. CRUZ, S.F.	
Disposição a pagar pelo uso de unidades de conservação urbanas: parque da cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT	43
Disposition to pay for the use of urban conservation unit: Mãe Bonifácia city park, Cuiabá-MT	43
<i>Disposition à payer par l'usage d'unités d'entretien urbaines: parc ville Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT</i>	43
Disposición a pagar por el uso de las unidades de conservación urbanas: parque de la ciudad Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT	43
VOLANOVA, S.R.F. CHICHORRO, J.F. ARRUDA, C.A.S.	

Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local	55
Genetic resources, biodiversity, traditional knowledge Guarani Kaiowá and local development	55
<i>Ressources génétiques, biodiversité; savoir traditionnel Kaiowa et Guarani; développement local</i>	<i>55</i>
<i>Recursos genéticos, biodiversidad, conocimiento tradicional Kaiowá y Guarani y el desarrollo local</i>	<i>55</i>
REGO, F.L.H.	
BRAND, A.J.	
COSTA, R.B.	
Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007)	71
Territorial dynamics in the city of Terra Roxa, state of Paraná (1970-2007)	71
<i>Dynamiques territoriales dans la municipalité de Terra Roxa-PR (1970-2007)</i>	<i>71</i>
<i>Dinámicas territoriales en el municipio de Terra Roxa-PR (1970-2007)</i>	<i>71</i>
WILLERS, E.M.	
ALVES, L.R.	
SOUZA, E.B.C.	
Políticas públicas para o desenvolvimento local: o caso de fomento às indústrias de móveis de Guarapuava, Paraná	81
Public policy for the local development: the case of incentive to the furniture industries of Guarapuava, Paraná	81
<i>Políticas públicas para el desarrollo local: el caso para alentar a las industrias de muebles en Guarapuava, Paraná</i>	<i>81</i>
<i>Politiques publiques pour le développement local: le cas d'encouragement aux industries de meubles de Guarapuava, de Paraná</i>	<i>81</i>
GRZESZCZESZYN, G.	
MACHADO, H.P.V.	
Políticas públicas e extensão pesqueira em Cabedelo, Paraíba	93
Public policy and fishing extension in Cabedelo, Paraíba	93
<i>Politiques publiques et l'extension de pêche à Cabedelo, Paraíba</i>	<i>93</i>
<i>Las políticas públicas y la extensión pesquera en Cabedelo, Paraíba</i>	<i>93</i>
MENDES FILHO, O.R.	
CALLOU, A.B.F.	
SANTOS, M.S.T.	
Teoria e Prática	
A Brazil-Quebec joint venture on universities and participatory development	103
MARINHO, M.	
TREMBLAY, G.	

Artigos

Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais
Controverses of the development of rural settlements in São Paulo: production for biofuels and the alternatives of municipal programs

Des controverses relatives à les Assentamentos Ruraux établis dans l'État de São Paulo-Brésil: la production des biocarburants vis-à-vis aux propositions alternatives concernant des programmes municipaux de développement socio-économique
Controversias del Desarrollo de los Asentamientos Rurales en São Paulo: producción para los biocombustibles y las alternativas de programas municipales

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante*

Luís Antonio Barone**

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida***

Recebido em 2/3/2009; revisado e aprovado em 2/12/2009; aceito em 20/2/2010

Resumo: Este artigo discute os dilemas e as contradições das atuais experiências de assentamentos rurais, a partir da trama de tensões gerada entre distintos agentes, estratégias e racionalidades. Analisa as alternativas controversas à integração no sistema produtivo agroindustrial do biodiesel e as perspectivas de programas municipais dirigidos a assentados e pequenos produtores. Discutem-se as possibilidades dessas opções para o presente/futuro dessas experiências, em duas regiões, com perfis diferenciados de desenvolvimento regional.

Palavras-chaves: Assentamentos Rurais. Biocombustíveis. Políticas de Desenvolvimento Rural.

Abstract: This paper discusses the dilemmas and the contradictions of the current experiences of rural settlements, based on the net of tensions which are generated among different agents, strategies and rationalities. It analyzes the controversial alternatives to the integration in the agroindustrial productive system, of the biodiesel and the perspectives of municipal programs directed to rural settlers and to small producers. It discusses the possibilities of these options for the present/future of these experiences in two regions with different profiles of regional development.

Key-words: Rural Settlements. Biofuels. Rural Development Poli.

Resumen: Este artículo discute los dilemas y las contradicciones de las actuales experiencias de asentamientos rurales, a partir de la trama de tensiones producida entre distintos agentes, estrategias y racionalidades. Analisa las alternativas controversas a la integración en el sistema productivo agroindustrial, del biodiesel y las perspectivas de programas municipales dirigidos a asentados y pequeños productores. Se discute las posibilidades de esas opciones para el presente/futuro de esas experiencias en dos regiones con perfiles distintos de desarrollo regional.

Palabras clave: Asentamientos rurales. Biocombustibles. Políticas de Desarrollo Rural.

Résumé: L'objectif de notre texte est de mettre en discussion les dilemmes construits à partir des expériences relatives à les *Assentamentos Ruraux* et leur agencement en tant que tensions sociales engendrées par des agents et leurs stratégies et rationalités distinctes. Il s'ensuit qu'on fait l'analyse juste à l'actualité des alternatives polémiques à propos de l'intégration dans le système agro-business productif du biodiesel par rapport aux programmes socio-économiques municipaux vers directement les *assentados* et les petits producteurs. Nous en présentons quelques-unes des possibilités pour le présent / futur dans deux régions dont leur profil est tout à fait différent.

Mots-clés: Biocarburants. Politiques pour le Développement Rural. *Assentamentos Ruraux*.

1 Um itinerário de questões polêmicas

A luta pela terra e a consequente política de assentamentos rurais desenvolvida no Estado de São Paulo nos últimos 20 anos tem colocado, tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos e população assentada, questões e desafios no desenvolvimento

de experiências de democratização do acesso à terra na unidade mais modernizada da federação. Paralelamente, o setor agroindustrial ligado à produção de açúcar e álcool combustível (etanol) tem, neste Estado brasileiro, sua base mais importante. A presença constatada da cultura agroindustrial da cana-de-açúcar nos Projetos de Assentamentos (P.A.s)

* Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniará). E-mail: mestrado@uniara.com.br.

** Professor Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP - Presidente Prudente-SP. E-mail: laborone@uol.com.br.

*** Pesquisador do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Uniará, Araraquara-SP. E-mail: manoel77@yahoo.com.br.

paulistas constitui um dilema que expõe o futuro destas experiências de Reforma Agrária a controvérsias de natureza diversa, o que exige um olhar atento e crítico sobre esta trajetória.

Igualmente, registra-se que, atualmente, a produção para fornecimento às indústrias de biocombustíveis acontece em duas regiões do Estado – região Nordeste e região Oeste (esta última mais conhecida como Pontal do Paranapanema). Embora ambas contem com a produção de cana-de-açúcar agroindustrial, apenas no Pontal foi implantado um projeto de produção para o biodiesel.

As duas alternativas, polêmicas, exigem um cuidadoso acompanhamento em face dos bloqueios e perspectivas que se apresentam para os assentamentos (MEDEIROS e LEITE, 2004), as trajetórias, tanto dos trabalhadores quanto da expansão da cana de açúcar – e de culturas para a produção de biodiesel – no interior dos assentamentos ganham uma maior inteligibilidade a partir da leitura das tramas de tensões das quais são partes constitutivas. A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Nos termos em que essas relações de parcerias vêm se concretizando, este trabalho vai discutir a necessidade de desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social e a importância de submeter ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, bem como a construção possível de uma agenda de políticas públicas de segurança alimentar e da produção de biodiesel pautada nos princípios da produção agroecológica, na valorização da produção regional e na inclusão social de produtores familiares assentados e trabalhadores rurais.

Os assentamentos rurais, experiências inovadoras na gestão do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições

e possibilidades de uma certa agricultura familiar perante o poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo. Nestes, os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Essa ambiguidade está bastante presente nas distintas maneiras pelas quais usinas, órgãos técnicos, agências de mediação e trabalhadores assentados se posicionam na discussão e no encaminhamento das ações no tocante a plantar ou não plantar cana ou oleaginosas para as agroindústrias.

As alternativas que envolvem a aceitação ou a recusa em plantar cana para usinas têm que ser surpreendidas como parte das relações complexas que envolvem assentados, as instâncias do poder local, a economia regional e as agências de mediação. Este conjunto, no entanto, tem que ser pensado de uma perspectiva político-social integradora, não unicamente por uma determinação econômica. Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais, os quais têm como referência, neste artigo, duas regiões do Estado de São Paulo, diferenciadas em suas relações e em sua dinâmica.

2 Fragmentos da caracterização dos assentamentos

2.1 No território das agroindústrias

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (P.A.s Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (P.A. Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda

na gestão do governador André Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com seis núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o ITESP, 418 famílias residentes nessa antiga propriedade da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.).

Além desses núcleos do ITESP, existe um projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e (estimadamente) o mesmo número de famílias. O Projeto de Assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE e BARONE, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana – cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia produtiva constitui o maior complexo agroindustrial da região¹.

2.2 Nas terras do “boi gordo”

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (extremo Oeste Paulista) a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999).

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sociopolítico do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (PSDB, 1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (em 2008, eram 103 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

3 O modo de vida dos assentamentos e a “parceria” com as agroindústrias

Dados recentes da Fundação ITESP (Quadro 1) revelam que, em 2008, mais de 350 assentados em projetos da jurisdição do governo estadual, distribuídos pelas regiões Nordeste e extremo Oeste do Estado, têm contratos para fornecimento de cana a diferentes usinas². Essa distribuição geográfica apresenta situações distintas na constituição das tramas sociais que suportam essa relação.

Grupo Técnico de Campo	Agroindústria	Projeto de Assentamento	N. de assentados
Araraquara	Usina Santa Luiza - Motuca Usina Maringá - Araraquara e Usina São Martinho - Pradópolis em processo de oficialização da parceria	Monte Alegre Bueno de Andrade Silvânia Guarany	212 (total de contratos com a Usina Sta. Luiza)
Teodoro Sampaio	Destilaria Alcídia S/A	Santa Zélia Sta. T. da Alcídia Alcídia da Gata Sta. Cruz da Alcídia	18 6 4 3
Rosana	Destilaria Alcídia S/A	Gleba XV de Novembro	38
Bebedouro	Usina Andrade Açúcar e Álcool S/A Usina Viralcool S/A	Ibitiúva Reage Brasil	24 46

Quadro 1 - Distribuição dos assentamentos geridos pelo ITESP que implantaram cana de açúcar para fornecimento a agroindústrias³.

Fonte: Fundação Itesp, 2008.

Poderíamos associar a complexa transformação dos assentamentos rurais em espaços para a produção de cana à possível falência das experiências de reforma agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia sugeridas pelas políticas de assentamentos. Se tomarmos a relação dos assentamentos com o ideário do desenvolvimento pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar diante dos estrangulamentos estruturais das economias regionais e do entorno sociopolítico? A progressiva presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados em face do ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais?

No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui um campo específico, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana e às oleaginosas para os biocombustíveis nos assentamentos

interferem significativamente no presente/futuro dessas experiências.

Na situação dos assentados que fornecem cana às usinas, o termo “parceria” aparece referido a uma portaria da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - Itesp (Portaria Itesp n. 75 de 24/10/2002, revogada pela Portaria n. 77 de 27/7/2004). Trata-se, portanto, de um termo utilizado pelos órgãos gestores para definir a política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Dentre os programas que poderiam proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas, aparece a referência à formação de

[...] “parcerias negociais” visando alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias. (grifo nosso)

Estas expectativas vão se confrontar com a situação concreta da parceria com os assentados, expressão institucional de um contrato, no qual são detectadas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool. Estamos bem longe também da situação clássica de “parceria”, descrita por Antonio Candido (1987). N’Os parceiros do Rio Bonito, encontramos o que poderíamos chamar de uma forma de arrendamento em

espécie, unindo proprietários e parceiros num universo social no qual as distâncias sociais e as distorções na gestão do negócio são pequenas. Nos assentamentos, está em questão uma forma de arrendamento totalmente mercantil, que se tenta disfarçar de variadas maneiras, às vezes com algum regramento oficial na transação (no caso dos canaviais implantados segundo Portaria do Itesp).

Expressando efetivamente uma desigualdade de condições, a parceria tem sido desconfigurada pelas práticas adotadas. Nessa reconstrução sociológica, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando, exige a sua desconexão da matriz conceitual de “capital social”, que tem, como princípio, parcerias sociais embasadas em valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (PUTNAN, 2000).

4 A parceria no cenário dos assentamentos: o vai-e-vem da entrada da cana nos assentamentos rurais na região de Araraquara

Há mais de quinze anos, a proposta de um “consórcio” para produção de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre envolveu a Prefeitura de Motuca, uma usina localizada no município e órgãos do Estado, gerando desdobramentos e divisores de águas, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e, especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. A trajetória produtiva dos agricultores assentados nessa região oscilou, desde meados da década de 1980, entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica, chegando a uma mal resolvida (política e juridicamente) integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro.

Desde então, a pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou

menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, nos últimos anos, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Após anos de debates e polêmica, o ITESP, através da portaria referida, estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana, como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios.

Foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha estipulou-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção contrastou com o que passou a ocorrer. O Itesp, de fato, nunca controlou tais limites. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas que passam a entrar, sem pedir licença, nas casas e nos lotes dos assentados.

No outro espaço estudado em Araraquara, o assentamento Bela Vista do Chibarro, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras, desde o início dos anos 2000. O INCRA manteve-se, em tese, contrário ao plantio de cana, embora sua omissão fosse patente, durante anos a fio.

Nos últimos anos, o Incra tem procurado retomar seu papel gestor de fato. Isto se expressou concretamente na instalação de um escritório do órgão em Araraquara (em 2005), que acabou por solicitar a reintegração de posse nos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Esta situação tem acirrado os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação. A posição do INCRA tem sido, atualmente, frontalmente contrária ao plantio de cana. Iniciativas, ainda que tímidas, de alternativas de produção/reprodução social têm sido propostas pelo INCRA, que tem buscado, na

parceria com o movimento sindical e com a Prefeitura Municipal de Araraquara, construir outro caminho para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Construção que tem enfrentado conflitos e cisões.

Após um conflituoso despejo judicial, ocorrido em dezembro de 2007, busca-se orquestrar um movimento de abandono das parcerias não legais com as usinas neste assentamento. Assim, em meados de 2008, 50 assentados da Bela Vista solicitaram a ruptura de contrato com a Usina Zanin (principal compradora/plantadora de cana no assentamento), com a erradicação da cana-de-açúcar existente em seus lotes.

O movimento que vem sendo observado de rompimento das parceiras pode ser visto, por um ângulo, como uma tentativa de reapropriação do espaço dos assentamentos pelos assentados. Pode ser, por outro lado, uma reação acomodatória, provocada pelo receio de sofrerem ações de reintegração de posse por parte do órgão gestor, semelhantes às sofridas por um grupo de famílias em dezembro de 2007. O futuro dessa iniciativa ainda é incerto, posto que bastante recente.

5 Nas terras de Teodoro Sampaio, a cana pede passagem

A primeira iniciativa de produção de cana para fornecimento agroindustrial nos assentamentos do Pontal do Paranapanema teve início em 1993, no assentamento Água Sumida, em Teodoro Sampaio. Apesar de constar, em relatório oficial da época, que se tratava de um projeto-piloto para apenas 11 produtores (9% de 121 assentados), este mesmo documento dá conta que “27 beneficiários teriam interesse em implantar a cana”⁴. A mobilização, puramente institucional, em torno desta questão resultou em uma permissão oficial para o grupo de 11 e outra, oficiosa, para todos os demais interessados. Registra-se que os documentos do INCRA, do ITESP e da Unesp⁵ foram todos inconclusivos, no geral assumindo uma postura ambígua entre a condenação à produção para a agroindústria sucroalcooleira e o reconhecimento da expectativa de segurança econômica dos assentados envolvidos.

Como agente privilegiado nesse processo, encontra-se a Destilaria Alcídia,

também localizada em Teodoro Sampaio. Além de promotora do projeto “especial” no P.A. Água Sumida, a Alcídia continuará sendo, ao longo de anos a fio, a principal empresa processadora da cana fornecida pelos assentados da região.

Enquanto na região de Araraquara a tentativa de implantação da cana com destinação agroindustrial sempre foi envolvida em forte polêmica, tendo o movimento sindical rural como antagonista das diferentes propostas para que assentados destinem suas terras à cana, no Pontal, o principal núcleo articulador político dos assentados (o MST) não detinha forte presença nos assentamentos nos quais a Destilaria Alcídia buscou plantar cana e pouco fez, concretamente, para confrontar essa ação. Essa falta de contrapressão política explica, ao menos em parte, a facilidade com que a empresa atuou junto aos assentados e técnicos oficiais.

A partir de um declínio na renda obtida na cana entre 1999 e 2000, os assentados foram levados a não renovar os plantios. Esta experiência de integração ao complexo agroindustrial da cana foi encerrada por volta de 2002. Ramos (2005), que entrevistou os assentados que plantaram cana, cita que estes não rechaçam totalmente a experiência, considerando que ela foi financeiramente vantajosa por algum tempo e que, se fossem repetir essa cultura, buscariam maior controle no contrato e nos mecanismos de avaliação da cana colhida.

Mais recentemente, assentados dos PAs Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata, vizinhos da área industrial da Alcídia, implantaram a cultura da cana para fornecimento a essa usina. Desta feita, se a empresa processadora é a mesma, as condições de fornecimento da polêmica planta variam.

No caso desses dois mais recentes assentamentos que plantaram cana, essa nova cultura foi implantada mediante a mesma portaria oficial da Fundação ITESP, que regulamentou a exploração sucroalcooleira nos assentamentos de Motuca e Araraquara.

Assim como no caso do PA Água Limpa, não houve uma maior discussão, nem pressões por parte de alguma organização de trabalhadores, sobre os impactos ou o sentido dessa “parceria” da cana. Novamente,

observa-se que os assentamentos que aderiram a contratos para cultivo de cana-de-açúcar não estão na órbita do MST, principal polo político dos trabalhadores sem-terra e assentados na região. Além disso, a proximidade geográfica da usina (maior ainda que o PA Água Limpa), só fortalece o poder de influência da empresa. No caso do PA Santa Terezinha da Alcídia, no entanto, o fato de a área estar arrendada pela Alcídia serviu, também, para uma “negociação” entre a empresa, os trabalhadores e o ITESP, desde a implantação do PA⁶.

Verifica-se, através da documentação recolhida na pesquisa de campo, que a implantação da cultura da cana para fornecimento à Destilaria Alcídia, tanto no PA “Alcídia da Gata”, quanto no “Santa Terezinha da Alcídia”, foi totalmente financiada pelo Pronaf. Além de aproveitar-se de uma brecha de interpretação na Portaria 075 do ITESP – que afirma, no parágrafo 5º do seu artigo 2º que “as áreas dos lotes comprometidas com projetos agropecuários financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural ou com programas oficiais de fomento não poderão ter implantadas culturas para fins de processamento industrial” – esse financiamento contraria o “espírito da lei”, ao menos a partir do que foi declarado à pesquisa por um dos redatores da portaria, para quem “ela foi feita para que as usinas não se aproveitem do financiamento subsidiado dos assentados”, algo que julga um “abuso”⁷.

6 Impactos das parcerias nos assentamentos das regiões empíricas

Para além desse verdadeiro imbróglio administrativo, o resultado financeiro da execução dos projetos de cultivo da cana-de-açúcar para fornecimento à Destilaria Alcídia (região o Pontal do Paranapanema) teve, como no caso dos contratos firmados no P.A. Monte Alegre (região de Araraquara), uma visível disparidade entre a renda prevista e a realizada. Dezoito assentados aderiram ao “consórcio” com a usina e tiveram resultados aquém do previsto no projeto financeiro apresentado ao Banco do Brasil para tomada de crédito: “foi tudo para o banco”, disse um dos produtores.

Essa paradoxal condição – ainda mais flagrante porque contextualizada na região do Estado de São Paulo onde mais os trabalhadores sem-terra se mobilizaram – só tende a se agravar, na medida em que o grupo Odebrecht (atual dono da Destilaria Alcídia) está instalando ali mais uma destilaria. Essa nova planta industrial localiza-se no município de Mirante do Paranapanema (o que comporta o maior número de assentamentos do Centro-Sul do Brasil) e, inclusive, já teve sua área ocupada pelo MST – numa jornada realizada em junho/2008. O aumento da área plantada de cana na região é patente e a nova unidade da Odebrecht – chamada “Usina Conquista do Pontal” – será uma nova e incômoda vizinha para outros assentamentos.

O que tem significado, efetivamente, os contratos feitos pelos assentados em parceria com empresas ou agroindústrias? Existem diferenças marcantes entre as diversas parcerias com o setor privado. Não é incomum, embora de difícil avaliação quantitativa, que assentados negociem parcela de seus lotes para cultivos agroindustriais voltados para a produção de alimentos, sendo o caso da mandioca o mais recorrente. A utilização maior ou menor da mão-de-obra familiar dá a tônica nesta diferenciação. Mesmo nas “parcerias” com as usinas, estão previstas – a partir das Portarias do Itesp – a utilização da força de trabalho do assentado em determinadas tarefas do ciclo produtivo. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos. Isto pôde ser constatado nas duas regiões objeto de análise.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o exemplo mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática (STETTER, 2000; FERREIRA JÚNIOR, 2007).

Verificamos outros impactos e consequências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da

parceria com os assentados, plantar a cana implica problemas como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

A diferença de posição que os órgãos gestores (Incra e Itesp) adotaram aprofunda as contradições e ambiguidades dessa realidade. Tais diferenças entre as posições dos órgãos têm demarcado o campo político no contexto da gestão dos projetos de assentamentos no Estado de São Paulo, com acusações mútuas de omissão perante o dilema do desenvolvimento econômico e social desses territórios. Nossa prioridade de análise, no entanto, é a discussão das controvérsias e das armadilhas, muitas vezes dissimuladas, que se apresentam nas sedutoras parcerias propostas pelas usinas aos assentamentos rurais.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado. Além disso, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos – tempo superior ao previsto no Estatuto da Terra – inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anular o contrato e saírem da parceria, processo complexo, de resultados não imediatos.

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, no mesmo volume de área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela.

Esse bom relacionamento – que, no entanto, comporta também uma crítica à exploração imposta pela usina – viabiliza a manutenção da cultura canavieira e recria uma integração sistêmica, conforme estudado em outros contextos envolvendo pequenos fornecedores de cana (NEVES, 1981).

O sistema de controles sociais, como um instituto de poder, não deixa de garantir a acumulação capitalista para a agroindústria, muitas vezes beneficiada indireta e indevidamente com o crédito oficial. Favorece também os mediadores no interior do assentamento – aqueles assentados que se põem como agentes das negociações ou de determinadas tarefas no ciclo produtivo.

A cana pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provê de alimento e de renda através da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada. Há exemplos, mesmo que restritos, de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote.

Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar carente de braços ou em função da pluriatividade, sobretudo através do assalariamento fora do assentamento.

Tal situação tem desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Depoimentos de assentados que recebiam auxílio doença e que passaram a ter sustados tais direitos revelam que o Sindicato

de Empregados Rurais de Araraquara passou a dificultar o fornecimento de declarações da atividade exigida para recebimento do benefício da previdência social.

7 O balanço positivo dos programas municipais de segurança alimentar no município de Araraquara-SP: alternativas possíveis de políticas públicas às parcerias

Pelos dados do LUPA (2008) pode ser observado que a maior quantidade de UPAs existentes no município de Araraquara-SP (79%) possui uma área inferior a 50 ha, que é inversamente proporcional à área total existente, já que as propriedades com mais de 100 ha, em número de 12%, ocupam 76% da área total, compreendendo 904 UPAs. Estão dentro deste recorte produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos rurais, sendo este último grupo o mais numeroso. A produção agrícola familiar no município de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Nesse município, como uma forma de contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a prefeitura desenvolveu parceria com o Governo Federal com dois objetivos: 1) venda direta, dos produtores aos consumidores locais (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal); 2) integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de mercado institucional (como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos). As análises dos resultados dessas ações parecem apontar perspectivas que podem levar os agricultores familiares à inclusão social, por meio de uma agenda política de segurança alimentar local.

As políticas de segurança alimentar do município de Araraquara funcionam sob uma rede de coordenação centralizada. A prefeitura do município criou um órgão para coordenar os programas de segurança alimentar local e centralizar a(s) rede(s) a ela ligada(s). Esta se tornou pertinente em um contexto em que a cidade de Araraquara passa a

se inscrever em vários editais do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social – com a finalidade de obter financiamentos para um conjunto de iniciativas que visam inclusões de pessoas produtivas (da agricultura familiar até as hortas urbanas) para a geração de alimentos que possam atingir pessoas em estados de insegurança e segurança alimentar.

A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar está submetida à Secretaria de Desenvolvimento do município. Da mesma forma, estão submetidas à Coordenadoria três gerências: Agricultura, Merenda Escolar e Abastecimento e, por último, a de Abastecimento Institucional Geral, cada uma responsável por um conjunto de programas.

No caso específico do município de Araraquara, há um conjunto de políticas de segurança alimentar que interagem e, ao mesmo tempo, se complementam, formando uma rede de conexões primárias e secundárias. A proposta de gestão centralizada dos programas permite uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos pelo PAA, agente dinamizador da rede e do destino dos mesmos. Os produtos do PAA são destinados ao Banco de Alimentos e posteriormente a entidades e escolas municipais. Alguns produtos recebem um pré-processamento ou um preparo final nos programas da gerência de abastecimento geral, antes de serem enviados aos destinos finais (escolas, entidades e Restaurante Popular), compondo a rede primária de segurança alimentar do município.

Também existe o Programa Direto no Campo e outras iniciativas isoladas da rede primária que apresentam resultados significativos, ainda que tímidos, de inclusão social e desenvolvimento regional. A transformação da comercialização dos produtos em uma feira de agricultores familiares passa a ter um caráter de comprometimento político com a aprovação da lei 5908/2001, em outubro de 2001, quando foram instaladas as primeiras bancas no terminal de integração de ônibus urbano e no Paço Municipal. Atualmente, o programa Direto do Campo ou Varejão Popular, no Município de Araraquara, é operacionalizado através de três iniciativas em que entram cerca de 100 mulheres e homens assentados em uma rede, da qual participam distintos atores.

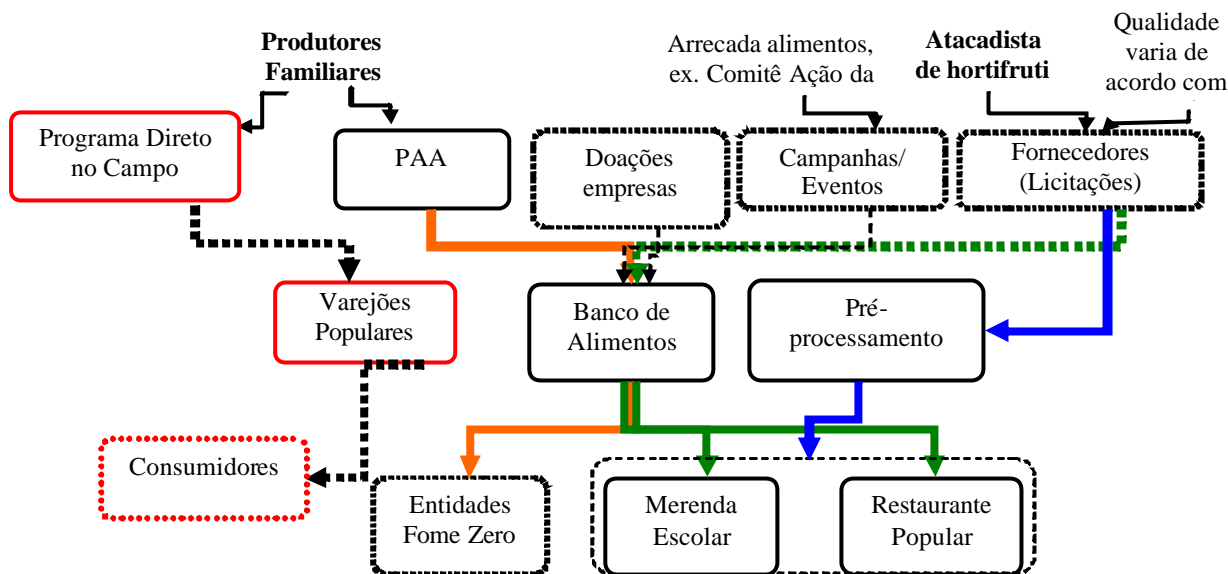


Figura 1 - Rede Política de Segurança Alimentar no Município de Araraquara-SP.

Fonte: ALMEIDA, 2008.

O envolvimento dos produtores assentados nesses programas – o que lhes permite sair do circuito de dependência dos atravessadores no processo de comercialização – a melhoria de qualidade da alimentação escolar podem ser embriões de um modelo alternativo de desenvolvimento rural, o que merece, sem dúvidas, atenção e acompanhamento.

8 O biodiesel como “salvação” dos assentamentos do Pontal

A implantação de uma política nacional de biodiesel que define o segmento da agricultura familiar como sua principal base de fornecimento de matéria-prima projeta impactos ainda não claramente avaliados nos assentamentos rurais, implicando novas estratégias e conflitos no encaminhamento das experiências de reforma agrária. No Estado de São Paulo, a adesão ao projeto de fornecimento de oleaginosas para a produção de biocombustíveis ainda tem um caráter tanto incipiente, já que não foi instalada qualquer planta industrial processadora de matéria-prima. No entanto, divergências e concorrências têm marcado a discussão dessa alternativa.

Se, na região de Araraquara, na qual há mais tempo tem-se a cana nos assentamentos, a produção para o biodiesel não

passou até hoje de projeto nos discursos políticos, no Pontal do Paranapanema, por outro lado, uma iniciativa concreta – embora bastante problemática – fez com que centenas de assentados já tenham, no ano de 2008, produzido e vendido mamona para a produção do combustível.

Em rota de colisão com a direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) desde o final do governo FHC, a principal liderança dos sem-terra na região (José Rainha Júnior) segue efetivamente, com seu grupo de militância, como principal referência da luta pela terra na região. Excluído da organização nacional, essa fração mantém a bandeira, o “método” e a **denominação do Movimento**. Este grupo tem buscado construir uma alternativa institucional à cooperativa (COCAMP - outra sob a direção do grupo de Rainha Júnior), direcionando seus esforços na montagem de uma entidade legalmente constituída, a fim de também concorrer às verbas federais destinadas aos assentamentos do Pontal. Surge em 2006, então, a Federação das Associações de Agricultores Familiares do Pontal do Paranapanema (FAAFOP), com sede no município de Mirante do Paranapanema – vizinho de Teodoro Sampaio, sede da COCAMP. Registros da imprensa regional dão conta de um relativo sucesso desta nova entidade, que foi apontada, em 2007, como

a que mais recebeu recursos dos vários programas do governo federal destinados a atender sem-terras e assentados rurais.

Como principal projeto da FAAFOP para o desenvolvimento dos assentamentos no Pontal está a produção de cultivares para a industrialização do biodiesel. Certamente, boa parte dos recursos federais recebidos pela entidade foi investida no fomento da produção de oleaginosas nos assentamentos. Nas palavras de José Rainha Júnior na imprensa regional, o biodiesel seria “a salvação” da reforma agrária no Pontal do Paranapanema.

Dados divergentes são ventilados acerca dessa experiência de produção para o biodiesel no Pontal. Dirigentes da FAAFOP falam em 2000 assentados envolvidos no projeto (distribuídos em vários assentamentos da região). Outras lideranças dos assentamentos calculam em centenas os produtores assentados que efetivamente se engajaram nessa alternativa. O certo é que, embora o “MST/Pontal” busque financiamentos para a instalação de uma planta industrial de produção do biodiesel no Pontal, os assentados – mediados pela Federação e por uma nova cooperativa (Cooperativa de produção de Biodiesel do Oeste Paulista – Cooperbioeste) – tiveram que negociar a mamona colhida nos assentamentos em 2008 para uma indústria do Mato Grosso do Sul.

A novidade e o caráter recente desta alternativa impede que se faça uma discussão acerca de sua viabilidade. No entanto, constata-se que a disseminação da mamona nos assentamentos do Pontal foi notável em abrangência geográfica. Além disso, cerca de cem produtores se concentram num único assentamento – a “Gleba XV de Novembro”, maior assentamento do Pontal, com mais de 500 lotes produtivos. Dados preliminares dão conta de que praticamente todas as operações de plantio e colheita da mamona foram subsidiadas pela FAAFOP/Cooperbioeste. Por outro lado, assentados se queixam de que não conseguiram “entregar” a mamona – ou seja, a entidade fomentadora não conseguiu recolher toda a produção, distribuída por assentamentos muito distantes uns dos outros.

As críticas, no entanto, vão além das dificuldades logísticas e do caráter altamente subsidiado da produção para o biodiesel.

Com a defesa dessa alternativa produtiva para os assentamentos, a fração do MST liderada por Rainha Júnior estabelece uma clara divergência ideológica com a organização nacional dos sem-terra – frontalmente contrária aos biocombustíveis.

9 Repensando problemas: o que desponta no horizonte?

Os impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados puderam imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica ficou, em princípio, prejudicada.

A própria eleição direta dos representantes do assentamento acabou sofrendo solução de continuidade (no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro). Praticamente foi cassada a liberdade de escolha dos assentados que passam a ter seu espaço “vigilado” por outros. A associação que se afirmava defensora da parceria com as usinas (P.A. Bela Vista do Chibarro) foi perdendo legitimidade no processo.

Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana. Tais incertezas estão presentes nas falas dos assentados das duas regiões. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passaram a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, de fato, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem

havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana, com poucas exceções. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados na produção das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal, criação de frangos e fruticultura na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira.

Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem, como já afirmado, programas da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo, que absorvem parte da produção existente. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais.

Em Araraquara, o Incra mudou, no discurso, sua forma de gestão, mas na prática, há muitas indefinições. A tentativa, por parte do Sindicato dos Empregados Rurais, de um novo modelo de agricultura baseado nos moldes de prevenção e proteção ambiental sem certeza das formas de viabilizá-lo reforça inseguranças. Nos núcleos da Fazenda Monte Alegre, apesar da resistência à cana se manifestar em muitas famílias, a mediação do Itesp ainda é pautada por ambiguidades. Ocorreram, no entanto, mudanças. Com a recente falência da Usina **Santa Luiza**⁹, os assentados foram divididos em três grupos: os núcleos 1 e 5 têm contratos com a Usina Bonfim, do grupo COSAN que fica em Guariba; núcleos 2 e 4 com a Usina São Martinho, que fica em Pradópolis e núcleos 3 e 6 com as Usinas Santa Cruz (Américo Brasiliense) e Maringá (Araraquara). A disputa de quatro usinas em torno da produção nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre mostra que a parceria com os assentados está longe de ser um negócio ruim, fadado ao fracasso.

No Pontal do Paranapanema, relações de clientelismos se alternam com situações de proximidade e de distanciamento com o MST, com as indefinições da Prefeitura, com as estratégias de mobilização buscadas pelos assentados produtores familiares de leite em uma construção de outro modelo de desenvolvimento rural. Lá, também, as incertezas da produção para o biodiesel se mesclam com a ameaça de ampliação da área plantada de cana para as destilarias. Além disso, a defesa do biodiesel marca a principal divergência programática entre o MST nacional e o MST/Pontal.

Passamos em revista estratégias e projetos os quais colocam, frente a frente, as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

Cabe a nós, investigadores, analisar alternativas e rumos dessas experiências de Reforma Agrária, os quais não podem ser discutidos sem ser passada em revista, em profundidade, a trama de tensões presentes nos paradoxos da integração do assentamento aos complexos agroindustriais e na difícil, mas possível, perspectiva de um modelo de desenvolvimento alternativo e sustentável.

Notas

- ¹ Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno socioeconômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial - 70% no P.A. Monte Alegre e cerca de 50% na Bela Vista (cf. FERRANTE e BERGAMASCO, 1995).
- ² Estão excluídos deste montante os assentados em projetos de responsabilidade do governo federal, como os abaixo citados P.A.s Bela Vista do Chibarro (Araraquara) e Água Sumida (Teodoro Sampaio).
- ³ Neste artigo, não serão considerados para análise os assentamentos sob jurisdição dos Grupos Técnicos de Campo (Itesp) de Bebedouro e Rosana, assim como os P.A.s Santa Zélia e Santa Cruz da Alcídia (GTC de Teodoro Sampaio), cuja implantação da cana é mais recente.
- ⁴ Tal situação refere-se à proposta da Destilaria Alcídia a respeito da implantação da cultura da cana nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/Instituto de Terras/DAF, São Paulo, s/d.
- ⁵ A Unesp emitiu um parecer técnico, a pedido do ITESP, em 1995.
- ⁶ Conforme Leal (2003), a Destilaria Alcídia teria garantido benfeitorias (como roda d'água, estradas e material de construção) aos assentados, quando da

implantação do P.A.

⁷ Depoimento de um ex-diretor do ITESP (hoje funcionário do INCRA), colhido em 2004.

⁸ O grupo de José Rainha Júnior se intitula como "Movimento Sem-Terra do Pontal do Paranapanema" ou "MST/Pontal".

⁹ A Usina Santa Luiza, no município de Motuca, era a receptora da cana plantada no P.A. Monte Alegre.

Referências

ANTONIO, A. P. *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado. Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990*. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

BARONE, L. A. *Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - FCL/UNESP, Araraquara, 1996.

_____. *Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. Retratos de Assentamentos*, Araraquara: FCL/UNESP, n. 8, 2000.

BAÚ, C. H. R. *Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - FCL/UNESP, Araraquara, 2002.

BOTASIM, R. S. *Trabalhador sem-terra assentado: um futuro pequeno capitalista? - estudo do assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio/SP*. 2002. Monografia (Bacharelado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B. *A chama verde dos canaviais*. 1992. Tese (Livre Docência) - UNESP, Araraquara, 1992.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L. A. *Poder local e assentamentos rurais; expressões de conflito, de acomodação e de resistência*. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRA/Uniara, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). *Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo. Pesquisa Multicamp/UNESP - Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo*. Dezembro/1995.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. *Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida*. *Revista Perspectivas*, São Paulo: EDUNESP, v. 20/21, 1997/1998.

FERRANTE, V. L. S. B.; SANTOS, M. P. dos. *A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões*. In: CONGRESSO DA SOBER, 42. *Anais...*, Juiz de Fora, julho, 2003. CD Room.

FERREIRA JÚNIOR, A. C. *Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP*. 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2007.

LEAL, G. M. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio/SP*. 2003. Monografia (Bacharelado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2003.

LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.

LIMA, E. C. *Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2006.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (Orgs.). *Assentamentos rurais. Mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. *Assentamentos rurais - reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *Lavradores e pequenos produtores de cana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. *Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais? Revista de Reforma Agrária*, Campinas: ABRA, n. 2, v. 23, maio/ago. 1993.

PORTARIA ITESP - 75, de 24/10/2002 - *Diário Oficial do Estado* - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", 2002.

PUTNAN, R. D. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

RAMOS, P. *Relatório de contrato de prestação autônoma de serviços técnicos especializados de consultoria - quarto relatório (PROCESSO 15000/2005 - CONVÊNIO INCRA - ATES)*. Campinas, Outubro/2005.

STETTER, E. A. *A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?* 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UNESP/FCLAR, 2000.

WHITAKER, D. C. A. *A questão da diversidade em assentamentos de reforma agrária: Araraquara/SP*. In: BERGAMASCO, S. M. P. P. et al. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara: UNIARA; Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.

Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local
Metropolitan Rurality in the dynamic territorial local
Ruralité Métropolitaine dans la dynamique territoriale locale
La ruralidad metropolitana en la dinámica territorial locales

Cristina Maria Macêdo de Alencar*

Recebido em 16/6/2009; revisado e aprovado em 20/10/2009; aceito em 12/12/2009

Resumo: A dinâmica territorial do Município de Entre Rios, no Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, na Bahia, é caracterizada na relação entre o rural e o urbano sob influência de ambiente metropolitano quando se examinam indicadores qualitativos de ruralidade metropolitana. Nessa relação, o rural como turismo costeiro ou rural praiano é tensionado pelo padrão global de desenvolvimento.

Palavras-chave: Dinâmica territorial. Ruralidade metropolitana. Relações rural urbana.

Abstract: The territorial dynamics of the "Município" of Entre Rios in the Territory of Identity Agreste Alagoinhas / Litoral Norte, Bahia, is characterized in the relationship between the rural and the urban environment under the influence of underground when examining qualitative indicators of metropolitan rurality. In that respect the rural and coastal tourism or rural beach is stretched by the global standard of development.

Key-words: Territorial dynamics. Metropolitan rurality. Rural and urban relations.

Résumé: Les dynamiques territoriales de "Município" de Entre Rios sur le territoire de l'identité Agreste Alagoinhas / Litoral Norte, Bahia, se caractérise dans la relation entre le rural et l'environnement urbain sous l'influence de métró lors de l'examen des indicateurs qualitatifs de la métropole de la ruralité. À cet égard, le tourisme rural et des zones côtières ou rurales plage est tendue par la norme mondiale en matière de développement.

Mots-clés: PDynamique territoriale. Ruralité métropolitaine. Rurales et urbaines relations.

Resumen: La dinámica territorial de "Município" de Entre Ríos en el territorio de la identidad Alagoinhas Agreste / Litoral Norte, Bahía, se caracteriza en la relación entre el medio rural y el medio ambiente urbano bajo la influencia de metro, al examinar los indicadores cualitativos de la zona metropolitana de la ruralidad. A ese respecto, el turismo rural y costero de playa o rural se estira por el estándar global de desarrollo.

Palabras clave: Dinámica territorial. Ruralidad metropolitana. Relaciones rural urbano.

1 Introdução

O problema que se examina nesse artigo, em escala municipal, está na hegemonia da dinâmica metropolitana sobre a dinâmica de outros territórios. Nesse foco, a pretensão é demonstrar uma dinâmica territorial no âmbito da relação entre o rural e o urbano sob influência de ambiente metropolitano; metodologicamente, privilegia-se o conteúdo de disputas e tensões ocorridas no processo de desenvolvimento, sintetizado na noção ruralidade metropolitana. Alencar (2008) constrói essa representação da ruralidade a partir da relação campo e cidade metropolitanos experienciada na Região Metropolitana do Salvador (ALENCAR, 2003), considerando diversos elementos contingentes na relação com a natureza, tais como: as atividades produtivas, a cultura de origem, a cultura almejada, as transformações de visão

de mundo pelas experiências, a injunção do Estado e o enquadramento classificatório das identidades sociais (ALENCAR, 2008)¹.

O exame do empírico situa-se no âmbito do debate em torno do desenvolvimento e do rural tendo em vista o ordenamento dominante do urbano no território. Os fenômenos da vida e da cultura se inserem, teoricamente, no conhecimento científico, a partir das experiências de trabalho e de moradia na produção material e social da vida, nas quais a relação entre o rural e o urbano permanece também como fenômeno no capitalismo globalizado. Estão considerados o local e o global que, para além de escalas territoriais, constituem-se termos relacionais, demarcados epistemologicamente na noção interpretativa de ruralidade metropolitana.

Na Região Metropolitana de Salvador - RMS², o rural não agrícola da vida praiana fica subalterno à representação do lazer

* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

capturado pelo processo de acumulação de capital através da indústria do turismo, embora também abrigue o uso produtivo de captura de pescado. Nessa territorialidade, são explicitados o rural agrícola e não-agrícola, tanto quanto o fato de o rural não ser contemplado na constituição da identidade regional. O rural, ora está invisível na região, ora está desqualificado como irrelevante enquanto indicador econômico. Quando identificado com a natureza, o rural fica visível em usos não produtivos, como lazer local e turismo, e no enfrentamento da questão ambiental. O rural se explicita no ambiente urbano quando o que se privilegia são: as condições de vida no ambiente construído, e, nesse caso, em exuberante diversidade natural, quer na memória de habitantes locais, quer na existência de área e ação de preservação e de conservação ambiental, quer na apropriação econômica do lazer enquanto turismo (ALENCAR, 2003).

Esse rural praiano subalterno enquanto ruralidade, mas hegemônico como fronteira de acumulação, emerge na condição de possibilidade do desenvolvimento para o município Entre Rios, no Território de Identidade (TI) Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte, na Bahia - BR. A apropriação privada da natureza se afirma como uma das fontes de tensão entre o rural e o urbano metropolitano que dinamizam o território, imprimindo alterações na pauta de possibilidades de produção econômica e social da vida das pessoas que vivem no lugar. Repetindo padrão existente desde o século XVI, extensas áreas são apropriadas pelo capital internacional, como ilustra artigo de Silva (2007), em matéria divulgada no principal periódico do estado, sobre a ocupação do Litoral Norte, entre Salvador e Itacimirim:

Está se produzindo um território de enclaves, ou de guetos de luxo, 'devoradores' de paisagens naturais e culturais", como diria o sociólogo Jost Krippendorf ao se referir aos *resorts* internacionais. Estes, ao lado dos condomínios, crescem sem parar.

Segundo informações da Secretaria de Turismo, divulgadas na Gazeta Mercantil (8/1/07), há cinco novos projetos em andamento de hotéis-resorts e de condomínios residenciais de empresas da Espanha (TRUSAN, RIU, PLAYA, GRUPACE e SOL MELIÁ).

Um deles será na praia de Baixio, a 120 km de Salvador, onde o grupo adquiriu uma faixa litorânea de 13 km. (SILVA, 2007, p. 3).

Concordando com Concheiro (2006), ao interpretar que a argumentação central da nova ruralidade "está ligada indefectivelmente al fenómeno de los procesos de globalización." (CONCHEIRO, 2006, p. 17), busca-se apreender a dinâmica territorial por meio de indicadores qualitativos de ruralidade metropolitana - IQRM (ALENCAR, 2007), com a finalidade de instrumentalizar o planejamento a favor das condições de vida humana no planeta, em geral e no lugar onde as pessoas vivem, em particular. Nesse sentido, partilhamos igualmente a compreensão de que a nova ruralidade é também

[...] una propuesta para mirar el desarrollo desde una perspectiva diferente a la que predominó en las estrategias políticas dominantes de los gobiernos de cada país. [...] como una herramienta para potenciar la gestión de instituciones y gobiernos, y permitir - en el marco de los nuevos debates y paradigmas - plantear la inclusión frente a la exclusión; la equidad frente a las desigualdades sociales, étnicas y de género; y la revalorización de los espacios rurales. (CONCHEIRO, 2006, p. 21)

Admitido o desenvolvimento humano mobilizado na experiência de ruralidade, o IQRM deve expressar a identificação de interseções entre padrão de desenvolvimento, avanço do conhecimento, cidade e campo, a partir de determinações que agregam atributos da ruralidade metropolitana. É importante salientar que o IQRM está formulado para espaços metropolitanos. Neste trabalho, busca-se uma possível influência da dinâmica metropolitana em território limítrofe, embora possa vir também de territórios distantes, imersos na globalização. Desse modo, aqueles atributos são disputas originadas em espaços dinamizados por intensa urbanização globalizada; disputas pelo uso rural ou urbano da natureza em eventos ocorridos numa economia capitalista, o que foi metodologicamente categorizado em termos de tensões rural-urbanas como:

- a) "Apropriação da natureza" - tensões entre o econômico e o não econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza;
- b) "Riscos ambientais" - tensões como usos

- que produzem riscos e eventos ambientais;
- c) “Atividades culturais” – tensões por usos da natureza em expressões culturais, como recursos naturais e como natureza.

O conteúdo das tensões é, então, sistematizado em cinco determinações formuladas a partir da leitura dos eventos em escala municipal. São as seguintes as determinações, sínteses de atributos de ruralidade metropolitana:

- a) Determinação Geoambiental tensiona ao opor leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso em questão.
- b) Determinação Rural se permanecerem usos mais diretos da natureza, quer produtivo, social, simbólico ou cultural.
- c) Determinação Urbana, quando usos de forma mais mediada por processos ou instrumentos tecnológicos tornam menos evidente a existência da natureza.
- d) Determinação do Modo de Ocupação denota ritmo e modo de apropriação da natureza condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista.
- e) Determinação do Conhecimento Científico expressa usos da natureza justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos.

Com esses parâmetros teórico-metodológicos, o artigo discorrerá sobre a condição metropolitana na dinâmica territorial de Entre Rios, recuperando brevemente antecedentes históricos e concluindo pela constatação dessa condição sem fronteira físico espacial.

2 Antecedentes históricos de Entre Rios

Na origem do processo de formação no século XVI, a dinâmica territorial do atual município Entre Rios foi definida em escala global através do processo de colonização em que a Igreja Católica “doa” as Américas à Europa.

O município de Entre Rios é um desmembramento (Lei Estadual, 1.178 de 3/4/1872) da Vila do Espírito Santo de Inhambupe de Cima, criada em 1801, que por sua vez foi desmembrada da Vila São João Batista de Água Fria, criada em 1727, como unidade territorial original e que fazia

fronteira com a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, criada em janeiro de 1698, tendo “por termo uma grande área que ia do Rio Subaúma ao Rio Inhambupe, cortando direto pela praia e daí até intestar com o Rio Real” (SEI, 2001, p. 35). Estavam sob a jurisdição da Capitania Bahia de Todos os Santos, do donatário Francisco Pereira Coutinho. O sistema de capitanias hereditárias foi a divisão territorial adotada por “D. João III, titular da Coroa portuguesa, para demarcar, defender, explorar e povoar as terras brasileiras.” (SEI, 2001, p. 24). Posteriormente, foi associada ao sistema a doação de extensas áreas denominadas de sesmarias, como prêmio àqueles que prestavam serviços considerados relevantes à Coroa. Desse modo, foi implantada uma estrutura fundiária extremamente concentrada.

Entre Rios está localizado nas terras da sesmaria da Casa da Torre de Garcia D’Ávila, que chegou, por agregações sucessivas, a ter 15 léguas, o equivalente a 99.000 km de extensão (BANDEIRA, 2000, p. 99). A crescente expansão da sesmaria se justificava a cada novo feito de domínio territorial e pelo crescimento da produção pecuária de que Garcia D’Ávila foi precursor, no Brasil.

O processo de povoamento iniciado no Séc. XVI seguia como momentos sequenciais de apropriação de territórios da população nativa e, nesse caso, o fluxo das águas era determinante para a demarcação dos espaços e localização das populações. Assim, “[...] o povoamento das nascentes dos rios paralelos que correm perpendiculares à costa. [...] deu seqüência à ocupação iniciada no século [XVI] nos rios Real, Itapicuru e Inhambupe” (SEI, 2001, p. 36). Ainda no século XVI, “longe da capital, as missões e as fazendas de gado cresciam, quase à revelia do governo central, ensejando a criação de povoações. [...] as linhas de povoamento avançaram rumo ao norte, em direção ao Rio Real, e ao sul alcançaram o Rio Jaguaripe, em território da Capitania da Bahia de Todos os Santos” (SEI, 2001, p. 26). Exatamente às margens dos rios Real, Itapicuru e Inhambupe, mais em direção ao norte, se considerarmos a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, foi localizada o que viria a ser a sede do município de Entre Rios. A freguesia denominada de Nossa Senhora dos Prazeres,

formada em 1848, foi elevada à condição de cidade, por Decreto-Lei Estadual, de 30/3/1938, atual sede do município (www.censocultural.ba.gov.br).

Nos quatro séculos que se seguiram, até meados do século XX, “A comunicação por via marítima predominava e, secundariamente, por caminhos e rios navegáveis que conduziam ao interior, onde estava a parte da população que se ligava direta ou indiretamente à lavoura de subsistência (mandioca) e à exploração de madeira” (SEI, 2001, p. 57)³. No início da segunda metade desse século, o governo militar cria as primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, entre elas a Região Metropolitana de Salvador e, a partir desse período, inicia-se a construção de estradas, posteriormente denominadas de rodovias, que constituem uma periodização histórica na dinâmica do desenvolvimento para todo o estado da Bahia e, particularmente, para as Regiões Econômicas: Recôncavo, Metropolitana do Salvador e Litoral Norte.

3 O metropolitano na dinâmica territorial de Entre Rios

Na condição instrumental para o planejamento, a noção de território precisa constituir-se como espaço de concertação, de pactos, com possibilidade de legitimar um processo de construção de políticas públicas que seja de inclusão, de ruptura com culturas autoritárias de cada um dos diferentes sujeitos sociais que interagem para a constituição de um território. Com esse sentido, a abordagem territorial pode contribuir com novos conteúdos para a formulação de políticas públicas, na medida em que acolha a conflitualidade que lhe é inerente.

Do mesmo modo, a ruralidade, como aqui examinada, converge com a concepção de território expressa por Brandão (2007) ao examinar relações estruturais entre o território e as mudanças no padrão de sociabilidade no Brasil.

Se a abordagem do território, como defendido aqui, possui caráter inerentemente de construção social de espaço produzido no embate e nas contradições das lutas sociais que se travam em torno de sua apropriação por determinado projeto político, estaríamos diante de um país com constrangimentos estruturais à pactação e à formulação de

políticas públicas e estratégias de desenvolvimento abrangentes, duráveis e legitimadas. [...]

Discutir desenvolvimento territorial é realizar a assunção da conflitualidade inerente e a contenda perene de interesses múltiplos e seus variados *loci* de possibilidades de concertação, ou não, de projetos em disputa em variadas escalas espaciais. (BRANDÃO, 2007, p. 18).

Portanto, tomando-se o espaço num determinado tempo como base referencial do território, chega-se a um campo de forças, ou de disputas e cooperação, em que se localiza a projeção das relações sociais. Territorializando a ruralidade é possível examinar, no município de Entre Rios, condicionantes metropolitanos que interferem no mundo rural do seu território, dada a presença do Estado em sintonia com os grandes capitais nacionais e internacionais, por vezes, com discurso ambientalizado.

O ambiente metropolitano examinado para formular a noção de ruralidade metropolitana foi a RMS, portanto, o metropolitano contemporâneo. Contudo, a condição metropolitana influenciou historicamente o espaço estudado, desde a situação definida para a cidade de Salvador, pela Coroa Portuguesa, como metrópole colonial, e no modelo de ocupação do território brasileiro. Isto também constituiu Entre Rios, com algumas periodizações históricas. A primeira delas está demarcada nessa análise pela já mencionada formação de sesmaria da Casa da Torre de Garcia D’Ávila.

A segunda periodização corresponde ao momento posterior à promulgação da Lei de Terra. STIFELMAN (1997) identifica aí um período Schindler e um período da Companhia Inglesa (1909/1940). Schindler, devido à sua ida à guerra, na Alemanha, constituiu Reginaldo Fenton como seu procurador, o qual designou Genésio Tolentino de Jesus, pequeno produtor local e funcionário da Companhia, administrador das atividades entre 1940 e 1949. Com o falecimento de Schindler, o Bank of London vende as terras, por preço simbólico, à empresa baiana Odebrecht. É, então, o terceiro período, segundo a autora.

Nessa periodização, a influência metropolitana que examinamos já se faz presente, tendo em vista que o capitalismo está

em pleno desenvolvimento quando, no século XIX, Sigisfred Sigismund Schindler se torna o primeiro proprietário de parte das terras dos Garcia D'Ávila, vendida por alguns herdeiros. Conforme STIFELMAN (1997), sobre Schindler, vale destacar seu interesse pela diversidade vegetal e mineral encontrada, tendo desenvolvido processos de beneficiamento do látex da mangabeira com solução de pedra-ume, produzindo borracha de qualidade. Esse interesse o levou a adquirir terras no litoral norte baiano "que, como relata, "iriam desde a costa do Forte até Vila do Conde", sendo a maior parte proveniente dos herdeiros da Casa da Torre" (STIFELMAN, 1997, p. 45).

A tensão que estamos denominando "Apropriação da Natureza" na ruralidade metropolitana se expressa aí com bastante evidência, embora ainda não tivesse sido criada a RMS, mas já estando em vigor o desenvolvimentismo do pós-guerra, sob dominação dos Estados Unidos da América. Nessa tensão, Determinações Rurais - DR e Determinações Urbanas - DU sintetizam-se no âmbito econômico do rural, em que ocorre relação direta com a natureza, mas também mediada pela industrialização importada da Inglaterra. Nesses termos, se explicitam também Determinações do Modo de Ocupação - DMO e do Conhecimento Científico - DCC, revelando a complexificação da dinâmica territorial em processo. Assim, a tensão por apropriação da natureza em Entre Rios, nesse período, sintetiza quatro das cinco determinações que configuram a ruralidade metropolitana, excluindo-se apenas a Determinação Geobambial, cujos elementos fundantes ainda não se encontravam socialmente constituídos.

O último período dessa periodização apresenta, além da "Apropriação da Natureza", as tensões por "Riscos Ambientais" e por "Atividades Culturais", desta vez já se identificando a Determinação Geoambiental como mais uma determinação a condicionar a dinâmica territorial. Ainda em STIFELMAN encontramos ilustrações:

[...] foi feito um acordo, no qual a Construtora Norberto Odebrecht esquivaria os embargos, escolheria a área que melhor lhe interessasse, e o Governo do Estado regularizaria essa área. Foi escolhida uma área de 2.500 ha e liberado o restante, 1.500 ha entre o

Riacho Santo Antônio e o Rio Sauípe (hoje Fazenda Sauípe) e o restante em Saubaúma. No final da década de 50, a construtora Odebrecht através de alguns de seus funcionários, requereu ao Estado a titulação das terras situadas entre o Riacho Santo Antônio e o Rio Sauípe, alegando serem os mesmos posseiros da área. [...]

Em 1976, através da compra de mais algumas áreas a CNO (Construtora Norberto Odebrecht), a Fazenda Sauípe passa a possuir 1632 ha. No período de 1978 a 1989, a construtora, através de indenizações de benfeitorias de posseiros, regularizou a questão fundiária da área, que até então era incrustada de coqueirais pertencentes a pequenos produtores. [...]

Além da compra de terras de posseiros pela Construtora Odebrecht, outro fato significativo em relação à concentração de terra da região tem início nesse mesmo período (Década de 1970) - a política de reflorestamento impulsionada pelo governo do Estado. (STIFELMAN, 1997, p. 52).

Nessas tensões, verifica-se um claro processo de reconcentração fundiária, com grilagem de terras de comunidades que já configuravam presenças e culturas tradicionais.

Há, portanto, uma característica estrutural nessa dinâmica territorial que é a indução ao desenvolvimento, pelo Estado, sob diretrizes exógenas ao território e, principalmente, exóticas às pessoas que vivem no lugar. Nesse contexto estrutural, que também envolve interações com as dinâmicas mundiais, a abordagem territorial que era predominantemente considerada em escala nacional passa a ser adotada como diretriz política numa referência aos limites espaciais das relações socioeconômicas, políticas e culturais de um lugar, nos marcos da descentralização administrativa e da desconcentração da produção. Ou seja, o estrutural, também historicamente determinado e socialmente construído, se requalifica no âmbito da abordagem territorial que ganha escopo de referencial de política de Estado, no Brasil do século XXI.

A característica estrutural de território performado pela ação do Estado, que comentamos anteriormente, é um elemento de identidade que perpassa todo o estado da Bahia, fazendo espaços em fronteiras, com alta concentração e baixo dinamismo de crescimento econômico. É emblemático como

nos espaços se implementam dinâmicas e até mesmo divisões geopolíticas que se sobrepõem umas às outras, conforme sejam as prioridades desenvolvimentistas dos governos⁴ que incluem privatizações de patrimônios culturais e naturais.

Nessas divisões geopolíticas, o município Entre Rios integra as seguintes regiões da Bahia: Mesorregião Geográfica: Nordeste Baiano; Microrregião Geográfica: Entre Rios; Região Econômica: Litoral Norte; Região Administrativa: Alagoinhas; Eixo de Desenvolvimento: Grande Recôncavo; Região Turística: Costa dos Coqueiros; Território de Identidade: Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte. Agregam-se a essas regiões a Bacia Hidrográfica, uma das unidades de planejamento adotadas pelo governo federal, sendo que Entre Rios integra a Bacia Hidrográfica do Rio Inhambupe. Para cada uma dessas regionalizações predomina uma leitura do espaço e das potencialidades de desenvolvimento.

A década de 1970 demarca mais uma periodização histórica para a Bahia, em termos de dinâmica territorial. Na ação governamental, a indústria petroquímica, aliada à urbanização representa o desenvolvimentismo do estado como linha mestra, enquanto se constrói a estruturação para que o turismo venha a ser a diretriz prioritária de desenvolvimento. O planejamento por bacias hidrográficas não se constituiu em ação de Estado, ficando como prioridade apenas para os segmentos vinculados aos recursos hídricos.

A regionalização que focaliza as potencialidades turísticas (Costa dos Coqueiros) tem predominado nas diretrizes de planejamento regional e, por consequência, inclui o município. Na criação de infraestrutura para implementação da atividade turística no âmbito das políticas de desenvolvimento implantadas pelo Estado da Bahia (PRODETUR/BA 1992/2012) realizou-se a construção da estrada BA-099, cujo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) recomendou a criação da Área de Preservação Ambiental – APA Litoral Norte. O turismo passou a ser a prioridade número um do governo do estado da Bahia, ficando como ícones mutuamente complementares, o Litoral Norte (o econômico) e a Costa dos Coqueiros (o turístico). Segundo Sasaki (2003),

[...] da década de 1970 até os dias atuais, a região do Litoral Norte começou a ser vista sob a ótica do turismo, este que, inicialmente, era tido como fator secundário do desenvolvimento, e posteriormente foi encarado como eixo de equilíbrio da balança comercial, pois reconheceu-se que ele era um grande gerador de receitas, sendo assim, encarado como uma verdadeira “indústria turística”. [...]

Todavia, o desenvolvimento da indústria turística acarretou impactos de ordem econômica, social e ambiental para as comunidades que vivem nos municípios litorâneos. Atualmente, são as comunidades de Mata de São João e Entre Rios que mais os sentem, pois é nesta localização que se instalou o megaprojeto turístico Costa do Sauípe. (SASAKI, 2003, p. 616).

Neste estágio do desenvolvimento, registramos expressões empíricas das três tensões que dão conteúdo à ruralidade metropolitana, condicionadas pelas cinco determinações. Nas citações acima temos disputas por apropriação da natureza geradoras de eventos ambientais, em que o modo de ocupação operacionaliza o que internacionalmente é apontado como o grande eixo de desenvolvimento, imerso em condicionantes geoambientais que pretendem minimizar os impactos que advirão desse modo de ocupação. O urbano busca a natureza que lhe falta e o rural é espetacularizado a serviço das populações urbanas de média e alta renda, em detrimento das populações locais, geralmente, de baixa renda. Não sem razão, Quan e Souza (apud MORAIS, 1991) e também Ruschmann (2000), reafirmam que:

No litoral, “a rapidez e selvageria no uso do solo parece ser a marca da maior parte desses processos, que têm como agentes principais a atividade de veraneio e a progressiva periferização das camadas de baixa renda”.

A pressão para a urbanização por parte do turismo/veraneio, muitas vezes, coloca os gestores em uma difícil jornada para garantir os principais objetivos de uma UC, considerando que “o turismo contemporâneo é grande consumidor da natureza”.

Matéria divulgada no periódico local “Folha da Terra” (2005) sobre as ações do Departamento de Turismo da Prefeitura de Entre Rios, motivada pela realização do Seminário de Desenvolvimento Local, em 23

de julho daquele ano, no Porto Sauípe, informa que:

[...] a intenção deste evento foi conscientizar a comunidade local da necessidade de se unir na busca de soluções para o desenvolvimento de uma infra-estrutura que permita o crescimento do turismo de forma sustentável. [...] Subaúma [...] Porto de Sauípe e Massarandupió... Infelizmente, apesar da importância da iniciativa e sua gratuidade, a clientela alvo não se mostrou muito interessada, o que revelou certa resistência a mudanças necessárias para a implantação de um pólo turístico eficiente na região. (Massarandupió. *Folha da Terra*, 2005, p. 6)

Novamente, a interação das determinações rural, urbana, geoambiental, do conhecimento científico e do modo de ocupação sintetiza as tensões que condicionam a dinâmica territorial. No discurso técnico da Prefeitura, o turismo é o alvo do desenvolvimento, enquanto a população local, de um lugar construído ao longo de cinco séculos, é o obstáculo à inserção internacional do município.

Curiosamente, boletins informativos da Prefeitura, de 2006 e 2007, anunciam ações de desenvolvimento, predominantemente voltadas à população, em seu modo de vida tradicional. Diríamos que, nessa tensão, a Determinação Rural e a Determinação Urbana aparecem subalternas à Determinação do Modo de Ocupação, como: eletrificação rural, resgate da cultura do município, atenção à escola agrícola, assistência aos produtores de subsistência, recuperação de estradas vicinais, cadastramento rural para identificação de áreas potenciais para a reforma agrária. Ao lado disso, nos boletins registra-se a conquista de novos turistas para suas praias.

Elas estavam praticamente abandonadas pelo Poder Público. A prefeitura municipal voltou os olhos para as nossas praias e iniciou ainda no verão de 2005, um trabalho de recuperação da imagem turística das nossas três praias famosas em todo o Brasil: Porto de Sauípe, Massarandupió e Subaúma. Hoje o município voltou a entrar nos pacotes turísticos nacionais e internacionais. [...]

Entre Rios estava fora do Conselho Estadual de Turismo e nem se falava em turismo sustentável que hoje é fundamental para o desenvolvimento dessa indústria geradora de emprego e renda em todo o mundo moder-

no. A prefeitura avançou. (“Os turistas estão de volta”, *Jornal Entre Rios*, Fev. 2006, p. 10).

Simultaneamente, contudo, como em todo o resto do planeta, ações não governamentais contra-hegemônicas vão ganhando regularidade, quer por organizações do terceiro setor – ao lado do setor público e do setor privado – quer em processos de organizações populares. Nessa contra-hegemonia ressurgem a valorização do rural em diversos países (KAYSER, 1990) e, na Bahia, emergem os Territórios Rurais que, embora inicialmente também tenham sido demarcados pelo Estado, em nível Federal, sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁵, não se afirmam conforme o mapa desenhado à revelia dos sujeitos do lugar onde vivem; antes, são redefinidos por eles. Desse modo é que a característica estrutural de dirigismo do desenvolvimento que, como dissemos, por também ser historicamente determinado e socialmente construído, se requalificou no âmbito da abordagem territorial. É então que o Governo da Bahia, eleito em 2007⁶, mantendo a orientação federal e diante dos 24 Territórios Rurais, homologa a espacialização para o planejamento em 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia – TI. Assim, o TI Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, em espaço contínuo ao TI Região Metropolitana de Salvador, fica composto por vinte e dois municípios⁷.

As novas diretrizes políticas, no governo brasileiro, ocorrem apropriando-se do conhecimento científico contemporâneo sobre o rural e o território, inicialmente sob a indução do Ministério de Desenvolvimento Agrário, com decisiva participação dos sujeitos sociais que constituem o mundo rural, de reconhecida importância para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Contudo, dos 26 territórios delimitados, o Território Região Metropolitana de Salvador – BA (RMS) não corresponde a esse processo, e o Território Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte reúne tensões identitárias entre as polarizações rural litorâneo e agreste, sob influência metropolitana.

Particularmente, o TI - RMS apenas agregou em sua denominação a expressão “Território de Identidade” enquanto os demais 24 territórios foram construídos, como Territórios Rurais, sob a liderança do MDA, mas com ação política da sociedade civil

organizada, com variados níveis de pertencimento e de envolvimento com o processo. Consequentemente, também variou muito o grau de legitimidade dessa delimitação.

Considerações finais

A condição metropolitana que configura e influencia territórios demarca momentos processuais de metropolitização que, embora sejam hegemônicos, não homogeneizam os territórios.

Na dinâmica de Entre Rios, registramos relações produtivas de todos os setores da economia, manifestações culturais remetidas a tradições locais que configuram patrimônios culturais (alimentação, festas, rituais, expressões artísticas), enfim, modos de vida decorrentes da intensidade de eventos e de ritmos metropolitanos, assim como decorrentes de uma relação mais direta com o ritmo e os processos da natureza. Nessa dinâmica territorial, o que paradoxalmente perpassa a simplificação da realidade como diretriz de planejamento é a dinâmica econômica sob a teleologia da metropolitização e, portanto, sob um capitalismo globalizado. A dimensão econômica predomina nas diferentes formas de uso da natureza.

Entre as tensões identificadas, a de apropriação da natureza é predominante em disputas econômicas condicionadas pela determinação de modo de ocupação. O predomínio dessa tensão associado à baixa ocorrência de tensão decorrente do uso da natureza em atividades culturais denota a fragilidade da comunidade local como protagonista da dinâmica territorial local. Mesmo quando na tensão por apropriação da natureza a Determinação Rural aparece predominantemente associada ao condicionante da Determinação pelo Modo de Ocupação, ela está subalternizada; quando associada às determinações Geoambiental e do Conhecimento Científico, instrumentalizam a diretriz governamental de desenvolvimento do turismo nacional e internacional.

Dialeticamente, as sínteses das determinações configuram novas tensões, tendo em vista que, nas Determinações do Conhecimento Científico, ocorre a instrumentalização para a organização participativa, recuperação de tecnologias de produção

pouco intensivas para recuperação produtiva, a exemplo do campo de petróleo, ao lado da instrumentalização para o turismo de *cluster* com discurso ambientalizado.

Nova antítese se verifica também no condicionante geoambiental cuja maior expressão está na existência da APA Litoral Norte, seguida da inserção do município em regras de gestão de bacias hidrográficas. O grande capital, que continua sendo o mais forte nas correlações de forças entre os interessados pela APA, aparece em 10 das treze tensões por uso gerador de risco ambiental, apesar da Determinação Geoambiental que emerge com fundamento regulatório.

Determinações do Modo de Ocupação condicionam tensões em que o grande capital internacional e nacional aparecem como sujeitos que tensionam pela apropriação da natureza, reconcentrando a estrutura fundiária nos moldes de período colonial em que a propriedade da terra se efetivava por doação política.

Até a década de 1970, na dinâmica territorial de Entre Rios, as tensões por apropriação da natureza são acompanhadas de riscos ambientais com predomínio de Determinações por Modo de Ocupação e Determinações Rurais, embora também tenham sido registradas tensões por risco ambiental condicionadas por Determinações Urbanas.

Essas tensões ficam mais frequentes na década de 1990, a exemplo da alteração da qualidade das águas do rio Inhambupe:

[...] devido à deficiência dos serviços de saneamento básico e disposição final de resíduos sólidos, redundando no lançamento de esgotos domésticos "in natura", originados pelas atividades antrópicas das populações residentes nas zonas urbanas municipais, diretamente nos cursos d'água. [...] principalmente nos municípios de maior aglomeração populacional, sobretudo Inhambupe e Entre Rios. (CRA-Bacia Hidrográfica do Rio Inhambupe, 2001, p. 137)

Nesse momento, Determinações Geoambientais estão condicionando o uso da natureza que gera risco ambiental na disputa econômica, rural ou urbana pela natureza, mesmo quando Determinações Rurais condicionam tensões para uso da natureza em atividades culturais.

É importante destacar o caráter inconcluso da ruralidade metropolitana, em

que se busca evidência empírica para expressões do rural em territórios cuja dinâmica socioeconômica é induzida por diretrizes de desenvolvimento “situadas” no âmbito dos parâmetros de globalização neoliberal. Quais as potencialidades que serão apropriadas pelas forças hegemônicas do desenvolvimento mundial definirão, por certo, se e como, o mundo rural em Entre Rios será incluído nas diretrizes que darão a dinâmica territorial. Do que examinamos, mesmo quando o rural produtivo e o cultural se efetivam condicionados por Determinações do Modo de Ocupação, sua condição é subalterna à pauta globalizada de investimentos na qual o turismo é hegemônico.

Qual a percepção que os sujeitos, que vivem o lugar e no lugar, têm sobre o rural influenciado pela dinâmica metropolitana é uma questão que recoloca o exame da dinâmica territorial de Entre Rios numa nova etapa de investigação.

Notas

¹ Para qualificar a ruralidade como metropolitana, a “[...] ruralidade está sendo considerada como categoria contemporânea que, expressando possibilidade e efetividade de desenvolvimento humano, pela consideração do homem como ser da natureza, remete à construção de identidades a partir dos fenômenos de pluriatividade, lazer e meio alternativo de vida no campo em interação com a cidade, na qual subjaz a questão da modernidade em sua ambivalência de aventura e rotina” (ALENCAR, 2003a, p. 6). O mesmo artigo foi publicado no Brasil, em 2004, pelo Cadernos do CEAS e ALENCAR, 2008.

² Em 2007, o governo do estado da Bahia substituiu as Regiões Econômicas por Território de Identidade enquanto unidades de planejamento. Assim, a Região Metropolitana de Salvador, com alteração em alguns municípios, passou a ser denominada Território de Identidade RMS.

³ Essa citação sugere a compreensão da lavoura de subsistência como sendo o cultivo de produtos para consumo próprio. Adotamos, entretanto, a compreensão da subsistência como padrão de reprodução não ampliada, o que implica produção para consumo próprio, podendo ocorrer combinando o consumo e a venda para o mercado e, até mesmo a produção para o mercado de produtos não comestíveis, como por exemplo a palha de piaçava.

⁴ Desenvolvo essa compreensão no artigo “Quando a identidade territorial é o espaço da política econômica”, selecionado para apresentação no VII Congreso Internacional Geografía América Latina – Puentes para outro mundo: realidades y proyectos, organizado pela Universidad Complutense de Madrid com apoio da Asociación de Geógrafos Españoles América Latina, e publicado em Alencar, 2005.

⁵ No âmbito do governo brasileiro, políticas públicas federais, a exemplo do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), adotaram recortes espaciais territoriais desde 2003, tendo sido criada, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma secretaria específica para operacionalizar a política: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

⁶ Assume a pasta o governador Jacques Wagner, do Partido dos Trabalhadores, alinhado ao Governo Lula, na esfera federal.

⁷ Os municípios são: Alagoinhas, Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Jandaíra, Conde, Acajutiba, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Araçás, Aramari, Ouricangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Catu, Pojuca e Pedrão.

Referências

ALENCAR, C. M. M. Ruralidade Metropolitana. In: PÉREZ, Edelmira; FARAH, María Adelaida; GRAMMONT, Hubert C. (Org.). *La nueva ruralidad en América Latina - avances teóricos y evidencias empíricas*. 1. ed. Bogotá: Editorial Ontificia Universidad Javeriana; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

_____. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. *REDES*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 2, n. 12, 2007.

_____. Quando a identidade territorial é o espaço da política econômica. In: SEPÚLVEDA; Osmar; PEDRÃO, Fernando. *Reflexões de economistas baianos*. Salvador: CORECON, 2005.

_____. *Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório*. 2003. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Ruralidade metropolitana. In: *El mundo rural: transformaciones y perspectivas a la luz de la nueva ruralidad*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2003a. CD-ROM.

BAHIA. *Decreto n. 1.046*, de 17 de março de 1992. Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia e dá outras providências.

_____. *1ª Censo Cultura da Bahia*. Secretaria da Cultura e do Turismo, Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.censocultural.ba.gov.br/ccb_municipios_interna.asp?MunID=19>. Acesso em: 2 jan. 2008.

BANDEIRA, Luiz A M. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Território e mudanças no ‘Padrão de Sociabilidade’ no Brasil. In: ORTEGA, A. C. (Org.). *Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento*. Campinas: Alínea, 2007.

CONCHEIRO, Luciano. Los Azarosos Caminos. In: GONZÁLEZ, Mario y HUACUJA, Ivonne (Coord.). *Estudios e investigaciones – nueva ruralidad*. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS - CRA. *Bacia Hidrográfica do Rio Inhambupe*. Avaliação da qualidade

- das águas, 2001. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/aguas/bacias/>>. Acesso em: 2 jan. 2008
- JORNAL ENTRE RIOS. Informe Publicitário da Prefeitura Municipal de Entre Rios. Ano 1, n. 1, fev. 2006.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- OLIVEIRA JÚNIOR; José Baptista; GALO, David. *O projeto Campo-Escola*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETRÓLEO E GÁS, 3. Salvador, 2 a 5 de outubro. 3PDPetro. 2005.
- Prefeitura Municipal de Entre Rios. *Boletim Informativo*, ed. 1, n. 2, jun. 2006
- _____. *Boletim Informativo*, ed. 1, n. 3, jan. 2007
- _____. *Boletim Informativo*, ano. 2, n. 8, nov. 2007
- QUAN, Julian Francis; SOUZA, Maria de Lourdes Costa. *Análise dos interessados para a área de proteção ambiental Litoral Norte da Bahia*. Uma ferramenta fundamental para a construção da gestão participativa. Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br>>. Acesso em: 2 jan. 2008.
- SASAKI, Karen. Tradição e modernidade no Litoral Norte da Bahia: o caso do artesanato de Porto Sauípe. *Bahia Análise & Dados*, v. 13, n. 3, 2003.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Repensar o Litoral Norte. *Jornal ATARDE*, 2 de abril, Opinião, Salvador, p.3, 2007.
- STIFELMAN, Golde Maria. *Sauípe em três tempos: um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001.
- _____. Região Litoral Norte. Série estudos e pesquisas, Dinâmica Sóciodemográfica da Bahia: 1980-2002. Salvador: SEI, 2003. v.II.
- _____. *Bacia hidrográfica do rio Inhambupe*. Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/aguas/bacias/>>. Acesso em: 2 Jan. 2008, às 1h10.

Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul

Education and sustainability: the future of the indigenous peoples in higher learning in Mato Grosso do Sul

L'éducation et la soutenabilité: l'avenir des peuples indigènes dans l'enseignement supérieur à Mato Grosso do Sul

Educación y sostenibilidad: el porvenir de los pueblos indígenas en la enseñanza superior en Mato Grosso do Sul

Marta Regina Brostolin*
Simone Figueiredo Cruz**

Recebido em 14/12/2009; revisado e aprovado em 20/1/2010; aceito em 10/2/2010

Resumo: Nos últimos anos, o governo brasileiro tem adotado medidas de ações afirmativas na área educacional visando promover a equidade e a inclusão social das populações desfavorecidas e, entre elas, os povos indígenas. Passados os anos e, com os avanços na implementação dos direitos constitucionais dos povos indígenas, aumenta a procura destes por educação, inclusive o ensino superior que, até três a quatro anos atrás, apresentava uma demanda muito tímida. Neste cenário, duas Universidades vêm se destacando, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pela sua trajetória histórica no trabalho dos salesianos com os povos indígenas e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) que, a partir de 2003, instituiu uma política de cotas e de bolsas para esse importante segmento no Estado de Mato Grosso do Sul. Este trabalho se insere neste contexto, apresentando dados relativos à situação dos acadêmicos indígenas em MS e se propõe também a contribuir para o debate sobre o porvir das populações indígenas no ensino superior, entendendo ser a educação reconhecida por eles como um dos elementos chaves para a viabilização de seus projetos de autonomia e sustentabilidade e o grande desafio posto as instituições de ensino superior no que tange à construção de relações mais simétricas e à promoção do diálogo intercultural em seus espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Povos indígenas. Educação superior. Sustentabilidade e interculturalidade.

Abstract: In recent years, the Brazilian government has adopted affirmative measures in the area of education seeking to promote equality and social inclusion of needy populations and, among them, the indigenous peoples. With the passing of the years and with advances in the implementation of the constitutional rights of the indigenous peoples, they have more and more sought for education, including higher learning which three or four years ago represented a very small demand. In this scenario, two universities stand out, the Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), with the historical trajectory of the work of the salesians with indigenous peoples and the Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), which as of 2003, instituted a policy of quotas and scholarships for this important segment in the State of South Mato Grosso. This study is inserted in this context presenting data relative to the situation of indigenous students in South Mato Grosso who are ready also to contribute to the debate on the future of the indigenous populations in higher learning with the understanding that it is the education recognized by them as one of the key elements for making viable their projects of autonomy and sustainability and the great challenge before the institutions of higher learning as to the construction of more symmetrical relationships and the promotion of an intercultural dialogue within their walls.

Key-words: Indigenous peoples. Higher learning. Sustainability and interculturality.

Résumé: Ces dernières années, le gouvernement brésilien a adopté des mesures d'actions affirmatives en matière d'éducation pour promouvoir l'équité et l'inclusion sociale des populations défavorisées, et parmi elles, les peuples indigènes. Au fil des années avec les progrès réalisés dans la mise en œuvre des droits constitutionnels des peuples indigènes, la demande d'éducation augmente, y compris l'enseignement supérieur, une demande qu'il y a trois ou quatre ans était très timide. Dans ce contexte, deux universités ont été ressorties, l'Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), par sa trajectoire historique dans le travail des prêtres salesiens avec les peuples indigènes et l'Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), qui, depuis 2003, a instauré une politique de quotas et de bourses d'études pour ce secteur important dans l'État de Mato Grosso do Sul. Ce travail s'inscrit dans ce contexte en présentant des données sur la situation des étudiants indigènes à Mato Grosso do Sul et propose également de contribuer au débat sur l'avenir des peuples indigènes dans l'enseignement supérieur. En outre, on comprend que l'éducation reconnue par eux est l'un des éléments clés pour la viabilité de leurs projets d'autonomie et de soutenabilité. Aujourd'hui, le plus grand défi pour les institutions d'enseignement supérieur à l'égard de la construction de relations plus symétriques est la promotion du dialogue interculturel dans leur domaine académique.

Mots-clés: Peuples indigènes. Enseignement supérieur. Soutenabilité et interculturel.

Resumen: Los últimos años, el gobierno brasileño ha adoptado medidas de acciones afirmativas en el área educativa visando promover la equidad y la inclusión social de las poblaciones desfavorecidas y, entre ellas, los pueblos indígenas. Con el paso de los años y, con los avances en la implementación de los derechos constitucionales de los

* UCDB. E-mail: brosto@ucdb.br

** Mestre em Educação pela UCDB e Coordenadora Pedagógica do SESI - Campo Grande-MS. E-mail: simonefc66@hotmail.com

pueblos indígenas, aumenta la búsqueda de estos por educación, inclusive la enseñanza superior que hasta tres a cuatro años atrás presentaba una demanda muy tímida. En este escenario, dos Universidades vienen destacándose, la Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), por su trayectoria histórica en el trabajo de los salesianos con los pueblos indígenas y la Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que a partir de 2003, instituyó una política de cotas y de becas para este importante segmento en el Estado de Mato Grosso del Sur. Este trabajo se inserta en este contexto presentando datos relativos a la situación de los académicos indígenas en MS y se propone también a contribuir para el debate sobre el porvenir de las poblaciones indígenas en el enseñanza superior, afirmando ser la educación reconocida por ellos como uno de los elementos claves para la viabilidad de sus proyectos de autonomía y sostenibilidad y el gran desafío impuesto a las instituciones de enseñanza superior en lo que respecta a la construcción de relaciones más simétricas y la promoción del diálogo intercultural en sus espacios académicos.

Palabras clave: Pueblos indígenas. Educación superior. Sostenibilidad e interculturalidad.

Considerações iniciais

A política brasileira educacional tem se pautado no pressuposto de que a escola é o principal mecanismo para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e igualitária. Partindo desta premissa, as ações afirmativas na área educacional e, entre elas, o Programa Diversidade na Universidade/MEC, com vistas a promover a equidade e a inclusão social das populações mais desfavorecidas e discriminadas, incluindo neste mote os afrodescendentes e indígenas.

A expectativa em relação à escola é compartilhada também por povos indígenas que creditam à escola um papel fundamental em seu relacionamento com a sociedade envolvente como fator de emancipação social. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro reconhece aos povos indígenas o direito a uma cidadania diferenciada, por meio do reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais e a questão da especificidade passa a ser gradativamente reconhecida e normatizada.

A “educação diferenciada” passa a ser o discurso orientador das políticas públicas, no entanto, muitos povos indígenas ainda olham com certa restrição o termo diferenciado, pois não compreendem com clareza o significado e o percebem como discriminatório, no sentido do não acesso às informações e conhecimentos necessários para viver num mundo globalizado e tecnológico. Junta-se a essa questão a baixa qualidade do ensino básico nas escolas das aldeias indígenas, bem como a necessidade de melhor formação para os professores indígenas. Essas demandas têm levado os povos indígenas a reivindicarem, através de seus movimentos e organizações, um ensino que atenda às especificidades e necessidades de suas realidades.

De acordo com Souza Lima e Hoffmann (2004, p. 171) “há dois vieses diferentes, mas historicamente entrelaçados, que têm sido percebidos de modo separado e que, todavia, confluem na busca dos povos e organizações indígenas por formação no ensino superior”. Os dois vieses a que os autores se referem são: a busca por cursos de formação específica para professores indígenas e a procura por capacitação para gerenciar seus territórios e os desafios de um novo cenário de interdependência entre os povos indígenas e o Estado no Brasil.

O primeiro viés relaciona-se à educação escolar imposta aos indígenas pelas escolas criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI (criado em 1910), voltada para o ensino das primeiras letras, centrado no ensino da língua portuguesa em detrimento das línguas indígenas, e tornou-se uma rede nacional de escolas indígenas sob a gestão da FUNAI (SOUZA LIMA e HOFFMANN, 2004). Somou-se a esse trabalho a ação educativa missionária através de várias ordens religiosas e, entre outras, a dos salesianos, que iniciaram seu trabalho há mais de cem anos com povos indígenas no Alto Rio Negro, no Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As décadas de 70 e 80, século passado, foram decisivas no que tange à contestação da ação educativa praticada pela FUNAI e missões tradicionais. Instituições da sociedade civil iniciaram um processo de severas críticas ao modelo escolar imposto e à tutela do Estado, propondo então modelos alternativos pautados em práticas diferenciadas e interculturais, instituídas e asseguradas pela Constituição Brasileira de 88 e legislação educacional posterior¹.

Nesse panorama, as populações indígenas reivindicam a implantação e ampliação do ensino básico em suas aldeias, bem

como a formação de professores indígenas em programas especiais de nível médio e superior. Muitas são as experiências em andamento em vários estados brasileiros e contam com o apoio de ONGs indigenistas, organizações de professores indígenas e universidades.

O outro viés, segundo Souza Lima e Hoffmann (2004), refere-se à necessidade dos povos indígenas de terem quadros capacitados para construir novos relacionamentos com o Estado brasileiro e com redes sociais nos contextos locais, regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais, sem a mediação de profissionais técnicos não-indígenas. Nesta questão, buscam cursos em nível superior em diversas áreas.

Nesse processo, a cada ano e ou semestre, aumenta o número de jovens indígenas que deixam as aldeias em busca de uma formação acadêmica que lhes propicie conhecimento e experiência profissional, enfim, os capacite a enfrentarem o mundo globalizado e a desenvolverem, posteriormente, no retorno as suas aldeias após a conclusão do curso, um trabalho mais qualificado em prol da qualidade de vida e autonomia da comunidade. Se até algum tempo atrás eram poucos, hoje são aproximadamente 600 acadêmicos índios inseridos nas diversas instituições de ensino superior da capital e no interior do Estado de Mato Grosso do Sul, oriundos principalmente das etnias Terena, Kaiowá-Guarani e Kadiwéu.

Neste universo, este texto se propõe a contribuir para o debate sobre o porvir das populações indígenas por ensino superior entendendo ser a educação reconhecida por eles como um dos elementos-chaves para a viabilização de seus projetos de autonomia e sustentabilidade.

A educação escolar indígena e a demanda por ensino superior: breve panorama

A história da educação escolar indígena no Brasil tem seu início nos primeiros tempos da colonização. Não só pela ação educativa dos jesuítas, com seus internatos e catequese, mas principalmente porque a necessidade da escolarização surge a partir da realidade de contato das sociedades indígenas com os colonizadores, ou com o que re-

presenta hoje a sociedade nacional.

Revisitando brevemente a história, pode-se dizer que, no Período Imperial, não houve uma política indigenista, como também não houve sequer uma política de educação nacional. Santos (1994, p. 94) confirma que “o primeiro projeto de Constituição do Brasil, elaborado em 1823, fazia uma referência à criação de estabelecimentos para a catequese e a civilização dos índios (Título XIII, Art. 254)”. Todavia, a Constituição de 1824 foi aprovada sem qualquer referência aos índios.

No início do governo republicano, a questão indígena foi tratada da forma estabelecida no período monárquico. Porém, em 20/7/1910, pelo Decreto n. 8.072, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN, o que, de certa forma, vinculou a trajetória da questão indigenista à dos trabalhadores rurais, até recentemente, sem deixar de continuarem concentrados os poderes políticos e econômicos na aristocracia rural.

Em 1985, a Nova República e o governo Sarney aumentam a expectativa de mudanças no Estado e na sociedade brasileira. Começou-se a exigir uma Assembleia Nacional Constituinte para que uma nova Constituição substituísse a que vigorou durante o regime militar. Os professores perfilarão-se com a sociedade civil, durante todo o movimento.

Significativa parcela dos povos indígenas também se mobilizou para garantir que os seus direitos fossem contemplados na nova Constituição. Como afirmou Darlene Taukane (1998, p. 31), índia Kurã-Bakairi, durante a Conferência Ameríndia de Educação: “Os povos indígenas começaram a tomar atitude diante da dominação, da manobra na década de 70 e aparece no cenário nacional com mais evidência na década de 80”, tendo por luta política a defesa dos seus territórios e a autonomia e participação no cenário político nacional.

A consequência destas mobilizações revelou-se no Capítulo VIII, e seus Artigos 231 e 232 da Constituição Federal, aprovada em 5 de outubro de 1988, que expressam uma histórica mudança nas relações do Estado brasileiro com os povos indígenas: novos sujeitos políticos da sociedade nacional.

Pela primeira vez na história das constituições brasileiras as preocupações com os povos e culturas indígenas saíram da condição de dispositivos isolados para vir a articular-se em um capítulo específico, expressando uma concepção jurídica respeitosa, consistente e moderna. Entretanto, uma legislação específica que viria a substituí-la, o Estatuto das Sociedades Indígenas (PL 2.057/91), permanece em tramitação no Congresso Nacional desde 1991.

Neste cenário, concretizou-se então o surgimento legal de uma educação escolar indígena prevista em artigos da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDBEN, Lei 9394/96. Uma educação escolar indígena cuja prática passa a depender de um novo gestor: o Ministério da Educação, que até então, nenhum conhecimento detinha da realidade indígena.

Na década de 90, a educação escolar oferecida nas aldeias passou a ser objeto de investigação sistemática por parte de comunidade acadêmica; porém, restrita a etnólogos e linguístas. Mangolim (1999) ressalta que o interesse da comunidade acadêmica foi despertado por grandes movimentações indígenas, embasadas na necessidade de resolver problemas concretos de subsistência, saúde, educação, na perspectiva de um mundo globalizado.

Perante essa trajetória e inserida na problemática do contato, a educação escolar indígena no Brasil só começou a receber atenção especial, no contexto do movimento pelos direitos indígenas, há cerca de três décadas e, vive, atualmente, momentos importantes de sua construção histórica. Desde aqueles velhos tempos de colonização até hoje muita coisa mudou na educação, no Brasil e no mundo, embora a questão básica da polaridade ainda permaneça: a relação entre culturas diferentes, a relação entre o eu e o outro, entre igualdade e diferença.

Embora algumas ações tenham se iniciado no período de 1991-1994, foi entre 1995-2002 que a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas (CGAEI)/ Secretaria de Educação Fundamental/MEC efetivamente deslançou uma atividade que resultou no atendimento de mais de 100 mil estudantes indígenas, em uma rede de cerca de 1.392 escolas indígenas, assistidas por

mais de 4 mil professores que trabalham em elevada porcentagem (mais ou menos 75%) junto com a seus próprios povos (SOUZA LIMA e HOFFMANN, 2004).

Se essa dinâmica se deu no nível federal, responsável por normatizar, planejar e supervisionar a educação indígena, nos níveis estadual e municipal, responsáveis pela execução, foi frequente o preconceito, a ignorância, o despreparo e o descumprimento ou a aplicação das normas gerais.

Passados os anos, os avanços na implementação dos direitos constitucionais dos povos indígenas por parte dos órgãos competentes foram, de certa forma, tímidos, e devem-se mais esses avanços à luta dos próprios indígenas que adquiriram significativa visibilidade no cenário nacional e internacional no âmbito político, criando organizações indígenas e ocupando de forma crescente espaços significativos nas esferas de administração local, regional e nacional.

Mato Grosso do Sul é um estado que abriga um dos maiores contingentes indígenas do Brasil e possui uma diversidade étnica formada pelos povos Kaiowá-Guarani, Terena, Kadwéu, Ofaie, Guató, Kinikinai, Kamba e Atikun, em torno de 69 mil índios (FUNASA, 2007). Estes povos estão confinados em áreas reduzidas e com uma saturação demográfica, praticamente sem recursos naturais e sofrendo um processo ininterrupto de pauperização (BROSTOLIN, 2005).

Diante essa problemática e o avanço da educação básica nas aldeias, em torno de 300 escolas de Ensino Fundamental e 12 escolas de Ensino Médio, cresce a demanda por ensino superior que até três a quatro anos atrás era muito tímida, pois existia uma pequena parcela de indígenas com nível superior, resultado do esforço socioeconômico pessoal ou familiar. Atualmente, as lideranças e comunidades, principalmente, das etnias Terena, Kaiowá-Guarani e Kadiwéu estão buscando as instituições de educação superior como um espaço estratégico de luta por seus direitos e emancipação social.

O porvir dos povos indígenas na educação superior em Mato Grosso do Sul

Neste cenário, duas Universidades vêm se destacando no atendimento da demanda indígena. A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) pela sua trajetória histórica no trabalho dos salesianos com os povos indígenas através de um programa de bolsas sociais vinculadas ao Programa Rede de Saberes e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que a partir de 2003, instituiu uma política de cotas e de bolsas para este importante segmento no Estado de Mato Grosso do Sul. A introdução do sistema de reserva de cotas deu-se a partir da Lei Estadual n. 2589/2002, e da Resolução COUNI/UEMS n. 241/2003 que reserva 10% das vagas de todos os cursos para alunos indígenas, totalizando 164 vagas já no seu primeiro ano de existência.

A partir de 2003, o porvir no ensino superior por parte dos povos indígenas tornou-se uma realidade crescente, porém a permanência é um grande problema, já que as dificuldades em manter-se nos cursos/IES são muitas: de ordem financeira: material didático (livros, xerox), alimentação, transporte, moradia; de ordem pessoal acadêmica: defasagem de conteúdos, de exclusão digital, de cumprimento de prazos e horários, de compreensão de textos científicos, o que exige um pensamento mais intelectualizado valorizado pela academia, diferente do estilo de aprendizagem perceptivo do sujeito indígena que aprende através de uma pedagogia indígena comunitária, na relação com a terra, seus pares e com a natureza (BROSTOLIN e CRUZ, 2009); e de ordem socioafetiva: dificuldade no relacionamento com colegas e professores devido à timidez e reserva, um traço característico da personalidade do aluno indígena e, muitas vezes, a discriminação e o preconceito explícito ou implícito em atitudes de desvalorização e zombarias.

Para enfrentar esta problemática e contexto se insere na universidade o *Programa Rede de Saberes*, gestado no final de 2005, com o objetivo concreto de favorecer a permanência dos acadêmicos no ensino superior.

Pelo caráter inovador do projeto, é relevante retomar seu processo de elaboração

a partir da proposta do *Trilhas do Conhecimento*². Este, segundo Urquiza (2007), foi lento e com muitas negociações, pois, pela primeira vez, se tentava uma parceria neste nível entre duas instituições universitárias, sendo uma pública e outra de caráter particular. Os desafios foram muitos, inicialmente de ordem institucional, no sentido de encontrar os papéis de cada equipe já na elaboração do projeto e, mais à frente, na constituição das respectivas equipes de gestão e coordenação das ações.

Em fevereiro de 2006, iniciaram-se as atividades do *Programa Rede de Saberes: permanência de indígenas no Ensino Superior*. O Programa tem por objetivo desenvolver ações de apoio aos alunos indígenas em sua trajetória acadêmica. Na concretização das metas propostas, o programa desenvolve as seguintes ações: capacitação de docentes, estudantes e pessoal administrativo sobre a questão indígena; participação e ou organização de eventos acadêmicos; apoio à pesquisa de alunos índios; cursos e tutorias para acadêmicos índios; implementação do Centro de Documentação Teko Arandu; preparação de alunos para ingresso em programas de pós-graduação *stricto sensu* e levantamento da situação dos alunos indígenas no ensino superior em MS. O Programa oferece ainda estrutura física de apoio, tais como: centro de convivência e laboratório de informática.

Entre as diversas e significativas ações desenvolvidas pelo Programa Rede de Saberes destaca-se o levantamento realizado nas IES sobre a situação dos acadêmicos indígenas em MS. Esta realidade era desconhecida pela sociedade e órgãos públicos, sendo estes dados disponibilizados para pesquisadores, comunidades indígenas e outros em um banco de dados no Centro de Documentação Teko Arandu, no NEPPI/UCDB. Do mapeamento realizado em MS, algumas informações pertinentes a esta discussão são apresentadas abaixo:

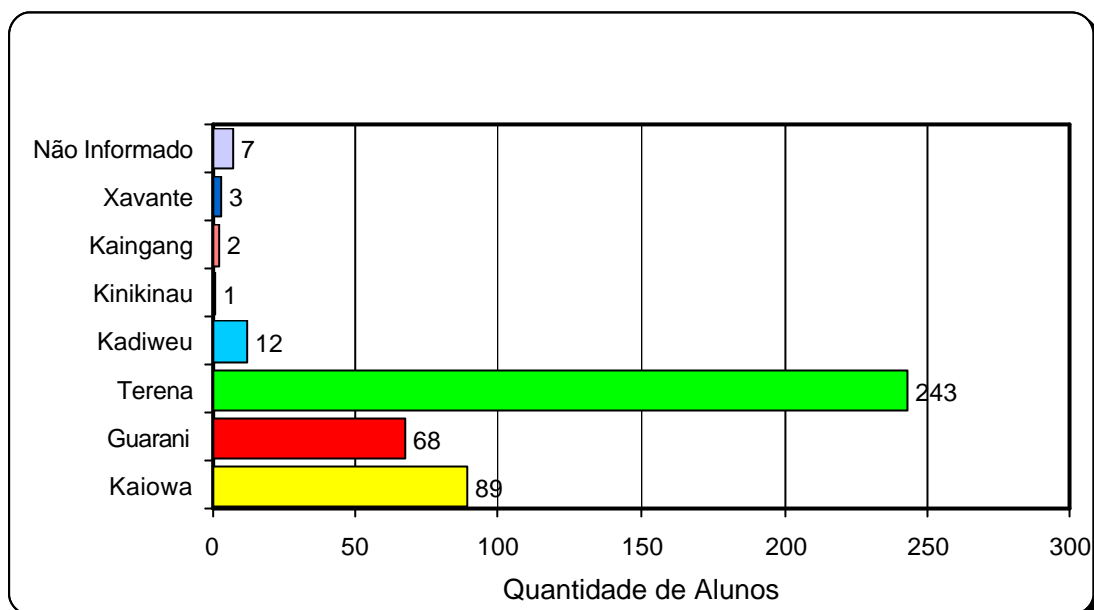


Figura 1 - Etnia dos Acadêmicos Indígenas de MS - 2009.

Estima-se que existam atualmente em torno de 600 acadêmicos indígenas estudando nas diversas instituições de ensino superior no Estado, entretanto, o levantamento realizado por pesquisadores das quatro IES envolvidas no programa conseguiu entrevistar 429 estudantes. Destes, de acordo com o gráfico acima, as etnias que se destacam são os Terena, os Kaiowa e os Guarani. Cons-

tata-se a predominância de alunos Terena determinada pela proximidade de suas aldeias com as cidades e com os campi, bem como um contato interétnico desde o século XIX que favorece a relação e transição entre o mundo indígena e a sociedade globalizada respaldado por uma imagem do Terena enquanto cortês e aberto à exterioridade (PEREIRA, 2009).

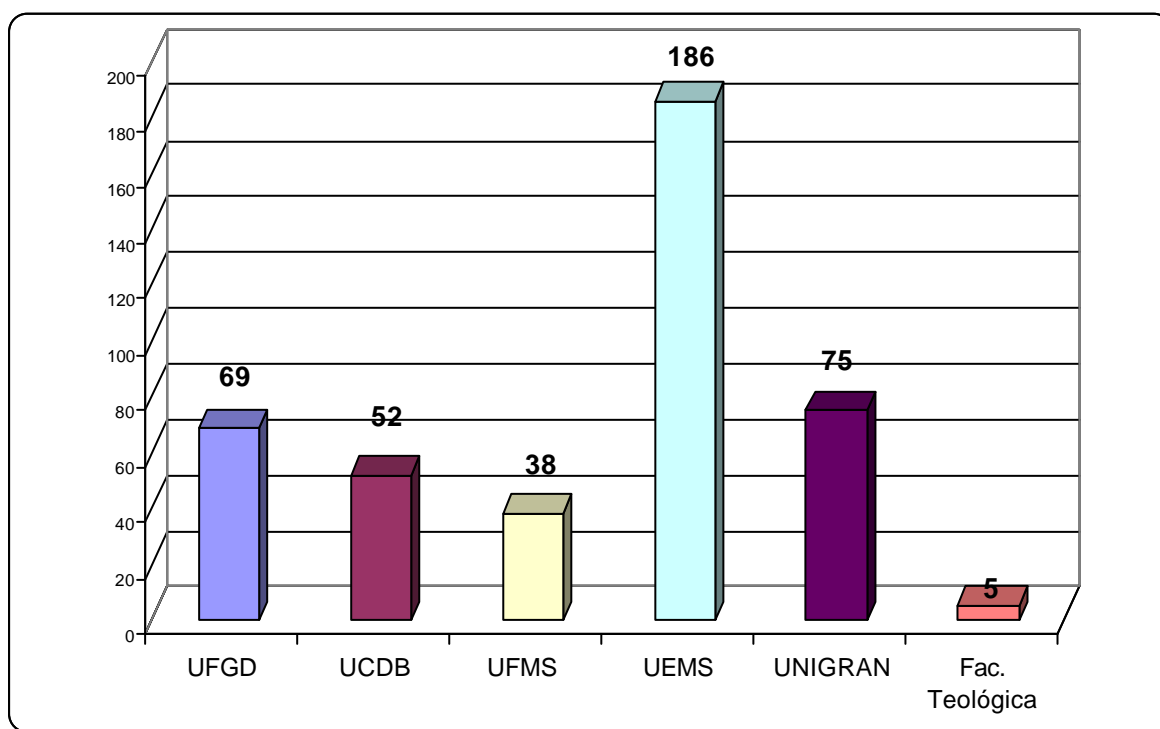


Figura 2 - Acadêmicos por Instituição - 2009.

Constata-se que a UEMS concentra um maior número de alunos devido ao sistema de reserva de cotas e bolsas. Em segundo lugar, destaca-se a UNIGRAN, que mantém convênio com a FUNAI; depois, a UFGD,

através da licenciatura específica para professores Kaiowa-Guarani e a UCDB, via PROUNI, programa federal ainda pouco utilizado, convênio FUNAI e bolsas sociais vinculadas ao Programa Rede de Saberes.

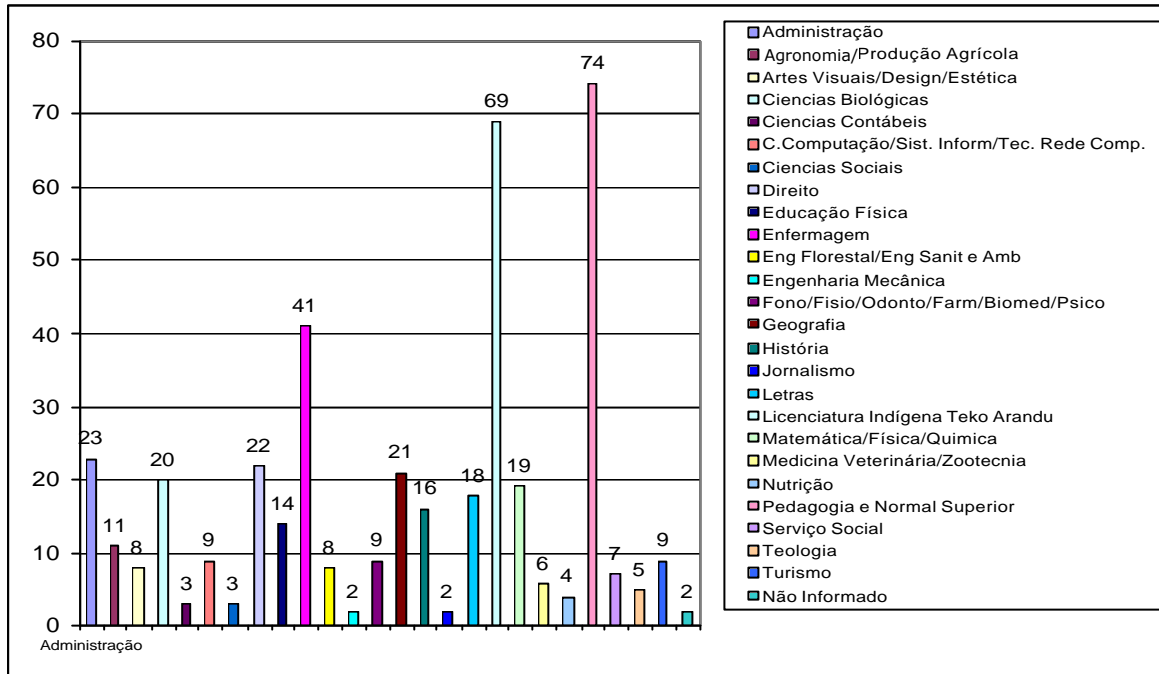


Figura 3 – Matrícula dos alunos indígenas nos cursos de graduação em 2009.

O gráfico acima confirma a afirmação de Souza Lima e Hoffmann (2004), que aponta dois vieses de acesso dos povos indígenas no ensino superior. Primeiro, a formação dos professores indígenas através das licenciaturas, destacando acima o curso de Pedagogia e Normal Superior, Biologia, Letras, Geografia, História e, posteriormente, os cursos da área da saúde como Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Psicologia e outras áreas profissionais como Direito, Administração, Agronomia, que os capacitará a gestarem seus projetos de autonomia e sustentabilidade, sendo esta a expectativa dos jovens indígenas que a cada semestre adentram a universidade.

O significativo trabalho realizado pelo Programa Rede de Saberes com os acadêmicos indígenas, através de ações positivadas pela experiência de dois anos, obteve o reconhecimento das comunidades indígenas e acadêmicas, bem como da Fundação Ford, agência financiadora, possibilitando a aprovação de uma nova versão do projeto para o biênio 2008-2010.

Na atual versão, três mudanças são relevantes formando um novo arcabouço organizacional para o projeto. A inserção da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados e a UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Aquidauana, ampliando a rede de atendimento aos acadêmicos indígenas no Estado. A segunda diz respeito ao fortalecimento da articulação entre os estudantes das diversas IES e desses com suas comunidades e, por último, a implementação de um fórum de articulação com a participação de órgãos públicos, ONGs e outros, ampliando as discussões e busca de alternativas para quando os acadêmicos índios concluem seus estudos, tendo em vista o seu ingresso profissional no contexto regional.

Educação Superior Indígena: os desafios de uma relação intercultural

Atualmente, a educação vem se constituindo demanda importante na luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. A

partir das práticas concretas de educação indígena nas últimas décadas, já é possível perceber a influência da visão culturalmente diferenciada destes povos, a força que suas práticas rituais e míticas exercem, influenciando, de certo modo, até mesmo as propostas curriculares.

Segundo Silva (1998), a escolarização e o ensino podem ser considerados como políticos de diversas formas. Em primeiro lugar, e talvez de forma mais comum, está o reconhecimento de que as políticas de currículo, as condições de ensino e as práticas pedagógicas são orientadas pela política convencional dos governos estadual / municipal / local. Em segundo lugar, está o reconhecimento de que a escolarização está implicada na distribuição diferencial de conhecimento e recompensas simbólicas entre diferentes grupos de pessoas de tal forma que padrões de desigualdade social são mantidos através da participação ou não participação dos membros desses diferentes grupos.

Tradicionalmente, as IES têm organizado seu currículo em torno de disciplinas convencionais. Nesse tipo de divisão intelectual do trabalho, os estudantes geralmente têm poucas oportunidades para estudar questões sociais mais amplas através de uma perspectiva multidisciplinar. Entramos num período no qual as distinções que separam e enquadram as disciplinas acadêmicas estabelecidas não podem dar conta da grande diversidade de fenômenos culturais e sociais que caracterizam um mundo globalizado cada vez mais hibridizado (SILVA, 1998).

A universidade ainda tem-se pautado por uma noção de identidade nacional amplamente definida pela transmissão da cultura tradicional, ocidental, construída numa visão etnocêntrica, na qual uma cultura é superior e as outras culturas julgadas e explicadas como inferiores. A diferença não está só na cultura, mas sim nas posições sociais ocupadas pelas pessoas, nas diferenças de poder, na qual um subordina o outro; uma relação de dominados e dominantes. Uma visão de mundo universal, de linguagem única, superior e melhor. De imposições e verdades absolutas, na qual o desejo do colonizador foi de concretizar a unificação dos povos e da cultura.

Concretamente, essa tem sido uma cultura de exclusão, uma cultura que tem

ignorado as múltiplas narrativas, histórias e vozes de grupos culturais e politicamente subordinados e a busca de novas alternativas ou a tentativa de produzir novas metodologias e novos modelos teóricos para analisar a produção, a estrutura e a troca de conhecimento. Esta perspectiva é valiosa porque aborda a questão pedagógica da organização do diálogo entre disciplinas e fora delas, a fim de promover abordagens alternativas de ensino e pesquisa sobre cultura, as tecnologias e formas de conhecimento.

No cotidiano das universidades constata-se uma clara resistência ao diferente por parte da comunidade acadêmica. Para muitos professores, apesar do número e da proximidade física dos povos indígenas, esta segue sendo uma realidade distante, desconhecida, perpassada por informações equivocadas e preconceituosas, com pouca ou nenhuma relevância para seu trabalho como docente (URQUIZA, 2007). Predomina na região e nas próprias Universidades, um forte sentimento "anti-indígena", assumido, abertamente, pelos grandes latifundiários, ligados ao agronegócio e veiculado, cotidianamente, pelos meios de comunicação. Mudar esse contexto, ideológica e historicamente construído, é um desafio a ser problematizado no contexto da educação superior.

Na verdade, este processo cria um novo contexto na moldura tradicional e erudita da universidade: a convivência entre as diversas formas de produção de conhecimento, que sempre foram vistas de forma separadas, hierarquizadas e acabadas. Essa presença acaba provocando o estudo dos processos de hibridação cultural, nos quais os saberes são respeitados em suas lógicas e naturezas e ressignificados a partir de outra leitura de mundo, uma leitura processada no respeito às diferenças. Com isso as instituições de ensino superior têm como grande desafio pela frente integrar as diferenças sem que, no entanto, essas diferenças sejam anuladas (NASCIMENTO, 2006).

Considerações finais

Os estudantes indígenas de Mato Grosso do Sul chegam ao ensino superior por várias portas: acesso universal, cotas, projetos específicos. Quantitativamente ainda

representam um percentual baixo, mas que tem provocado grandes desafios, muitos questionamentos e inquietações de caráter epistemológico, metodológico, político e ético. De invisíveis anteriormente a visíveis hoje, buscam as IES para vencer o processo ininterrupto de pauperização que vem sofrendo ao longo dos tempos, buscando alternativas de autonomia e sustentabilidade. Neste processo, a educação vem se tornando um elemento chave na luta por melhores condições de vida para que as relações entre as pessoas culturalmente diferentes sejam de respeito e solidariedade.

Neste sentido, a educação superior indígena é, certamente, um projeto social e político que se insere numa perspectiva de construção e sedimentação da busca dos povos indígenas por reconhecimento de sua especificidade cultural. No entanto, isso só será possível se houver o devido respeito ao princípio da alteridade, previsto na legislação, e uma busca constante por uma educação específica, de qualidade e intercultural, não só para as atuais, mas para as futuras gerações de crianças, jovens e adultos indígenas.

O porvir dos povos indígenas no ensino superior reflete claramente as contingências da experiência histórica vivida. Buscam, de um lado, através de uma maior sistematização, fortalecer os seus conhecimentos tradicionais, sua história e língua e de outro, o necessário domínio dos assim denominados conhecimentos universais, considerados necessários para uma melhor inserção no entorno regional e relevante para os seus projetos de autonomia.

O risco, segundo Urquiza (2007), é que as instituições, em seus projetos de ensino superior para os povos indígenas, sigam passando ao largo dos processos mais amplos de busca de autonomia destes povos e centrem sua preocupação apenas em permitir o acesso dos índios aos seus ambientes acadêmicos, o que é, certamente, muito pouco.

Não se trata de questionar o direito dos povos indígenas ao ensino superior, mas das instituições se perguntarem sobre o tipo de ensino que oferecem aos povos indígenas. O desafio está posto, no sentido de repensar e construir novas concepções de ensino que, superando a fragmentação e questionando o saber academicamente sedimentado e

hegemônico, que perpassa e está subjacente em nossas práticas pedagógicas, possa permitir o “exercício constante da interculturalidade” em todas as abordagens da realidade (BRAND, 2005).

Neste sentido, um projeto curricular emancipador, destinado aos membros de uma sociedade democrática e progressista, além de especificar os princípios de procedimento que permitem compreender e sugerir processos de ensino e aprendizagem, também deve propor metas educativas e blocos de conteúdos culturais que melhor contribuam para uma socialização crítica dos indivíduos. Afinal, segundo Urquiza (2006), a universidade, um conceito derivado do latim “*universitas*” e historicamente implantado na Idade Média européia tinha como identidade ser um espaço aberto para os saberes universais. Nada mais natural, na atualidade, que buscar restabelecer este sentido original do papel destas instituições: *locus* de saberes diversos, representativos da diversidade sociocultural dos vários segmentos.

As instituições de ensino superior, ao abrirem espaço para o desafio de contribuir com a busca de novos caminhos de sustentabilidade desses povos, deverão estar abertas, também, para essa dimensão da diversidade de perspectivas de futuro, visualizadas pelas populações indígenas (URQUIZA, 2006). Infelizmente, este ainda não é o cenário vivido, as relações ainda são assimétricas, mas mudanças parciais já estão sendo percebidas, indivíduos indígenas antes invisíveis, hoje se posicionam abertamente com suas marcas de cultura e o transitar de um lugar para o outro, da aldeia a academia, não favoreceu o abandono do seu jeito de ser e de aprender.

Notas

¹ Lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2001 e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI, 1998.

² O projeto **Trilhas de Conhecimentos** teve o seu início em fevereiro de 2004, financiado por uma doação da **Fundação Ford**, através da **Pathways to Higher Education Initiative**. O objetivo inicial era fomentar iniciativas de ação afirmativa desenvolvidas por universidades destinadas a dar suporte ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas no Brasil, através da formação de indígenas no ensino superior. É gerenciado pelo LACED (Laboratório de Pesquisas em Etnicidade Cultura e Desenvolvimento) no Museu Nacional/UFRJ.

Referências

- BRAND, A. Autonomia e globalização, temas fundamentais no debate sobre educação escolar indígena no contexto do MERCOSUL. *Série-Estudos* - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, n. 7, abr. 1999.
- _____. Indígenas no ensino superior ou ensino superior indígena: experiências e perspectivas. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL - COLE, 15., Campinas. *Anais...* Campinas: [s.n.], 2005.
- _____. Formação de professores indígenas em nível superior. *QUAESTIO* - Revista de Estudos de Educação, Sorocaba-SP, v. 8, n. 1, p. 73-82, maio 2006.
- BRAND, A. J.; NASCIMENTO, A. C. A escola indígena e sustentabilidade - perspectivas e desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE - PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E PROPOSTAS METODOLÓGICAS, 3. *Anais...* Florianópolis: [s.n.], 2006.
- BROSTOLIN, M. *El papel da educación en programas de desarrollo local en poblaciones indígenas*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Complutense de Madri, Espanha, 2005.
- BROSTOLIN, M. R.; CRUZ, S. F. Estilos de ensinagem e aprendizagem na escola indígena Terena. *Revista Construção Psicopedagógica*, v. 17, n. 14, p. 24-43, jun. 2009.
- CRUZ, S. F. *A criança Terena: o diálogo entre a Educação indígena e a Educação escolar na aldeia Buriti*. 2009. 191p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2009.
- LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. Seminário: *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados*. Relatórios de Mesas e Grupos. Brasília, out. 2004.
- MANGOLIM, O. *Da escola que o branco faz à escola que o índio necessita e quer: uma educação indígena de qualidade*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 1999.
- NASCIMENTO, A. C. *Populações indígenas, universidade e diferença*. In: ANPED - CENTRO OESTE. *Anais...* Cuiabá, 2006.
- SANTOS, M. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Ampur, 1994.
- SILVA, T. T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TAUKANE, D. *A história da educação escolar entre os Kurû-Bakairi*. Cuiabá: Gráfica Print, 1998.
- URQUIZA, A. H. A. *Educação indígena e sustentabilidade: questões para a antropologia*. In: ABA. *Anais...* Goiânia, 2006.
- _____. *Relatório do Programa Rede de Saberes*. Campo Grande: UCDB, 2007.

Disposição a pagar pelo uso de unidades de conservação urbanas: parque da cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT

Disposition to pay for the use of urban conservation unit: Mãe Bonifácia city park, Cuiabá-MT

Disposition à payer par l'usage d'unités d'entretien urbaines: parc ville Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT

Disposición a pagar por el uso de las unidades de conservación urbanas: parque de la ciudad Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT

Sílvia Regina Fernandes Volanova*

José Franklim Chichorro**

Carlos Alberto Simões de Arruda***

Recebido 6/8/2009; revisado e aprovado em 17/12/2009; aceito em 25/1/2010

Resumo: O presente estudo teve por objetivo identificar a disposição dos usuários do "Parque da Cidade Mãe Bonifácia", Cuiabá-MT, a pagar por seu uso, caracterizando também o perfil dos usuários. Os resultados mostram que 27,5% dos entrevistados estão dispostos a pagar um valor de entrada para a manutenção do Parque. O perfil do usuário foi composto por classe média a alta (renda familiar média superior a 10 salários mínimos), elevado grau de instrução (49,5% com nível superior completo). A criação de novos parques e áreas verdes foi apontada como um investimento importante por 89,5% dos entrevistados.

Palavras-chave: Valoração contingente. Parque urbano. Cuiabá.

Abstract: This paper objective is to identify the "Parque da Cidade Mãe Bonifácia", Cuiabá-MT user's disposition to pay, and also to characterize there profile as well. The research was carried through in December/2006. The results show that 27,5% of the interviewed ones agreed to pay a value of entrance for the maintenance of the park. The profile of the users was composed of middle to high-class (familiar income average higher than R\$ 3,500,00), high degree of education (49,5% with graduation). The creation of new parks and green areas was indicated as an important investment by 89,5 % of the interviewed.

Key-words: Contingent valuation. Urban park. Cuiabá.

Résumé: L'étude ci-jointe a eu pour but identifier la disposition à payer des usagers du "Parque da Cidade Mãe Bonifácia", Cuiabá-MT, caractérisant ainsi le profil des usagers. Les résultats montrent que 27,5% des interviewés acceptent de payer une taxe d'entrée pour l'entretien du Parc. Le profil de l'usager a été constitué par l'échelle moyenne à haute (budget familial moyen ou supérieur à 10 salaires minimums), degré élevé d'instruction (49,5% avec niveau supérieur complet). La création de nouveaux parcs et de zones vertes a été indiquée comme un investissement important par 89,5% des interviewés.

Mots-clés: Mise en valeur contingente. Parc urbain. Cuiabá.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo identificar la disposición a pagar de los usuarios del "Parque da Cidade Mãe Bonifácia", Cuiabá-MT, tambien con el perfil de los usuarios. Los resultados muestran que el 27,5% de los encuestados están dispuestos a pagar una cantidad de La entrada para el mantenimiento del parque. El perfil del usuario se compone de la clase media a alta (ingresos familiares por encima de 10 salarios mínimos), el alto nivel de educación (49,5% con nivel superior completo). La creación de nuevos parques y zonas verdes se intificó como una inversión importante por el 89,5% de los encuestados.

Palabras clave: Valoración contingente. Parque urbano. Cuiabá.

Introdução

O acelerado crescimento urbano e a consequente alteração da paisagem e das características ambientais, principalmente nas grandes cidades, têm gerado uma série

de problemas ambientais afetando a qualidade de vida de suas populações (CAVALHEIRO & DEL PICCHIA, 1992).

Dessa forma, a conservação de áreas naturais no ambiente urbano é justificada pelo seu potencial em realçar aspectos

* Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: vilanova.silvia@gmail.com

** Coordenador do Mestrado em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: jfranklim@terra.com.br

*** Mestre em Ciências Florestais pela UFMT. E-mail: arrudacarlos33@yahoo.com.br

associados à qualidade ambiental e enquanto provedora de benefícios ao homem, interferindo positivamente na qualidade de vida pela manutenção das funções ambientais, sociais e estéticas, amenizando as propriedades negativas da urbanização (MENEZES, 2005).

Apesar de reconhecida a necessidade de investimento na conservação da natureza nas áreas urbanas e estando prevista na legislação brasileira onde destacam-se o Código Florestal, o Estatuto da Cidade e, no caso de Cuiabá, o Sistema Municipal de Conservação da Natureza, as considerações políticas e econômicas tornam o estabelecimento de áreas protegidas dentro do perímetro urbano difícil: o custo da terra é alto e a maior parte dos espaços é privada.

Conforme destacado por Hildebrand et al. (2002), os parques urbanos fazem parte de um contexto maior dentro da administração e das políticas públicas no qual os orçamentos são sempre limitados diante da infinidade de serviços e necessidades a serem satisfeitas. Desta forma, investimentos em implantação e manutenção de parques, bosques e outras áreas verdes concorrem igualmente com investimentos em educação, saúde, saneamento básico, entre outros.

Sendo assim, a mensuração da disposição dos visitantes a pagar pelo uso dessas áreas pode indicar aos gestores de recursos ambientais com orçamentos limitados quais são as prioridades da sociedade, permitindo um melhor controle e gerenciamento das demandas, fornecendo informações que subsidiem a tomada de decisão do poder público e da sociedade civil sobre o gerenciamento dos recursos naturais e propicia a realização de uma análise social de custo-benefício para reservas naturais (ORTIZ *et al.*, 2001).

O levantamento das características do público que frequenta os parques é também muito importante por permitir compreender

melhor quem, quantos, quando e por que as pessoas fazem uso do parque, bem como se consideram necessário o investimento público na criação de mais áreas verdes.

Dentro desse contexto, este estudo teve como objetivo identificar a disposição dos usuários a pagar pelo uso do "Parque da Cidade Mãe Bonifácia", Cuiabá-MT, bem como caracterizar o perfil de seus usuários.

2 Metodologia

2.1 Área de estudo

O Parque da Cidade Mãe Bonifácia (PCMB) localiza-se na região oeste de Cuiabá, Mato Grosso, entre as coordenadas geográficas 15°34'44 "S e 56°05'016 "W, com 77,16 hectares de área.

A área do parque foi, primeiramente, transformada em Unidade de Conservação de Interesse Local pela Lei Complementar de Gerenciamento Urbano n. 004, de 24 de dezembro de 1992 (CUIABÁ, 1992). Posteriormente, o Governo do Estado transformou-a em Parque Estadual, pelo Decreto n. 1.470, de 9 de junho de 2000 (MATO GROSSO, 2000) sendo gerenciada pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Neste ativo natural, os usuários encontram um remanescente de cerca de 66 hectares de Cerrado *lato sensu* que permite a existência de uma variada fauna.

Além das belezas naturais, com seu entorno urbanizado, o Parque conta com três portais de acesso, com a Praça do Cerrado, onde são promovidos eventos culturais; sede administrativa, onde funciona também a biblioteca e uma área para exposições; mirante; 6,961km de trilhas pavimentadas e três espaços para a prática de exercícios físicos (Figura 1).

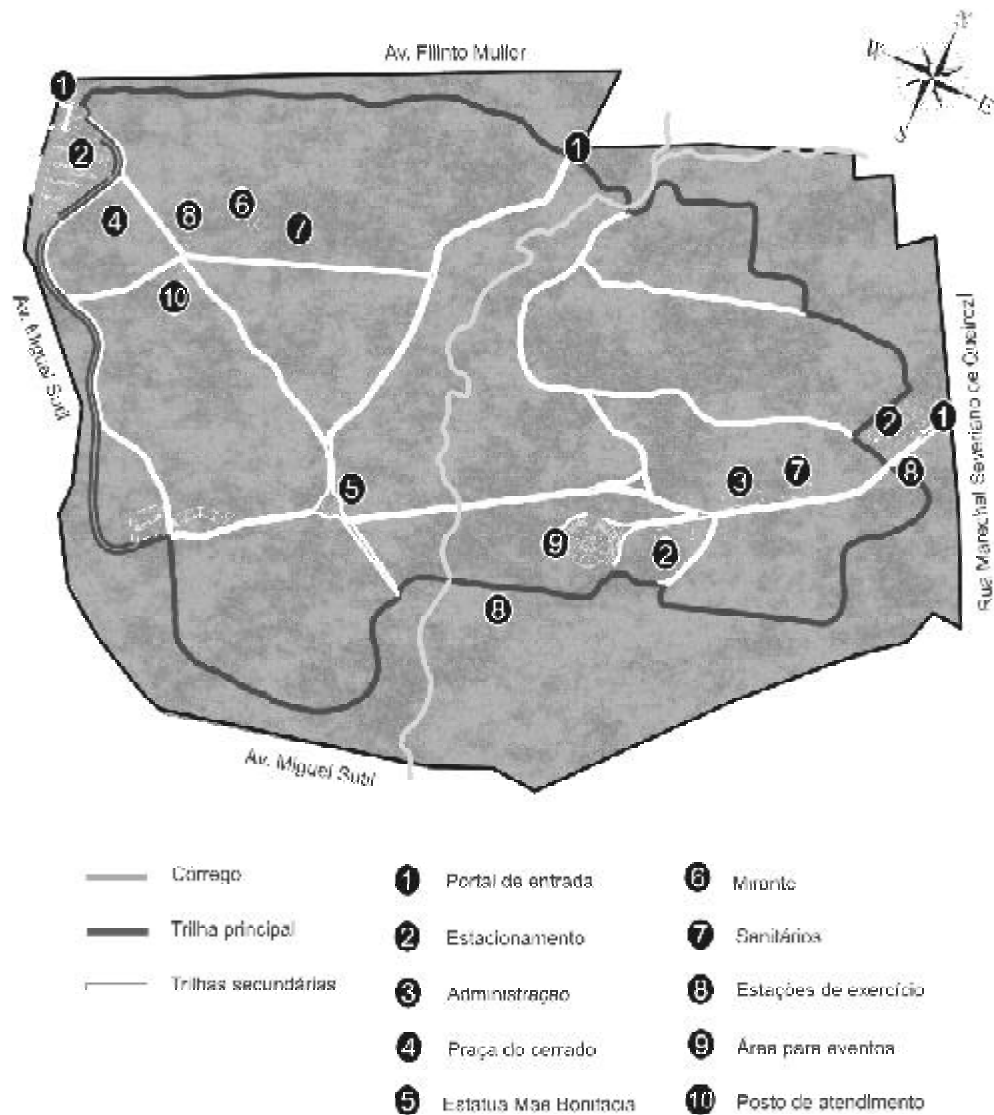


Figura 1 - Croqui do Parque da Cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT.

Tudo isso contribui para que o PCMB seja considerado como um dos maiores pontos de atração da cidade para a recreação e o lazer da população metropolitana, recebendo em torno de 240.000 visitantes por ano, o que representa 45,5% da população cuiabana.

2.3 Intensidade amostral

Tendo como parâmetro a média mensal de 20 mil visitantes, registrada sistematicamente pela administração do Parque nos últimos dois anos, optou-se por aplicar a fórmula proposta por Cochran (1977), indicada para situações nas quais a população é grande (acima de 10.000). O questionário é pou-

co extenso (com até 30 perguntas fechadas) e as respostas são mutuamente excludentes.

Utilizou-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 pq}{E^2}$$

Em que:

- n = tamanho da amostra;
- pq = variabilidade do fenômeno estudado;
- E = precisão com que os resultados serão generalizados;
- Z = nível de confiança.

Inicialmente foram aplicados 110 questionários, implicando 10% de erro. Foram então acrescidos 90 questionários, de forma que o erro foi reduzido a 7%.

2.2 Disposição a pagar

Para estimar a disposição a pagar (DAP) média dos entrevistados, foi utilizada a expressão abaixo:

$$DAPM = \sum_{i=1}^y DAP(N_i / N)(X)$$

Em que:

DAPM = valor médio da disposição a pagar;
 DAP = disposição a pagar;
 ni = número de entrevistados dispostos a pagar;
 N = número total de pessoas entrevistadas;
 y = número de intervalos relativos às respostas quanto à DAP;
 i = um dos intervalos relativos às respostas quanto à DAP;
 X = número de visitantes habitantes estimado na área, durante o período em estudo.

Após a tabulação dos resultados foi possível obter o valor médio encontrado, extrapolando para o total de visitantes, representando, assim, o valor dos benefícios atribuídos à área.

2.4 Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação do questionário em entrevistas pessoais e individuais, realizadas no período de 4 a 11 de dezembro de 2007, considerando todos os dias da semana (segunda a domingo) nos períodos matutino e vespertino, em três pontos de grande fluxo de pessoas. A amostra foi aleatória, exigindo apenas que o entrevistado tivesse idade mínima de 20 anos e renda mensal.

Depois de definida a primeira versão do questionário, realizou-se uma pesquisa piloto para teste dos questionários, antes da sua aplicação final.

O questionário foi dividido em quatro partes: perfil dos entrevistados, atividades recreacionais, importância atribuída às áreas verdes e disposição a pagar.

Após a descrição do PCMB foi feita uma explicação sobre os custos de manutenção do Parque e, em seguida, foi colocada a seguinte pergunta: "O custo para manutenção de parques (limpeza, plantio, segurança)

é altíssimo, inviabilizando a conservação adequada do espaço (principalmente a reposição de patrimônio depredado). Você acha justo o pagamento de entrada para a visitação (destinando o fundo para a manutenção e conservação do Parque)?"

Em caso de resposta afirmativa, era acrescida a pergunta: "Até quanto você estaria disposto a pagar pela entrada para visitar o Parque da Cidade Mãe Bonifácia?". O intervalo das respostas foram agrupados em 3 classes de valores: de R\$ 0,50 à R\$ 1,00; > R\$ 1,00 até R\$ 3,00 ; e > R\$ 3,00 até R\$ 5,00.

Em caso de resposta negativa, era acrescida a pergunta: "Qual a justificativa para a disposição a não pagar pela manutenção e conservação do PCMB?"

3 Resultados e discussão

3.1 Número de amostras

A partir da média de 20 mil visitantes/mês foram realizadas 200 entrevistas. Considerando as respostas da pergunta sobre disposição a pagar como indicador de variabilidade, pode-se afirmar, com 95% de confiança, que os valores da pesquisa variaram 0,42 em relação à média verdadeira.

3.2 Perfil dos usuários

O Parque da Cidade Mãe Bonifácia é visitado, em sua maioria, por moradores de Cuiabá (95,5%), sendo que 64,5% moram a até 3 km de distância do Parque, 21,5% a até 6 km de distância e 9,5% a mais de 9 km de distância.

Esse resultado é semelhante ao encontrado em outros estudos, como no levantamento realizado no Parque Ingá, Maringá-PR, onde 52% dos usuários eram moradores de bairros circunvizinhos (TAKAHASHI e MARTINS, 1990), no Parque Florestal de Sinop-MT, com 73% dos frequentadores residentes nas proximidades do Parque (PERON, 2003). Nos parques de São Paulo-SP esse percentual é de 54,8% (SANTOS e COSTA, 2005) e 79% no Parque Natural Municipal do Mendanha, Rio de Janeiro-RJ (TOMIAZZI *et al.*, 2006).

A faixa etária dos entrevistados do PCMB apresentou os seguintes valores: 27%

entre 50 e 59 anos, 26% entre 40 e 49 anos, 21% entre 20 e 29 anos, 19% entre 30 e 39 anos e 7% com mais de 60 anos. Quanto ao gênero, 51% dos frequentadores são do sexo feminino e 49% do sexo masculino.

Com relação à renda familiar foram consideradas sete categorias (Tabela 1), sendo que a maioria dos frequentadores, 44,5%, possui renda familiar superior a R\$ 3.500,00 mensais.

Tabela 1 - Renda familiar mensal dos visitantes do Parque da Cidade Mãe Bonifácia Cuiabá-MT.

Renda Familiar Mensal	%
até 1 salário mínimo (R\$ 380,00)	1,5%
de 1 a 3 salários mínimos (R\$ 380,00 a R\$ 1.140,00)	6,5%
de 3 a 5 salários mínimos (R\$ 1.140,00 a R\$ 1.900,00)	14,0%
de 5 a 7 salários mínimos (R\$ 1.900,00 a R\$ 2.660,00)	15,5%
de 7 a 10 salários mínimos (R\$ 2.660,00 a R\$ 3.800,00)	18,0%
Acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 3.800,00)	44,5%

De acordo com os resultados, foram consideradas seis categorias de educação formal, sendo que 49,5% dos usuários possuem ensino superior completo (Tabela 2).

Tabela 2 - Nível de escolaridade dos visitantes do Parque da cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT.

Nível de Escolaridade	%
Ensino fundamental incompleto	3,5%
Ensino fundamental completo	4,0%
Ensino médio incompleto	5,0%
Ensino médio completo	26,5%
Ensino superior incompleto	11,5 %
Ensino superior completo	49,5%

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, no Parque Natural Municipal do Mendanha (TOMIAZZI et al., 2006), o nível médio foi o mais representativo, com 47%. Já no Bosque do Alemão, Curitiba-PR, 43,2% dos frequentadores possuem nível superior completo (HILDEBRAND et al., 2002). No Parque Florestal de Sinop-MT, 69% dos entrevistados possuíam grau completo (PERON, 2003).

3.3 Atividades recreacionais

Quanto à frequência (Tabela 3) dos entrevistados, 78% afirmaram frequentar o PCMB pelo menos uma vez por semana, de acordo com Malta (2008), podendo ser considerados frequentadores. Os demais (21,5%) são considerados visitantes.

Tabela 3 - Frequência dos usuários do Parque da cidade Mãe Bonifácia Cuiabá-MT

Frequência	%
Três vezes por semana	64%
Duas vezes por semana	9%
Uma vez por semana	5%
Ocasional	19%
Primeira visita	2,5%

Os entrevistados que frequentam o Parque mais de 3 vezes por semana são compostos, em sua maioria (44,5%), pelos moradores que residem a distâncias de até 3 km do Parque.

Quanto ao período em que os entrevistados frequentam o Parque, 47% preferem o matutino, 39% o vespertino, e 14% ambos os períodos.

Com relação à segurança, 44% dos usuários não se sentem seguros enquanto

realizam atividades no Parque, 35,5% sentem-se seguros e 20,5% sentem-se seguros com restrições, isto é, apenas em horários e/ou locais restritos, ou apenas acompanhados.

No que se refere à qualidade da manutenção do Parque, 47,5% dos usuários consideram-na regular, 36,5% boa, 10% ótima e 6% ruim.

O que mais atrai os entrevistados ao PCMB é o conjunto realização de atividades físicas e o contato com a natureza - 52%, realização de atividades físicas - 18%, lazer e contato com a natureza - 14,5%, contato com a natureza - 11,5% e outros - 4%.

A realização de atividades físicas também ficou em primeiro lugar na preferência dos usuários em diversos Parques: 22,24% - Parque Ingá-PR (TAKAHASHI e MARTINS, 1990), 54,73% - Parque Oásis, Santa Maria-RS (SANTOS e TEIXEIRA, 1992), 50% dos visitantes dos parques de São Paulo (SANTOS e COSTA, 2005) e 55% - Parque Natural Municipal do Mendanha (TOMIAZZI et al., 2006).

É importante considerar que o PCMB é uma unidade de conservação na qual, legalmente, as atividades de educação e interpretação ambiental estão entre suas principais finalidades. O fato de apenas um dos entrevistados (0,5%) fazer menção a esse tipo de atividade pode estar relacionado à baixa representatividade de ações nesse sentido.

3.4 Importância atribuída às áreas verdes

Quando perguntado aos frequentadores quanto à criação de mais parques e áreas verdes em Cuiabá, 89,5% dos entrevistados foram favoráveis a esse tipo de investimento.

A principal justificativa (71,9%) foi o conjunto de benefícios gerados à população: "melhoria da qualidade de vida do cidadão, melhoria da qualidade ambiental da cidade, oferecem maior opção de lazer e melhoram o aspecto visual da cidade". Em segundo lugar ficou a alternativa "oferecem maior opção de lazer à população", com 28,1%.

Os 10,5% restantes disseram não serem favoráveis à criação de mais áreas verdes por considerarem prioridade maiores investimentos nas áreas verdes já existentes.

No Bosque do Alemão (HILDEBRAND et al., 2002), 100% dos

entrevistados foram favoráveis a esse tipo de investimento.

3.5 Disposição a pagar

Os resultados da pesquisa mostram que 27,5% dos entrevistados estariam dispostos a pagar um valor de entrada para a manutenção do Parque da Cidade Mãe Bonifácia, sendo que a classe de valor que obteve a maior frequência foi a de R\$ 0,50 a R\$ 1,00, com 82,1% da preferência dos entrevistados dispostos a pagar.

Assim, a DAP média encontrada para o público disposto a pagar foi de R\$ 1,10 por pessoa. Considerando o total de entrevistados (dispostos e não dispostos a pagar), essa média passa a ser de R\$ 0,31 por pessoa.

Expandindo o valor médio da DAP para a estimativa mensal de visitantes (20.000), obteve-se um valor agregado de 21.964,23/mês e um valor anual de R\$ 263.571,43. Observa-se que o valor agregado obtido representa 52,33% do orçamento anual disponibilizado para o parque pelo Governo Estadual, que é de R\$ 503.576,35.

Em diversos estudos de valoração contingente de parques e áreas verdes urbanas, que utilizaram a DAP, as percentagens de visitantes dispostos a pagar foram superiores ao encontrado nesse estudo.

No Brasil, entre os frequentadores do Bosque do Alemão, 62,1% estavam dispostos a pagar um valor de entrada, gerando um valor agregado de R\$ 29.040,00/ano; no Parque Metropolitano do Pituacu-BA, o número de visitantes dispostos a pagar foi de 63,4% (SOUSA e MOTA, 2006), estimando-se um valor agregado de R\$ 2,28 milhões/ano.

O valor agregado obtido para o Hartfield Park em Perth-Austrália (PEPPER et al., 2005) foi de \$A 3.3 milhões/ano, sendo que a disposição a pagar dos moradores foi de 77%.

Na cidade de Guangzhou-China, 96,6% dos moradores foram favoráveis a pagar um valor de entrada para as áreas verdes urbanas (CHEN, 2005), percentagem notavelmente maior que em outras cidades. Observa-se que já existe a cobrança de taxas para entrada em algumas áreas verdes dessa cidade. O valor médio da DAP encontrada foi superior ao da taxa de entrada atual e o valor agregado atingiu RMB\$ 547 milhões/

ano, superando em seis vezes o valor que a cidade de Guangzhou investe em áreas verdes urbanas atualmente.

3.5.1 Análise da DAP em relação às variáveis socioeconômicas

Considerando a DAP segundo a renda familiar do PCMB (Figura 2), percebe-se que os visitantes que têm maior disposição a pa-

gar (39,3%) pertencem à faixa de renda entre três a cinco salários mínimos, seguidos pela faixa de renda de até um salário mínimo (33,3%) e de até dez salários mínimos (31%). Entre 1 e 3 salários mínimos o percentual de dispostos a pagar atinge 23,1% e entre 7 e 10 salários mínimos 22,2%. A menor disposição a pagar encontrada foi na faixa de renda familiar entre cinco e sete salários mínimos com 12,9%.

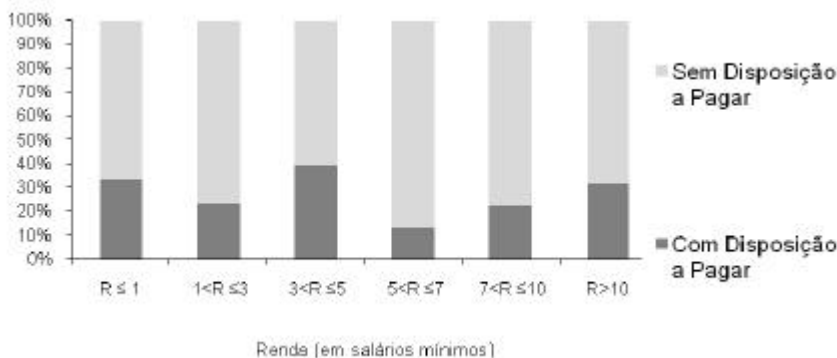


Figura 2 - Percentual dos visitantes dispostos a pagar conforme as categorias de renda familiar.

Observa-se que os visitantes com maior disposição a pagar possuem 1º grau completo (62,5%), seguidos pelos que possuem segundo grau incompleto (60,0%) e dos que possuem ensino superior incompleto (56,5%). Entre os que têm o 1º grau incom-

pleto o percentual de dispostos a pagar é de 28,6%, e entre os que possuem curso superior completo, 28,3%. A menor disposição a pagar foi encontrada entre os que possuem segundo grau completo, com apenas 1,9%, como mostra a Figura 3.

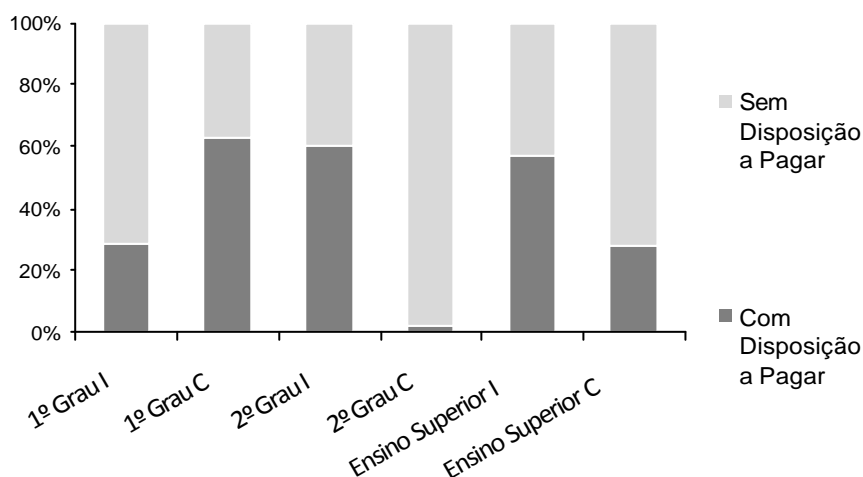


Figura 3 - Percentual dos visitantes dispostos a pagar conforme as categorias de nível de escolaridade.

Hildebrand et al. (2004) e Sousa e Mota (2006) apontaram que a disponibilidade econômica e o nível de escolaridade foram superiores entre os entrevistados dispostos a pagar. Nos estudos realizados por Pepper et al. (2005) e Chen (2005), a disposição a pagar foi significativamente associada à renda dos moradores, porém, quanto à escolaridade, a DAP foi maior entre os entrevistados de nível médio.

É interessante observar a relação entre a DAP e a origem dos visitantes do PCMB (Figura 4), percebendo-se uma maior disposição a pagar entre os visitantes de outras cidades (40%) do que entre os que residem em Cuiabá (27,2%). Como se trata do pagamento de um valor para a entrada, esse resultado pode estar relacionado com o fato de os moradores da cidade visitarem o parque com maior frequência.

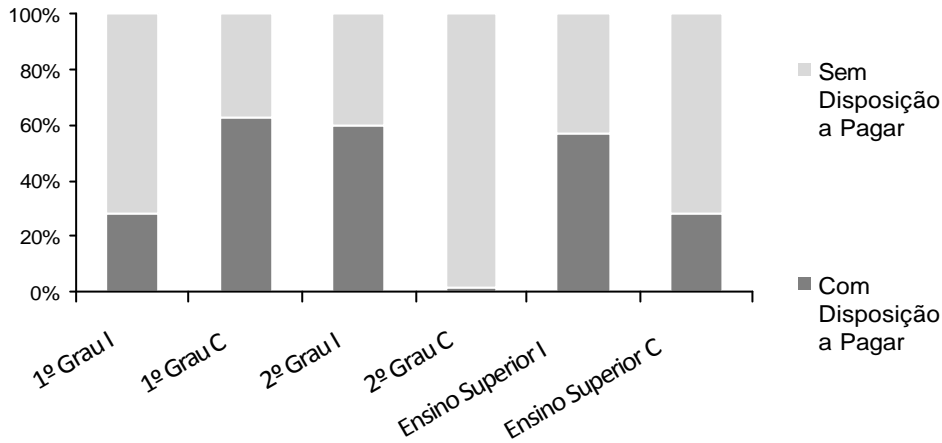


Figura 4 - Percentual dos visitantes dispostos a pagar, conforme a frequência.

Quanto à frequência, o grupo com maior disposição a pagar é dos que visitavam o Parque pela primeira vez, com 40%, seguido pelos que frequentam até duas ve-

zes na semana (31%), mais de três vezes na semana, com 27,3%, e dos que frequentam ocasionalmente, com 23% (Figura 5).

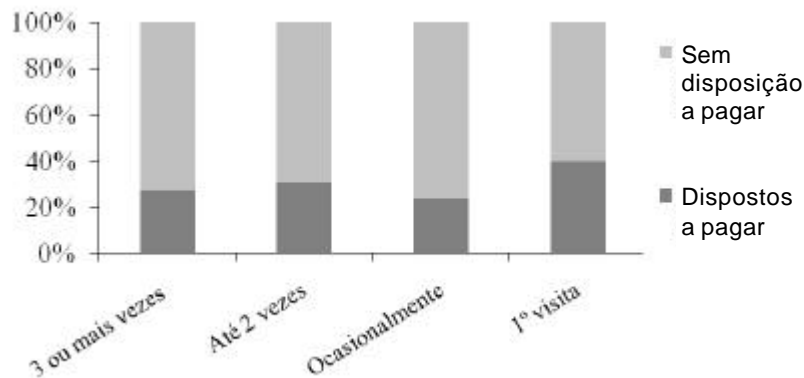


Figura 5 - Percentual dos visitantes dispostos a pagar conforme a frequência.

Analisando o valor de entrada atribuído em função da frequência e das atividades preferidas dos visitantes com disposição a pagar, observou-se que o maior valor médio

obtido foi para o conjunto de atividades: atividade física e apreciação da natureza (Tabela 4).

Tabela 4 - Valor médio de entrada atribuído em função da frequência e das atividades preferidas dos visitantes dispostos a pagar.

Atividade Preferida	%	R\$
Atividade Física + Apreciar a natureza	55,4%	8,68
Atividade Física	17,9%	2,72
Lazer	10,7%	1,72
Apreciar a natureza	10,6%	1,72
Lazer + Apreciar a natureza	3,6%	1,88
Atividade física + lazer	1,8%	0,05
Eventos	0%	0,00

Observa-se que 72,5% dos entrevistados não se dispuseram a contribuir com nenhum valor para manutenção e preservação do PCMB. Diversos motivos explicam o não pagamento da contribuição.

A Tabela 5 faz uma descrição das justificativas para os lances nulos, verificando-

se que as respostas que indicam o viés de protesto: a) a manutenção de parques e áreas verdes é função do governo e b) os impostos pagos deveriam cobrir esse tipo de despesa, destacam-se como principal fator explicativo da DAP nula, agrupando 78,3% das respostas.

Tabela 5 - Justificativas para a “disposição a não pagar” um valor de entrada para a manutenção e conservação do PCMB.

Motivo da “disposição a não pagar”	%
A manutenção de parques e áreas verdes é função do governo	48,3%
Os impostos pagos deveriam cobrir esse tipo de despesa	30,0%
Não acreditam que com a cobrança de entrada o Parque será mais bem conservado	11,4%
A cobrança restringiria a visitação	10,3%

Aproximadamente 65,9% dos entrevistados sugeriram como solução para as dificuldades financeiras na manutenção do PCMB a correta aplicação do orçamento público, enquanto 15,8% apontaram a realização de parcerias com empresas.

3.6 Valorização imobiliária como referência para valoração de áreas verdes

Partindo da necessidade de valorar economicamente parques e áreas verdes sem que fosse necessário questionar quanto ao pagamento pelo acesso a essas áreas, diversos estudos utilizaram o método de preços hedônicos com o objetivo de obter um valor para essas áreas a partir da análise do preço dos imóveis em suas proximidades.

No estudo realizado por Dunse *et al.* (2007), foi analisado o efeito da proximidade de parques urbanos e espaços abertos nos valores de residências em Aberdeen, Escócia. Os resultados mostraram que imóveis a até 450 m de distância de parques tiveram um acréscimo em seus valores de até 19,97%, variando conforme o tipo de residência e do tamanho do parque.

Alkay (2005), Jim e Chen (2006) e Kong *et al.* (2007), também utilizando o método de preços hedônicos, demonstraram que a proximidade de parques de uso público ou áreas verdes aumenta significativamente o preço dos imóveis residenciais.

Martins (2005) constatou um aumento de edificações e valorização dos imóveis no entorno do PCMB desde a sua criação, sendo

que 28% dos moradores de edifícios em seu entorno afirmaram que a proximidade com o parque foi o principal motivo para a aquisição do imóvel.

Considerando a procura e a valorização dos imóveis no entorno do PCMB, a utilização da metodologia acima citada possivelmente captará melhor o valor econômico desse ativo ambiental do que a valoração contingente.

Conclusões

As variáveis socioeconômicas indicaram um padrão entre médio e alto para os usuários do PCMB sendo que, para a maioria dos entrevistados, o maior atrativo da área é o conjunto realização de atividades físicas e contato com a natureza.

Quanto ao fato de a maior parte dos frequentadores morarem nas proximidades do parque, é possível fazer duas observações: a primeira é que a maior parte dos visitantes prefere não percorrer longas distâncias, optando por frequentar o parque mais próximo a sua residência; a segunda é que os visitantes que são moradores de bairros distantes provavelmente não dispõem de um parque na região de sua residência, o que deve ser considerado no planejamento e gestão dessas áreas.

Constatou-se que apenas 27,5% dos usuários do parque estariam dispostos a pagar um valor de entrada para a conservação e manutenção do PCMB e grande parte dos entrevistados não dispostos a pagar deixaram evidente que a manutenção da área é uma atribuição do governo.

Porém, a população se mostrou favorável a um maior investimento do governo em parques e áreas verdes na cidade. A principal justificativa (71,9%) foi o conjunto de benefícios gerados à população: “melhoria da qualidade de vida do cidadão, melhoria da qualidade ambiental da cidade, oferecem maior opção de lazer e melhoram o aspecto visual da cidade”. Em segundo lugar, ficou a alternativa “oferecem maior opção de lazer à população”, com 28,1%.

Referências

- ALKAY, E. Measurement of urban green areas' economic values: The Case of Istanbul. In: EUROPEAN NETWORK FOR HOUSING RESEARCH INTERNATIONAL HOUSING CONFERENCE Reykjavik, Iceland, 2005. 10 p. Disponível em: <<http://www.borg.hi.is/enhr2005iceland/ppr/alkay.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2008.
- BENAKOUCHE E., R.; CRUZ, R. S. *Avaliação monetária do meio ambiente*. São Paulo: Makron Books, 1994. 198 p.
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. *Anais...* Vitória: PMV, 1992. p. 29-38.
- CHEN, W.Y. Valuing Ecosystem Services of Recreational Opportunities and Amenities Generated by Green Spaces in Guangzhou. In: CHINESE CITIES IN TRANSITION: THE NEXT GENERATION OF URBAN RESEARCH, Part 4. July 7-9th, 2005. Disponível em: <http://mumford.albany.edu/chinanet/shanghai2005/chenyan_en.doc>. Acesso em: 30 jan. 2008.
- COCHRAN, W. G. *Sampling Techniques*. New York: John Wiley e Sons, 1977. 428p.
- CUIABÁ. Lei complementar n. 004 de 24 de dezembro de 1992.
- CUNHA e MENEZES P. Raising the priority of urban areas in protected area systems in Brazil and beyond. In: TRZYNA, T. *The Urban Imperative: Urban Outreach Strategies for Protect Areas Agencies*. Sacramento: California Institute of Public Affairs. 2005. Disponível em: <<http://www.interenvironment.org/pa/menezes.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2006.
- DUNSE, N.; WHITE, M.; DEHRING, C. Urban parks, open spaces and residential property values. *RICS*, v. 7, n. 8, 2007. 8 p. Disponível em: <http://www.rics.org/NR/rdonlyres/BA2D15CE-FD78-4D49-A55F-AFF4300D1B/0/3959_urban_parksLowresversionforweb.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2008.
- HILDEBRAND, E.; GRAÇA, L.; HOEFLICH, V. “Valoração Contingente” na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. *Revista Floresta* (1), p. 121-132, 2002.
- JIM, C.Y.; CHEN W.Y. Impacts of urban environmental elements on residential housing prices in Guangzhou (China). *Landscape and Urban Planning*, v. 78, p. 422-434, 2006. Disponível em: <doi:10.1016/j.landurbplan.2005.12.003>. Acesso em: 2 fev. 2008.
- KONG, F.; YINB, H.; NAKAGOSHIA, N. Using GIS and landscape metrics in the hedonic price modeling of the amenity value of urban green space: A case study in Jinan City, China *Landscape and Urban Planning*, v. 79, p. 240-252, 2007. Disponível em: <doi:10.1016/j.landurbplan.2006.02.013>. Acesso em: 5 fev. 2008.
- MALTA, R. R. *Valoração econômica dos serviços recreativos e ecoturísticos em uma unidade de conservação – o caso do Parque Nacional da Tijuca (RJ)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

- MARTINS, E.C. *Natureza na cidade, a verticalização no entorno do Parque Mãe Bonifácia em Cuiabá-MT*. 2005. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT.
- MATO GROSSO. Decreto de n. 1.470 de 9 de junho de 2000.
- MOTA J. A. *O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001. 200 p.
- ORTIZ, R. A.; MOTTA, R. S.; FERRAZ, C. *Estimando o valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu: uma aplicação do método de custo viagem*. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 31 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0777.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2006.
- PEPPER, C.; MCCANN, L.; BURTON, M. Valuation study of urban bushland at artfield Park, Forrestfield, Western Austrália. *Ecological Management e Restoration*, v. 6, n. 3, p. 190-196, 2005. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf/10.1111/j.1442-8903.2005.00236.x>>. Acesso em: 3 fev. 2008.
- PERON, D. *O Parque Florestal de Sinop (MT) e sua importância para a educação ambiental*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT.
- SANTOS, G.E.O; COSTA, B.V. Perfil dos visitantes dos parques da cidade de São Paulo. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, p. 39-45, 2005.
- SANTOS, N. R. Z.; TEIXEIRA, I. F. Caracterização do perfil dos visitantes do Parque Oásis, Santa Maria, RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA. *Anais...* Curitiba: UFPR, 1992. p. 409-422.
- SOUSA, J. A.; MOTA, R.S. Valoração econômica de áreas de recreação: o caso do Parque Metropolitano de Pituaçu, Salvador, BA. *Revista de Economia*, v. 32, n. 1, p. 37-55, 2006.
- TAKAHASHI, L. Y.; MARTINS, S. S. O perfil dos visitantes de um Parque Municipal situado no perímetro urbano. IN: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. *Anais...* Curitiba: UFPR/FUPEF, 1990. p. 197-210.
- TOMIAZZI, A.B. VILLARINHO, F.M., MACEDO, R.L.G, VENTURIN, N. Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Mendanha, município do rio de janeiro RJ. *Cerne*, v. 12, p. 406-411, 2006.
- OUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território*, v. 3, p. 14-35, 1997.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território*, v. 3, p. 14-35, 1997.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local

Genetic resources, biodiversity, traditional knowledge Guarani Kaiowá and local development

Ressources génétiques, biodiversité; savoir traditionnel Kaiowa et Guarani; développement local

Recursos genéticos, biodiversidad, conocimiento tradicional Kaiowá y Guarani y el desarrollo local

Flávio Luís Hilário Rego*
Antonio Jacó Brand**
Reginaldo Brito da Costa***

Recebido em 10/3/2009; revisado e aprovado em 19/12/2009; aceito em 23/2/2010

Resumo: Este artigo aborda a paulatina, porém consistente recuperação da vegetação remanescente, em área Kaiowá e Guarani, graças à integração de esforços de moradores locais e órgãos parceiros. Na riqueza dos relatos confirma-se a existência de um imenso acervo de conhecimentos tradicionais, contendo formas de utilização, modelos de manejo e gestão ambiental, que apontam para uma situação mais adequada e de possível sustentabilidade.

Palavras-chave: Terra indígena. Fragmentação florestal. Desenvolvimento sustentável.

Abstract: This paper approaches the slow but consistent remaining vegetation recovery, as a result of the integration of local habitants and partner organs efforts, in the Kaiowá and Guarani area. It's confirmed by the rich reports that there's an immense acquis of traditional knowledge, containing forms of utilization and environmental management models, which point out a more adequate and likely sustainability situation.

Key-words: Indigenous land. Forest fragmentation. Sustainable development.

Résumé: Cet article propose une analyse de la récupération progressive et constante de la végétation restante en territoire autochtone Kaiowá et Guarani. Ce processus est réalisé avec l'effort des résidents locaux et des organismes partenaires. Les récits des habitants révèlent de nombreux savoirs traditionnels, y compris les moyens et les modèles de gestion durable de l'environnement.

Mots-clés: Territoires autochtones. Fragmentation de forêts. Développement durable.

Resumen: Este artículo trata de la lenta, pero consistente recuperación de la vegetación remanente, en area Kaiowá y Guarani, gracias a la integración de esfuerzos de los residentes locales y órganos parceros. En la riqueza de las narraciones se confirma la existencia de un inmenso acervo de conocimientos tradicionales, comportando formas de utilización, modelos de manejo y gestión ambiental, que apuntan para una situación mas adecuada y de posible sustentabilidad.

Palabras clave: Tierra indígena. Fragmentación florestal. Desarrollo sostenible.

Introdução

A segunda maior população indígena do Brasil encontra-se atualmente no Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 70 mil pessoas. Dessas, 44 mil (Funasa, 2009) são da etnia Kaiowá e Guarani e vivem hoje em reservas de terra, que em sua maior parte foram demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Desde a década de 1980 os Kaiowá e Guarani lutam para recuperar suas terras, seus territórios tradicionais, que

foram sendo perdidos ao longo da história devido ao avanço do processo de colonização no Estado. Esse processo implicou a supressão da mata nativa para implantação de monocultura e pecuária (SALLES, 1998), levou a um processo de confinamento geográfico e cultural dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul (BRAND, 1997; 2003) e de empobrecimento das práticas extrativistas e de plantio (TEODORO, 1998). Atualmente, essa população está distribuída em oito reservas com uma área total de 182, 97 Km², com

* Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS.

** Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, Campo Grande, MS. E-mail: brand@ucdb.br

*** Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, Campo Grande, MS e Programa de Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT. E-mail: reg.brito.costa@gmail.com

o seu território significativamente reduzido. Benatti (2004) estima a redução em aproximadamente 300 mil hectares de terras.

Relatos de cronistas, sertanistas e pesquisadores sobre os Kaiowá e Guarani concordam em afirmar que é fundamental para a continuidade de seu modo de ser o espaço ocupado por cada aldeia (BRAND, 1998). É esta aldeia, *tekoha*, o espaço legítimo para a realização dos rituais, cantos e danças, as liturgias que produzem a cosmogenia na vida Guarani (PEREIRA, 1995). É o espaço necessário para viver, plantar e se desenvolver. Este espaço provê a comunidade de elementos e matérias-primas necessários para a produção de seu artesanato típico. Superior a este *tekoha* seria apenas o lugar da imortalidade, a “Terra sem Males”, espaço onde a condição humana é abandonada para que, no homem, possa realizar-se a condição de um deus (PEREIRA, 1995; MELIÀ, 1987).

A concepção indígena da relação homem – ambiente e da sua exploração possui traços peculiares marcados por pelo menos duas percepções. A primeira afirma a interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e animais; a segunda tem a natureza como algo vivo, com quem os povos devem interagir e estabelecer relações constantes, apoiadas numa visão cosmológica integradora. Esses povos não pretendem dominar a natureza, mas integrar-se com ela, compreender sua linguagem; para eles a sobrevivência do homem depende muito dessa capacidade de compreensão, por orientar suas ações (BRAND, 2003). Por isso, a relação com animais e plantas, além da recuperação de seus recursos naturais, está associada à prática desses povos. Isso se reflete em costumes e mesmo na transposição de termos de uso corrente para os costumes indígenas. Por exemplo, para não índios, o termo “manejo” quase sempre implica a diminuição da diversidade biológica de espécies e da heterogeneidade do meio ambiente. No caso dos índios, o manejo é feito no sentido de transplantar e difundir espécies para sua preservação (RIBEIRO, 1987).

A busca da reposição dos recursos naturais em áreas de ocupação Kaiowá e Guarani poderá contribuir para o bem estar e autonomia, necessários para sua organização social (BRAND, 2003). Porém, acres-

centa o mesmo autor, a reposição destes recursos só será possível se os projetos conduzidos em seu território levarem em conta, em todos os passos de sua implementação, a íntima interdependência entre a natureza, os homens e os deuses – ou seja, é de fundamental importância a compreensão e a articulação dos modos, esquemas e lógicas de pensamento destes povos.

Existem diversos projetos de desenvolvimento e mudança implantados entre as populações indígenas centrados em critérios de crescimento econômico e avanço tecnológico. Apesar de suas boas intenções, eles acabam reproduzindo as mesmas relações de dependência que procuram superar. Este quadro se deve ao fato de desconhecem ou desconsiderarem as características próprias e distintas das economias indígenas e sua relação com o território. Há uma tendência dos agentes promotores destes projetos, de considerar as comunidades indígenas como estando inseridas na mesma problemática da sociedade em que se encontram, considerando apenas os indicativos de ordem econômica e desprezando as suas particularidades (BREMEN, 1987). Para muitos planejadores tem sido mais fácil culpar os próprios indígenas pelos seus fracassos do que reconhecerem sua incapacidade perante à realidade destes povos (*Id.*).

Neste contexto, o presente artigo objetivou fazer uma abordagem sobre a paulatina, porém consistente recuperação da vegetação remanescente, em área Kaiowá e Guarani, graças à integração dos esforços de moradores locais e órgãos parceiros, associados ao imenso acervo de conhecimentos tradicionais.

O Conhecimento Indígena e a Biodiversidade

Os povos indígenas, desde há muito, possuem um patrimônio de informações da biodiversidade e de como captar e utilizar os recursos naturais à sua volta (POSEY, 1987). Estudos feitos com os Achuar do Equador demonstraram que um Achuar adulto conhece praticamente todas as plantas de uma floresta, a lista de nomes já registrados chega a 262 espécies (DESCOLA, 1988). Robert Carneiro (apud POSEY, 1987)

acrescenta ainda que os Kuikuro, na Amazônia, utilizavam 80% das árvores, arbustos, cipós e ervas de seu habitat para construção de abrigos, artefatos, transporte, alimentação, perfumes e cosméticos, além de conhecerem as propriedades físicas da maioria das árvores encontradas na floresta, tais como dureza do tronco, peso, flexibilidade, resistência à deterioração etc. Plantas coletadas pelos índios da Amazônia são utilizadas para confecção de cordame, cobertura de casas, perfume, lenha, pigmentos, resinas, fibras, e outros (POSEY, 1987). A utilização de plantas silvestres implica o conhecimento de técnicas exploratórias que estão muito além da simples coleta de espécies (LÉVI-STRAUSS 1987).

É evidente que as etnias citadas estão em áreas relativamente extensas com uma realidade diversa da que viviam e vivem os índios do Mato Grosso do Sul. No entanto, este e outros trabalhos devem deixar patente que os Kaiowá e Guarani também detinham e ainda detêm esses conhecimentos.

Havia, também, por parte desses povos, um forte conhecimento sobre a biodiversidade. Vale ressaltar, a propósito, que a escolha da região para construção das aldeias obedecia a três critérios fundamentais: terras de mata, próximos a rios e córregos e terras boas para agricultura. A postura guarani diante do meio ambiente não era passiva, pois desenvolviam diversas atividades de manejo ambiental para fins de coleta, introduzindo espécies vegetais e aumentando a população vegetal de seu interesse, fruto de um amplo conhecimento dos recursos naturais (NOELLI, 1993).

Os Kaiowá e Guarani não possuíam um termo similar aos povos ocidentais, relativo à planta, táxon e flora. Sua classificação (GARCIA *apud* NOELLI, 1993, p. 144), contemplava dez categorias:

- *Ka' a*: ervas. Plantas de caule herbáceo, cujos ramos não formam copa.
- *Yvyra*: árvore. Plantas de caule lenhoso e de grande porte.
- *Ysypo*: cipós. Trepadeiras com espinhos e gavinhas.
- *Kapi'i*: capins. Plantas com caule herbáceo, com folhas finas e compridas.
- *Temity*: plantas da roça.
- *Karagwata*: plantas com folhas em

touceiras, como o caraguatá, bromeliácea.

- *Yvyra regegwa*: plantas parasitas e orquídeas.
- *Pohã*: plantas utilizadas no preparo de remédios para curar enfermidades
- *Porá*: plantas criadas por seres sobrenaturais. Desenvolvem-se nos *yvanga* (céus), para alimentação dos que ali viviam.
- *yvy regegwa*: plantas sem flores, de sombra e de lugares úmidos, como os musgos.

Uma grande parte da biodiversidade brasileira se encontra em lugares habitados por comunidades indígenas que, desde antes do encontro com a civilização, já conheciam formas sustentáveis de uso dos recursos do meio ambiente (PRIMACK e RODRIGUES, 2001). No entanto, o amplo conhecimento desses povos sobre a biodiversidade, juntamente com a própria biodiversidade e com a maior parte dos mesmos povos indígenas, foi aniquilado. A maioria dos conhecimentos remanescentes encontra-se atualmente entre os mais velhos, especialmente devido ao desinteresse dos mais jovens, associado à substancial redução dos recursos naturais. Para ilustrar, note-se que muitos relatos históricos sobre os tupinambás registram os mais velhos a lamentarem o comportamento dos mais jovens, que ao longo do tempo abandonaram o caminho e o exemplo dos antepassados (PEREIRA, 2004). Entre os Kaiowá e Guarani o forte contato das novas gerações com o mundo moderno resulta em mudanças de valores e em conflitos com as gerações mais velhas.

O comportamento modernizante dos jovens é considerado extravagante, contrário à tradição (PEREIRA, 2004). Por outro lado, a parentela do jovem tende a ser tolerante com esse tipo de comportamento, tido como parte dos arroubos dos jovens, que com o tempo serão colocados em um patamar razoável de convivência, até porque consideram se tratar de pessoas bem formadas, conhecedoras das boas regras de convívio social (*id. ibid.*).

Parceria entre as comunidades e pesquisadores

A redução do tamanho original das áreas com cobertura vegetal nativa e o aumento do isolamento dos fragmentos

causados pela paulatina diminuição de habitat ameaçam significativamente a conservação da biodiversidade, dos recursos genéticos e da disponibilidade desses recursos para utilização extrativista por parte da comunidade. Quanto mais fragmentadas as paisagens, mais difícil a conservação ou utilização racional dos recursos genéticos (COSTA e SCARIOT, 2003).

Para que possa haver uma parceria entre pesquisadores e indígenas na criação de alternativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida destes povos, é necessário que técnicos e pesquisadores externos conheçam os povos com os quais trabalham e sua lógica peculiar; e, por parte das comunidades indígenas, conhecimentos básicos sobre o funcionamento no entorno regional, das suas possibilidades e limitações.

Os Kaiowá e Guarani compreendem as condições que lhes foram impostas e os problemas gerados por elas, por esta razão são parceiros na implantação de projetos coordenados pelo Programa Kaiowá/Guarani (UCDB), que estão sendo implementados, sobretudo em quatro grandes áreas: Recuperação Ambiental e produção de Alimentos; Educação Escolar Indígena Diferenciada; Saúde Preventiva; Comportamento e Território. Neste sentido, há plena consciência de que soluções para os impasses que estes povos enfrentam só poderão ser encontradas através de uma busca conjunta, dialogando e aproveitando as experiências de vida desses povos. Isso tudo a partir da ressalva de Brand (2001, p. 66):

essa busca conjunta ou diálogo deve abranger todos os momentos e passos, desde o diagnóstico até a concretização da iniciativa, lembrando sempre, no entanto, que cabe a **eles, aos indígenas**, a palavra decisiva, haja vista sua condição de profundos conhecedores dos recursos naturais regionais (grifo nosso).

Os trabalhos desenvolvidos a partir desta parceria, na reserva de Caarapó, têm por objetivo a recuperação ambiental da região segundo o modo de ser e fazer dos Kaiowá e Guarani. Entre eles se destaca a construção de represas em regiões estratégicas para a ampliação da oferta de água, pesca e contenção da erosão, a recuperação da mata ciliar, especialmente nas beiras dos córregos, a implantação de um viveiro de

sementes nativas, para a recuperação de áreas degradadas, e o incremento dos quintais, para a ampliação de espécies alimentícias e medicinais, além da execução do projeto corredores ecológicos que visa interligar os fragmentos existentes na aldeia. Essas atividades são elaboradas a partir da discussão e articulação com os grupos familiares e professores que atuam na reserva.

Um viveiro de mudas florestais, já instalado na Reserva de Caarapó, é articulado com a escola Indígena e possui capacidade para produção de 200 mil mudas por ano, sendo 150 mil em tubetes. O viveiro é um importante suporte para os plantios das espécies arbóreas, além de um centro de aprendizagem e prática de educação ambiental.

Com o aumento da fragmentação tornou-se ainda importante a implantação dos corredores ecológicos entre os fragmentos, que por sua vez são percebidos como elos contínuos entre partes de um ambiente. Funcionalmente, o corredor propicia o fluxo gênico para que as populações desse ambiente mantenham a sua diversidade genética, requisito para sua estabilidade e saúde (SAUNDERS et al., 1991).

Através da realização destes trabalhos (e outros), os profissionais do programa Kaiowá/Guarani se propõem a estabelecer uma parceria com esta comunidade e também a ampliar e difundir o conhecimento científico sobre estes povos, fomentando uma interação da comunidade acadêmica com órgãos públicos e a sociedade em geral, respeitando sua diversidade e contribuindo para o fortalecimento da cidadania dessas populações. Estas ações, em parceria com a comunidade, têm proporcionado a recuperação ambiental com a ligação dos fragmentos florestais a partir da regeneração natural e o plantio de espécies nativas da região.

Espécies remanescentes

Estudos fitossociológicos dos principais fragmentos florestais remanescentes da reserva Indígena de Caarapó demonstraram que as principais espécies características desta formação florestal são: jequitibá (*Cariniana estrelensis*), aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), louro-preto (*Cordia trichotoma*), castelo (*Callicophyllum multiflorum*), peroba

(*Aspidosperma spp*), angico (*Piptadenia spp*), piúva (*Tabebuia spp*), entre outras (BENATTI, 2004).

O Cerradão, Savana Arbórea Densa ou Savana Florestada é uma formação florestal com aspectos xeromórficos. Caracteriza-se pela presença de espécies que ocorrem no cerrado, *stricto sensu* e também por espécies de mata. Embora não seja considerado como floresta na classificação Brasileira e Internacional, os cerrados possuem fisionomias florestais (POTT *et al.*, 2003). A Savana Arbórea Aberta, campo cerrado ou Savana Arborizada aparece ocupando extensas áreas distribuídas por todo o estado (MATO GROSSO DO SUL, 1989). Caracteriza-se por apresentar fisionomia nanofanerofítica rala e hemicriptofítica graminóide contínua, sujeita ao fogo anual. Estas sinúsias dominantes formam fisionomia raquítica em terrenos degradados, podendo em sua composição apresentar um potencial lenhoso relativo expressivo.

A Savana Arbórea Aberta representa a maior área de abrangência da Reserva Indígena, em áreas antropizadas (pastagem), ocupadas anteriormente com *Brachiaria decumbens* (BENATTI, 2004). Espécies tipicamente colonizadoras, presentes de forma significativa nestas áreas são a *Rapanea ferruginia* (pororoca) e a *Terminalia argentea* (capitão). Para uma lista mais detalhada das principais espécies de ocorrência nos fragmentos florestais remanescentes da Reserva Indígena de Caarapó sob domínio das fitofisionomias da Floresta Estacional Semidecidual e Cerradão no âmbito, pode-se consultar Benatti, 2004 (p. 44-45).

O levantamento florístico com base na identificação (nome em guarani, nome científico), porte, estágio de desenvolvimento e total de indivíduos presentes, segundo o conhecimento tradicional indígena, foi realizado em um fragmento da Reserva de Caarapó, na microrregião do Jacairá. Para tal, demarcou-se uma parcela de 20 x 20 m, totalizando 400m². Pretendeu-se com este procedimento ter-se uma idéia, em uma pequena área amostral, de como os indígenas identificam e dominam os recursos genéticos remanescentes.

Recursos naturais e subsistência da comunidade indígena nos relatos de informantes raros

No sentido de verificação e recuperação de conhecimentos tradicionais da reserva, realizou-se uma série de entrevistas com pessoas reconhecidas pela comunidade como possuidoras de conhecimento, experiência e tradição em práticas de extração e utilização dos remanescentes florestais da reserva, também por residirem na aldeia há pelo menos dez anos. Por constituírem uma minoria, essas pessoas são também chamadas de informantes raros. Com esse perfil foram encontradas e entrevistadas oito pessoas. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, que têm a capacidade de explorar os dados verbalizados, expondo os elementos psicossociais subjacentes ao discurso dos entrevistados, relevantes à pesquisa, ou seja, o entrevistado tem a liberdade de se expressar livremente sobre o assunto abordado (VIETTA, 1997). Nos relatos mais abaixo, os nomes dos indivíduos são preservados, porque o uso das suas falas quer ser uma manifestação do fato de que eles participam da construção de um conhecimento que se quer recuperar, e não criar *ab ovo*, com este trabalho. Noutras palavras, a comunidade, presente nas vozes de seus professores e informantes raros, é de certa forma, coautora desta pesquisa.

Além das entrevistas, foram realizadas ainda reuniões temáticas com a equipe técnica do Programa Kaiowá/Guarani e os professores da comunidade indígena de Caarapó. Essas reuniões integram as atividades do Projeto "Plano de Gestão Ambiental para a Reserva Indígena de Caarapó, MS". Foram duas reuniões, em 21 de março de 2005, na região do *Saverá* e em 22/3/2005 no *Mbocajá*. Discutiu-se então com a comunidade propostas para a recuperação ambiental, o problema do uso de fogo e a produção de alimento (mandioca, milho, arroz, e outras culturas agrícolas peculiares a sua alimentação), visando, desta forma, uma melhoria em sua base nutricional e uma busca conjunta no processo de preservação e revegetação dos fragmentos florestais remanescentes.

Durante as entrevistas foi constatado um elevado nível de conhecimento por par-

te dos mais velhos (entre 45 e 95 anos) e grande interesse dos professores mais novos, que buscam na experiência dos mais velhos conhecimentos para serem disseminados entre os alunos da escola indígena, dentro de uma realidade atual, dado que muito do que era vivenciado pela cultura Kaiowá e Guarani já não existe mais. Os informantes relatam experiências sobre como eram utilizadas diversas espécies arbóreas da região. Muitas delas são usadas ainda hoje na construção e cobertura de casas, na confecção de cabos para ferramentas e medicinalmente. Neste último caso, com menos frequência, em função da presença do posto de saúde dentro da aldeia, conforme relato de Eliel Benites, Kaiowá, 26 anos, professor na escola indígena Nandejara, na Reserva de Caarapó.

Hoje em dia diminuiu bastante o uso dos conhecimentos tradicionais. Essa questão de usar planta medicinal, de usar casca de madeira, foi substituído pelo posto de saúde, consulta médico, essas coisas diminuiu consideravelmente em relação ao uso de vegetal, de árvores pra remédio.

Para escolher a madeira (*yvyra*), os guarani consideravam a dureza e dimensão do caule, avaliavam até o grau de dificuldade para rachar o lenho (GARCIA, *apud* NOELLI, 1993). O uso da madeira seguia normas tecnológicas e simbólicas: certos utensílios só podiam ser confeccionados com madeiras específicas, entre eles, bancos, pilões, canoas, cabos de maracá, entres outros (*Id.*). Os maracás estão presentes em todas as tribos e ilustram a idéia da integração entre o ambiente, a cultura e o sagrado. Podem ser usados como guizos ou presos ao corpo. São confeccionados de caroços de frutos, sementes, unhas e dentes de animais, caramujos, carapaças de tartaruguinhas, entre outros. São muito usados como tornozeliras nas danças, assim como também aparecem atados a bastões, sempre conservando significados místicos (VIDAL, *et. al.*, 1992).

A grande maioria dos artefatos e peças constituintes de casas, implementos, armadilhas e outros, deveriam ser confeccionados com madeiras escolhidas por suas características específicas. No relato abaixo, o professor Eliel Benites (Kaiowá) discorre sobre a importância da madeira para cultura indígena

e sobre as consequências do desmatamento na aldeia.

Antigamente usava bastante árvore pra casa, hoje o fato de usar bastante diminuiu, a vegetação aqui na aldeia. Essa é uma das coisas que favoreceu o desmatamento e a principal fonte de construção é as árvores mesmo, e isso é uma das coisas que levou ao desmatamento que depende essencialmente das madeiras. Quando tiveram assim bastante variedade das árvores, por exemplo, a peroba, aquelas árvores mais resistentes, usava mais aquelas árvores, mais agora acabou, usavam mais árvores que estavam a disposição. Antes eles se preocupavam muito com a qualidade da madeira, usava guatambu, peroba, porque são mais resistentes, fica mais tempo como a aroeira, peroba, fica pra sempre. Os índios valorizavam isso, priorizavam esse tipo de madeira, mas como acabou usam o que está a disposição. Hoje Eucalipto é madeira alternativa pra eles, com a preocupação de recuperar, de deixar ainda essas árvores, em substituição é o Eucalipto [...]

Entre os Guarani a derrubada das árvores para construção de casas era denominada *ayeoquita*, ou seja, "derrubei paus para minha casa" (NOELLI, 1993). A construção das casas também obedecia a normas simbólicas na escolha da madeira, e as mais utilizadas eram a *yvyirapi'u* (farinha seca – *Ruprechtia laxiflora*), o *yari* (cedro – *Cedrella fissilis*), e o *yvyraromi* (guatambu – *Aspidosperma australis*) (*Id.*, p. 90).

Utilização de espécies arbóreas pelos Kaiowá-Guarani

Durante as entrevistas, 40 espécies arbóreas foram citadas pelos informantes, das quais 55% eram utilizadas para construção de casas, 12,5% para confecção de cabo de ferramentas, 15% na alimentação, 70% como remédio e 27,5% em artefatos de madeira como, cochos para chicha, pilão, socador para o pilão, cestos, arco e flecha, corda, banco e colar.

Os povos indígenas possuem informações atualizadas sobre a diversidade biológica, além de dominarem a técnica para captação dos recursos (POSEY, 1987). Os relatos dos diversos representantes mostram que, apesar dos sérios problemas que enfrentam, ainda alguns moradores da aldeia conservam os conhecimentos.

O *yary* (cedro - *Cedrella fissilis*), era uma espécie muito utilizada pelos Kaiowá e Guarani. Devido às suas propriedades medicinais e facilidade de se trabalhar a madeira, com o cedro eram fabricadas canoas, brinquedos, casas, pilão, etc. Apesar do grande interesse extrativista, os índios a respeitavam muito, não a cortavam em vão, conforme relata Avelino Ramires, índio Kaiowá.

Cedro (*yary* - *Cedrela fissilis*) é muito remédio, bom pra dor de cabeça, casca dele tira pedaço e amarra pedacinho na cabeça, deixa um dia, aí sara. Madeira dele corta e usa pra casa, barco e pra fazer reza pra criança. A raiz é bom pra dor de cabeça, dor de garganta, faz chá com água quente. A semente é bom pra dor de ouvido, dor de estômago, maceta fruto coloca água quente e toma. Antigamente não plantava cedro, aqui lugar do cedro, tudo cedro. Antigamente não plantava cedro, sabe por que? Eu índio tinha medo, porque quando plantava árvore e ela crescia até altura de índio, ele morre, árvore tinha que crescer sozinha. Pra plantar cedro tinha que rezar a noite inteira, são 3 tipos, o cedro, Angelim e erva-mate. Antigamente quando achava cedro, não cortava, cuidava, erva também, quando achava erva mate não corta, se vai cortar aí reza muito, aí pode cortar. Antigamente tem medo, eu falei pro meu pai que eu planto tudo, então ele falou pra mim pegar uma pedra pra sentar então eu vou viver. Eu não tenho medo mais.

Entre os objetos feitos com a madeira pelos indígenas destacam-se os brinquedos para as crianças, miniaturas fabricadas a partir da imitação de objetos de uso cotidiano: cestos, arcos e flechas, animais das florestas como macacos, sapos, tamanduás, e outros (VIDAL *et al.*, 1992). Objetos utilizados em rituais geralmente não eram reproduzidos como brinquedos, pois pertencem ao mundo dos adultos. Na cultura Guarani, o cedro era uma das espécies mais utilizadas para produção de brinquedos. Com ele também se fabricavam pilões e cochos para chicha e remédios.

Edmilson Campos (guarani, 21 anos) reporta que

[...] nós fazia brinquedo de madeira o *yuyra para* (feito com o cedro, semelhante a uma espada de madeira), pombinha, tatu. Nos também fazia pilão e cocho pra colocar chicha e cochinho pra remédio.

Os pilões (*angu'a*) são recipientes de madeira nos quais trituravam sementes de milho, socavam arroz e esmagavam mandioca e tinham formato cônico ou chato (NOELLI, 1993). A madeira mais utilizada para fabricar o pilão era o cedro, na sua ausência o *angway* (Bálsamo - *Myrocarpus frondosus*), ou *yvyra* (*Holocalyx balansae*) (1993). O socador (*avati soka*) do pilão podia ser de outras madeiras - conforme Grassiano Fernandes (Guarani), “[...] ipê, aroeira e peroba”.

Os guarani eram argonautas por excelência: detinham varias técnicas na fabricação de embarcações. As *iga* (canoas) seriam escavadas principalmente em troncos de cedro, devido a seus atributos simbólicos. Na sua falta, eram utilizadas o *guapo'y* (gênero ficus), *sy'ynhandi* (*Eritrina crista-galli*) (cf. NOELLI, 1993), além de outras espécies.

O Angelim, hoje inexistente na aldeia, foi uma espécie de grande utilidade na cultura desses povos, devido às suas inúmeras propriedades medicinais. Esta árvore, segundo Avelino Ramires, se queimada ou utilizada de forma incorreta, trazia moléstias para os moradores da aldeia. Por outro lado, o angelim era utilizado no tratamento de inúmeras doenças. Abaixo seguem alguns relatos de vários informantes acerca da utilização do angelim e outras espécies arbóreas da cultura Kaiowá e Guarani. Dados os limites deste trabalho, os relatos tiveram que ser selecionados, mas a sua forma está preservada como foram feitos. Assim, tem-se:

O **angelim** (*Chiru* - *Dinizia excelsa*) antigamente é bom remédio à hora que tem coceira assim, agora usa também, coloca, bate assim a raiz dela e aí passa. A reza faz assim, e aí coloca com água e benze assim e aí pode passar. O angelim antigamente chama *chiru*, esse aí é tudo remédio, é tudo remédio, casca dele, folha dele, raiz dele, ele não pode queimar não, se queima assim e joga, vira doença, casca dele também tira assim e joga qualquer lugar e vira também cobra, antigamente ele não é fácil pra tirar, se vai tirar a casca dele tira e reza três dias aí vai tirar, aí nos fazemos remédio pra tudo, criança. Pra tudo é bom, pra estômago, pra garganta, pra dor de barriga e criança não ta urina bem, antigamente esse aqui tira pra fazer *chiru* e algum criança ta doente, lava assim aí dá pra ela assim. A árvore não tem mais.

Amescla (*sy* - *Protium heptaphyllum*), o leite dela antigamente toma na água pra dor de

barriga e também colocar nas juntas do corpo pra dor.

Canelão bosta (*Lavrel tekaka - Ocea sp*), esta não bom usar madeira, quando chove fica cheiro forte. Remédio bom pra puxar espinho que entra na pele.

Guarita (*yvyra piriri - Patagonula americana*), esse é remédio, antigamente não usa pra casa porque hora que queimava, saia fásca pra todo lado, ela puxa raio. Hoje usa pra casa porque alguns não sabe que ela puxa raio. Esse aí quando criança nasce coloca um pedacinho dela na criança pra espantar doença.

A **sucupira** (*Sucetia fruticosa*), é bom pra dor de barriga, dor de estômago e dor de cabeça, é bom casca dele, é bom também semente dele, também semente dele tira assim também, pra torra assim pra fazer chá pra criança, madeira não usa, esse aí quando mulher tá grávida e também se tomar assim criança sai. Aqui não tem mais, mais tinha antigamente. O pai ensina o filho também, quando criança sabe que tem sucupira aqui já leva pra plantar, porque sabe que é bom.

O **angico** (*kurupa'yrã - Albizia polycephala*) é bom pra remédio, tira casca dele, aquela branquinha, coloca água e aí quando criança esta com dor nos olhos, então coloca. A madeira dele é bom pra lenha, tábua, casa. Antigamente usava muito pra lenha, na cinza dele colocava a canjica.

Esse aí **angico** também (*Anandenantara columbrina*) é bom pra curtir o couro da vaca, maceta bem casca dele, aí coloca o couro com água, 60 dias já curtir, depois faz qualquer coisa, laço. Esse também remédio, bom pra coceira, usa a casca dele quando criança tem tumor. A madeira dele usa como flecha. A semente deste angico tem aqui e esta quase boa pra colher.

A **aroeira** (*urunde'y - Myracrobium urundeuva*), a casca dele é bom pra dor de barriga, dor de estômago. Antigamente usava muito e hoje usa muito também, casca dele ferver e fazer chá. Usa também pra flecha e poste, usava também barco.

Canjarana (*kacharana - Cabralea canjerana vell.*), é bom quando animal, cachorro, tem muita coceira, lava assim qualquer animal que tem ferida, pega casca, esmaga e passa. Hoje usa bastante, madeira dele é bom poste.

Candeia (*tatar*^{1/2} - *Gochnatia polymorpha*), tem muito aqui na aldeia, é bom pra tosse, folha dele também remédio pra dor de

garganta e pra gripe, casca dele também é remédio, tira casca dele faz chá e toma 3 vezes ao dia. Ela é boa pra pressão alta, os antigos usavam bastante, hoje usa pouco. Os mais jovens sabem pouco disto, é mais os antigo que conhece. Hoje em dia usa mais pra cabo de enxada e foice.

Capixingui (*yvyravev'ji - Croton floribundus*), esse é bom pra dor de garganta, quando criança esta gripada tira casca, raiz dele também, faz chá. Hoje usa pouco, a madeira é fraca, bom pra remédio.

(Até aqui, o depoimento de Avelino Ramires)

Erva-mate (*ka'a - Ilex paraguariensis*), Antigamente a erva não podia ser jogada em qualquer lugar porque virava bicho, o pó dela virava pulga e criança não podia tomar tereré, hoje em dia isto esta desvalorizado, criança toma tereré desde pequeno [...] Antigamente quando criança tomava tereré e ia dormir, levantava e ia embora, fica dormindo e andando, vai embora, mas hoje em dia criança toma tereré desde cedo.

(Eliel Benites, professor indígena, 26 anos).

A canafístula era usada entre os Guarani como corante vermelho para colorir fios, tingidos através do esfregaço direto com as partes vegetais, ou por imersão em água para diluir os pigmentos (NOELLI, 1993). Da mesma forma, por suas propriedades medicinais, também era utilizada em ferimentos, chás e outros usos, além de apresentar madeira boa para tábuas, postes e cabos de ferramentas. Esta é uma espécie arbórea de grande ocorrência na área da aldeia de Caarapó.

Canafístula (*Yvira pytã - Peltuphorum dubium*), casca dele é bom pra quando pessoa corta assim, casca dele pode macetar bem, pode ferver, fica parecendo mercúrio. A folha dele também bom pra corte, maceta põe água e lava, 30 dias já tá bom. A madeira dele é bom pra ripa, poste e usa até agora, tem bastante aqui na aldeia. Este canafístula é bom remédio, turbeculose, faz chá da casca dele, faz xarope e toma 3 vezes ao dia por 30 dias, meu pai faz muito isso, mas algumas pessoas sabe isso.

(Avelino Ramires).

Canafístula: com esta faz lasca pra casa pra fazer cabo de machado. Tem que rachar no meio.

(Ipólito Martins).

São várias as espécies de palmeiras utilizadas pela cultura indígena para

construção de casas, consumo dos frutos, folhas para cobertura e o palmito ou broto terminal (LÉVI-STRAUSS, 1987). Os palmitos de quase todas as espécies podem ser aproveitados, alguns têm sabor amargo, como por exemplo, a gariroba, (*Syagrus oleracea*). As palmeiras são utilizadas pelos kaiowá e guarani também para confecção de arcos, cestos, remédio e casas, conforme relatos abaixo.

Guariroba (*guavira pytã - Syagrus oleracea*), bom palmito, arco e não quebra. A raiz dele é bom pra, não sei como chama, é gonorréia, toma chá três vezes ao dia por 15 dias, hoje usa pouco

(Avelino Ramires).

O **bacuri** (*Platonia insignis Mart.*), era bom remédio, diabete, toma no chimarrão a casca dele, ou então faz o chá. A madeira dele é bom parede, hoje já não usa mais.

Pindó (*Arecastrom romanzoffianum*), usava pra fazer casa, cesto e chicha dos frutos.

(Claudia Martinez).

Diversas etnias indígenas extraíam óleo dos frutos das palmeiras, através de seu esmagamento e fervura. Desta forma podia ser utilizado como combustível para cozimento ou como medicamento (LÉVI-STRAUSS, 1987). Segundo o mesmo autor, estes óleos eram misturados com urucu (*Bixa orellana L.*), ou algum outro pigmento para pintar o corpo. Algumas das espécies que produzem óleo são os babaçus (*Orbignya speciosa*), tucumãs (*Astrocaryum tucumã*), palmeiras inajá (*Maximiliana regia*), entre outras, todas de origem amazônica.

Entre o povo Guarani era natural o plantio de palmeira para construção de casas e produção de frutos, pois dependendo da área onde a aldeia fosse implantada, o volume natural de folhas seria insuficiente para atender à demanda de construção (NOELLI, 1993). Certamente, afirma (1993), deveria haver uma ligação entre os períodos de construção de casas e maturação das árvores, principalmente nos ambientes em início de colonização.

Na entrevista abaixo, Ipólito Martins (Guarani, 45 anos) discorre sobre a utilização de diversas outras espécies arbóreas ainda existentes na aldeia. Abaixo se tem uma parte do relato.

Amarelinho (*yvyra ovi - Terminalia triflora*), usa pra fazer cabo de ferramentas, socador do pilão (*avati çoca*), arco e esteio pra casa, porque ela é dura, é fininho, mas é dura, aguenta.

Pau marfim (*Agonandra Brasiliensis*), é bom pra fazer lasca pra casa e ripa.

Mariapreta (*ysapy'y - Diatenoptyryx sorbifolia*), esta não quebra à toa, faz cabo de enxada, machado e parede de casa.

Jatobá (*jatayva*) - Este é remédio, come a fruta, chama bicho. A madeira nunca vi usar.

Guatambú (*Yvyra ñet*) - *Aspidosperma parvifolium*) cabo de enxada, foice, machado, a madeira também é boa pra casa, não quebra atoa, a madeira fina usa pra esteio, madeira grossa lasca pra casa.

Jenipapo (*Genipa americana*) - Bom remédio, este tem que plantar e usa pra pintar a pele. A madeira não pode derrubar, só usa o fruto.

Jequitibá (*Ka'i ka' ygua - Cariniana estrellensis*), tem árvore grossa. Semente boa pra tomar água pra não acontecer nada. Se vai entrar no mato toma aguinha naquilo e podia entrar no mato e não acontecia nada. A madeira não usava, usava a casca, puxava da árvore e fazia corda pra amarrar a casa, madeira e não arrebentava fácil.

Mandiocão (*tatovy - Didinopanax morototoni*) é bom pra casa, pra parede, ele lasca à toa, ele usa só pra parede. Lasca muito fácil por isso não bom pra esteio só parede. Faz banco, tá-bua, antigamente tinha muito, fogo acabou com tudo, mas agora esta nascendo de novo.

Copaíba (*Kupa'y - Copaifera langsdorffii*), esse aí bom pra fazer casa, ele é grosso mas tem que lascas pra fazer parede, o cerne quando ta fininho usa pra esteio. A casca tira que nem jequitibá pra fazer corda pra amarrar. Ele tem um óleo também, é remédio pra ferida.

Peroba rosa (*yvyraro pytã - Aspidosperma polyneuron*) é bom remédio, dor de barriga, dor de cabeça. Esse eu nunca vi usar madeira, usa mais pra remédio.

Erva de anta (*mborevy ka'a - Dimorphandra mollis*), este é comida de anta, não usa madeira.

Guajuvira (*Guaaja'yvi - Patagonula americana L.*), cabo de enxada, não quebra atoa, machado e foice, se tiver um galho meio fino serve pra usar pra casa, mas muito difícil, pois quase não quebra atoa.

(Ipólito Martins).

Um dos pigmentos mais utilizados pelos índios da América do Sul foi o *yrucu* (urucu - *Bixa orellana* L.), planta silvestre muito difundida, do rol das que não sofreram modificação com o cultivo (LÉVI-STRAUSS, 1987). Após lavadas e esmagadas, suas sementes são postas para secagem. Concluído o processo, os pigmentos depositam-se no fundo do recipiente, onde são misturados com óleo animal, vegetal ou goma (1987). O urucu corria fios de algodão, armas, cerâmica e outros utensílios. Porém, seu emprego mais corrente era o de pintar o corpo e o cabelo. Além da extração de corante, das raízes do urucu também fazia-se o *guarapay*, instrumento musical sagrado utilizado pelo cacique em festas para alegrar os integrantes da aldeia.

Urucu (*yruki* - *Bixa orellana* L.), a madeira usa pra fazer o *gurapay*. Antigamente quando tocava assim, tudo, jovem, juventude ficava feliz, alegre, só tocava quem sabia tocar o cacique. Hoje não toca mais. Usa também pintura, pra pintar o rosto.

(Avelino Ramires).

A natureza e o sobrenatural

Na visão de mundo dessas populações, homens, plantas e animais integram o mesmo mundo, distinguindo-se apenas pela diversidade de aparências e pela linguagem ou sua falta, podendo haver também inversão de papéis, em alguns casos em que humanos se tornam animais e animais humanos (DIEGUES e ARRUDA, 2001). Nessa perspectiva, o território é o espaço da experiência dessas interrelações. A concepção de território para as sociedades indígenas tem como suporte a vida social ligada a um sistema de crenças e conhecimento (BRAND, 2003).

Para haver uma relação harmônica com a natureza também era necessária uma relação de harmonia com os deuses. Por esta razão, entrar na floresta sem pedir a autorização do "dono" era um desrespeito a estas relações, e um risco. Além da autorização, os índios pediam proteção para não se perderem na mata, contra animais peçonhentos e para encontrar caça.

Antigamente fazia bastante reza pra entrar no mato, minha mãe, meu pai rezava, era pra não encontrar cobra, não se perder, pra

encontrar caça, faziam a oração deles, hoje não acha mais o mato. As crianças é difícil de entender e saber o que que é de antigo, então agente não tem como explicar porque eles não viram como é (Orlando Juca da Silva, guarani, 49 anos).

Entre os mais velhos ainda persiste o hábito cultural de pedir autorização ao dono da mata, mesmo em meio às mudanças ambientais ocorridas na aldeia. Para eles, a comunicação com os espíritos dos seres era possível mediante a capacidade de estabelecer relação com o sobrenatural (BRAND, 2003). Muitos tentam manter vivo este costume, às vezes usando relatos como o da experiência de Claudia Martinez (guarani):

Toda árvore tem um dono, então tem que rezar, tem que pedir na reza pra usar a árvore. O dono a gente não vê, é tipo um espírito. Eu fui uma vez cortar uma árvore com frutinhas e puxei as raízes da árvore que tinham crescido e senti um arranhão no meu pé, eu achei que era caraguatá, mas não era, então comecei a ficar doente, a carne do meu pé começou a inchar e a sair pra fora, aí fiquei de cama, aí veio o cacique, veio rezar pra mim e descobriu, falou que pra cortar tem que pedir pro dono da árvore. Quando eu saio pra qualquer parte, eu rezo pra não encontrar espírito, cobra, pra encontrar caça.

A mesma Claudia Martinez relata que [...] antigamente pra planta tinha que rezar pra qualquer semente, é um tipo de batismo (*mongarai*), tinha que rezar pra mandioca, milho, batata, pra vir chuva e crescer bem. Tinha que pedir pro dono dela deixar ela (planta), crescer.

Como mecanismo adaptativo e cumulativo, a cultura sofre mudanças em que traços se perdem e outros se adicionam, em velocidades variadas nas diferentes sociedades. Eliel Benites salienta que muitas destas mudanças ocorreram devido às transformações ambientais ocorridas ao longo dos anos. Fica muito claro em seu relato que é fundamental a preservação do ambiente, que por sua vez depende da recuperação do sentido do território, para haver uma preservação da cultura:

Hoje, questão do sobrenatural mudou um pouco, diminuiu esta questão, porque índio mudou o ambiente. Antigamente tinha mais mato e todas estas coisas tinham mais valor, era mais presente. Não é questão de perda de valor, é que ambiente era mais diferente,

era mais presente, tinha mais necessidade de caminhar no mato e tudo isso era necessário e hoje em dia foi substituído pelos conhecimentos de fora e pouco a pouco foi deixado de lado essa questão, isso também contribuiu para mudança do ambiente, porque agora não tem mais mato. Depois que acabou mato não tinha mais necessidade de rezar, é uma das coisas que levou a diminuir esta questão, o conhecimento ficou mais pros mais velhos, as novas gerações ficam sem conhecimento disso, esse conhecimento tem sido passado aos mais jovens, mais não é usado no cotidiano prático e isso não é usado no dia a dia, antigamente passava esse conhecimento e usava no dia a dia, mais tinha no cotidiano das pessoas, hoje fica mais no conhecimento teórico, mas na prática não acontece porque o ambiente mudou.

A Escola e a disseminação de conhecimentos indígenas tradicionais

A Escola Indígena Nandajara, sediada na Reserva de Caarapó, desempenha um papel fundamental de reorganização social, cultural e econômica do povo Kaiowá e Guarani, mediante o trabalho com elementos básicos da cultura, inserindo-os no cotidiano da comunidade. Entre eles estão as danças tradicionais, o artesanato, os rituais, as músicas, os conhecimentos da medicina tradicional. O processo facilita também a aquisição de conhecimentos, valores e técnicas modernas que possam complementar a busca de soluções para antigas e novas demandas.

Hoje a escola tem o papel de contribuir com a aprendizagem dos alunos e, neste processo, há uma forte sinergia entre a teoria e a prática. Muito dos conhecimentos tradicionais peculiares à utilização das espécies florestais que ao longo dos anos foram se perdendo, hoje tem sido transmitidos aos alunos, que ajudam no plantio de mudas produzidas no viveiro da aldeia. Paralelamente, são instruídos acerca da função ecológica e das demais utilizações que tais espécies podem ter. O mais importante é que os jovens compartilham estes conhecimentos com a família, fortalecendo, desta forma, elementos de uma cultura que vinham caindo no esquecimento.

Os de mais idade sempre passa pros filhos e os filhos também hoje aprende, os dois lados aprende, porque na escola quando ele

vê que ta na realidade aí começa a entender que tem que valorizar o conhecimento que o vô, o pai, a mãe que passa pra esses adolescentes, assim eles tão trabalhando e assim eles põe em prática. Eles entendem desta forma. O conhecimento que meu pai, meu avô passou pra mim, to passando, contribuindo com eles, conhecimento que agente conhece e assim pra explicar pra eles, eu tenho muito prazer, porque eu já tenho esse conhecimento, então hoje valeu muito e ajudou a gente. (Otoniel Ricardo).

Barbosa e Craveiro, 2004, p. 97, acrescentam que:

É visível a alegria dos alunos por estudarem numa escola onde podem falar a língua materna e vivenciar os conhecimentos da comunidade e da cultura guarani, ao mesmo tempo em que aprendem os ensinamentos da cultura ocidental.

Assim, a escola Nandajara assume um papel multiplicador para a comunidade. Otoniel Ricardo, professor indígena, 31 anos, enfatiza esse papel:

Os jovens são a esperança pra melhorar o futuro do meio ambiente na aldeia. Agente ta plantando na aldeia e cada um tem que sentir a vontade e responsabilidade pra fortalecer o conhecimento da natureza que sempre dependeu da gente e nós depende da natureza. Eles (as crianças), tem que saber na prática, eles tem que entender o que eles vai fazer e como vai continuar. Eles vão receber o resultado e esperar aquilo que foi plantado.

Esses alunos são agora preparados pra repassar mesmo (conhecimento aprendido na escola), contribuir com a família, porque aqui, por exemplo, acontece a todo o momento, a teoria e a prática e o resultado vai dar lá na família, eles tem que repassar todo conhecimento que ele começou aprender aqui e pratica lá na família também.

A gente trabalha as duas coisas, eles tem que entender que cada pé de árvore que vai plantar, tem que saber se é remédio, e ao mesmo tempo vai saber produzir a utilização pra eles, saber se é remédio natural e quais árvores que pega pra construção de casa também. A idade dos jovens é entre 12 e 17 anos, até vinte anos.

A gente passa pra eles oralmente e agente acompanha eles na prática, eles que planta, eles que tem que produzir, eles tem na verdade fortalecer autonomia deles, agente desde agora começa a contribuir juntos com a família. (Otoniel Ricardo)

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes, produzindo um corpo de conhecimento tradicional, que pode ser definido como o saber e o saber fazer, transmitido de uma geração a outra (DIEGUES, 2000). Além disso, a biodiversidade não é vista como recurso natural, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia (DIEGUES, 2000).

Uma das prioridades dos professores indígenas tem sido transmitir o conhecimento tradicional aos mais jovens. Eles entendem que a cultura mudou ao longo dos anos e que, hoje, as práticas religiosas já não são as mesmas vivenciadas em tempos passados e que os da nova geração estão com uma mentalidade diferente da dos mais velhos. Porém, há consciência por parte dos jovens de que a reserva indígena é a sua moradia e é dela que extrairão madeira para construção de suas casas, criarão seus filhos e, até certo ponto, tirarão o seu sustento e o de sua família. Isso está bem sintetizado no relato abaixo, de Otoniel Ricardo:

A gente sempre está discutindo, semana passada com os professores, o conhecimento tradicional nunca morre, mas a geração de hoje percebe que pra voltar no passado, pra fortalecer o conhecimento mesmo, viver a tradição é difícil, mas a gente ta trabalhando com eles pra fortalecer esse conhecimento cultural porque agente sabe que agora acabou o mato, não tem mais, o dono do mato foi embora e agente percebe também que os mais velhos falava isso. Ta voltando (mato), mas vai depender muito dessas crianças e adolescentes, porque mesmo que eles não vivem mais no passado, mas no presente, eles vão fortalecer uma forma adequada como os Guarani Kaiowá, e eles passa futuramente pros filhos deles, tem que entender, fortalecer e construir a história, a nossa história e depois passar de geração pra geração, porque agente sabe que ela não vai morrer, sempre viverá.

A preocupação é uma coisa que eles tão sentindo, essa responsabilidade como será que vai encontrar o meio ambiente, como por exemplo ele ta nesse momento na escola e ta aprendendo a cuidar um pé de árvore e esse pé de árvore vale muito mais do que ele pensa, por exemplo, quando ele vai cortar um pé de árvore, quebrar uma folha, então ele

tem que saber cuidar aquilo que ele plantou, socialmente não é só falar cortar e jogar e desperdiçar, ele tem que aprender tudo, valorizar e a primeira coisa, ele tem que saber plantar, cuidar daquilo e depois ta pronto pra utilizar, saber cortar e mexer com aquilo que foi feito por eles.

Primeiramente eles precisa entender qual deveria utilizar (espécies de plantas), dentro da cultura e porque agente, a preocupação maior é valorizar, cuidar o meio ambiente, o segundo passo agente vai com certeza, como o assistencialismo é muito forte, pra acostumar com isso vai demorar de novo, se voltar o mato novamente.

Conservação, recuperação e resiliência dos fragmentos florestais

A busca pela sustentabilidade deve se constituir em um imperativo dentro da Reserva, pois a manutenção dos recursos está diretamente ligada à subsistência. Devido à paulatina conscientização da comunidade, parte dos fragmentos florestais da Reserva de Caarapó tem mostrado um certo grau de regeneração. Já se tem visto os resultados que o plantio de espécies nativas e os aceiros próximo aos fragmentos têm trazido. Os relatos de Orlando Juca da Silva, 49 anos índio Kaiowá, (mora há 28 anos na aldeia), e Eliel Benites, mostram – recuperando uma linguagem simbólica – que, devido à regeneração dos fragmentos, algumas espécies de aves e mamíferos estão voltando para a Reserva.

Pra melhorar mais, tem que plantar mais, pelo menos até os passarinhos voltar, porque tem muito lugar por aí que ta entrando de novo, até os passarinhos tão voltando pro lugar que tem mato, outros bichos ta começando a entrar de novo, então agente fica muito alegre, porque ta voltando tudo bicho, nesse mato aqui mesmo tem jaú, e seu Avelino disse que viu atrás do barracão uma jaguatirica. Os bicho tão voltando né? (Orlando Juca).

Hoje a mata ta voltando e eu vejo que essa mudança vai bastante contribuir pra volta dos valores quando estiver tudo reflorestado, é um processo lento, isso vai da educação da escola também [...] eles volta como acontecia através desse repasse de conhecimento na prática. Isso tem uma importância muito grande pra cultura dos Kaiowá e Guarani, na reconquista dos valores. (Eliel Benites).

Os resultados obtidos a partir do levantamento realizado na parcela de 20 x 20m demonstraram que há um potencial de recuperação significativo para os fragmentos, em decorrência do número de espécies encontradas, e a importância de sua utilização pelos Kaiowá e Guarani. Foram encontradas árvores e arbustos na fase adulta e em desenvolvimento (QUADRO 1).

O levantamento e a identificação das espécies encontradas no fragmento foi realizado pelo índio Avelino Ramires, experiente

conhecedor da vegetação local e por fotografias do livro Árvores Brasileiras, v. 1 (1992) e v. 2 (1998), de Harri Lorenzi, ed. Plantarum. Entre os Kaiowá e Guarani a identificação das espécies vegetais ocorre pela diferença entre as folhas, troncos, sabor e odor emitidos pelas plantas. Elisabetsky (1987) afirma que é notável o fato de terem uma elevada biodiversidade em seu meio, espécies vegetais distintas, terem percebido empiricamente os princípios ativos e selecionado a maneira mais eficaz de usá-las.

Nome regional	Nome em guarani	Nome científico	Porte	Estágio de desenvolvimento	Total Ind.
Amescla	Isy	<i>Protium heptaphyllum</i>	Arbóreo	Adulto / em desenvolvimento	07
Açoita cavalo	Asõnky'y	<i>Luehea speciosa</i>	Arbóreo	Adulto	01
Canela de veado	-	<i>Galipea jasminiflora</i> (A.St.-Hil).	Arbóreo	Em desenvolvimento	01
Canjerana	<i>Kacharana</i>	<i>Cabralea canjerana</i>	Arbóreo	Adulto / em desenvolvimento	02
Canafístula	Yvyra pytã	<i>Peltophorum dubium</i>	Arbóreo	Em desenvolvimento	03
Canelão-bosta	<i>Laurel tekaka</i>	<i>Ocotea sp</i>	Arbóreo	Adulto / em desenvolvimento	07
Capixingui	Yvyravev'yi	<i>Croton floribundus</i> Spreng.	Arbóreo	Adulto	01
Erva mate	<i>Ka'a</i>	<i>Illex paraguariensis</i> St. Hil.	Arbóreo	Em desenvolvimento	03
Guarita	Yvyra piriri	<i>Astronium graveolens</i>	Arbóreo	Em desenvolvimento	01
Imbaúba	-	<i>Cecropia sp.</i>	Arbórea	Adulto / em desenvolvimento	25
Ingá	<i>Ingá</i>	<i>Inga uruguaiensis</i>	Arbóreo	Em desenvolvimento	02
Jatobá	<i>jatayva</i>	<i>Hymenaea stignocarpa</i>	Arbóreo	Adulto	03
Jequitibá	Ka'i ka' ygua	<i>Cariniana estrellensis</i>	Arbóreo	Adulto / em desenvolvimento	03
Marmelo		<i>Amaioua guianensis</i> Aubl.			01
Pororoca	<i>Ka'arã</i>	<i>Rapanea ferruginea</i>			03
Sapé	<i>Sape</i>	<i>Imperata brasiliensis trin.</i>	-	-	-
TOTAL GERAL					62

Quadro 1 - Espécies encontradas na parcela de um fragmento da aldeia de Caarapó, localizado na Região do Jakaira, na Reserva Indígena de Caarapó, MS.

As espécies vegetais encontradas são algumas daquelas mencionadas durante os relatos das entrevistas presentes neste capítulo e apresentam grande potencial extrativista. Apesar da intensa ação antrópica nessas áreas ao longo dos anos, os estudos de-

monstraram que ainda é possível enriquecê-las, tanto pela regeneração natural como pelo plantio de espécies florestais que possibilitarão a ligação por meio de corredores ecológicos.

Considerações finais

O processo contínuo de redução dos recursos naturais disponíveis para a comunidade indígena tem reflexo de importância a ser considerado: a transmissão do conhecimento dos mais antigos para os jovens está caindo em desuso. À medida que a vegetação foi reduzida, as práticas do cotidiano indígena foram alteradas, perdendo-se a referência a valores do passado. Isto se deve, provavelmente, à reorganização forçada dos elementos disponíveis no ambiente e ao seu papel no contexto cultural indígena. A reversão desse quadro requer o atendimento de duas condições importantes: a) a disponibilização de novas áreas a serem recuperadas e revegetadas; b) a percepção, especialmente dos mais novos, de que diversos produtos oriundos da vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) poderão ser utilizados.

Após anos de esforços para reverter os avanços da fragmentação florestal na Reserva Indígena de Caarapó, tem ocorrido a paulatina recuperação da vegetação remanescente, com a participação dos moradores locais e órgãos parceiros. Muitas ações nesse sentido nascem dos próprios membros da comunidade. Devido a estas mudanças, os Kaiowá e Guarani reconhecem a importância de ações de conservação ambiental, e a necessidade de envolver os jovens, instruindo-os nas escolas indígenas acerca das diversas utilidades que as espécies vegetais podem ter. Além disso, participando em atividades de reflorestamento, tanto nos fragmentos florestais como em áreas preparadas, muitos jovens estão deixando de ir para as usinas de álcool para o trabalho assalariado, reconquistando valores que há anos vinham se perdendo.

A regeneração tanto natural como antrópica tem aumentado o tamanho dos fragmentos florestais em um processo de reversão da tendência à fragmentação. Neste contexto, os Kaiowá e Guarani reconhecem a importância dos remanescentes florestais existentes na Reserva e sua manutenção. Na riqueza dos relatos, confirma-se a suposição de que um imenso acervo de conhecimentos tradicionais contendo formas de utilização, modelos de manejo e gestão ambiental apontam para uma situação de possível

sustentabilidade a partir do uso racional dos recursos naturais existentes.

A reposição dos recursos naturais em áreas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani certamente contribuirá para a melhoria da sua qualidade de vida. Porém, esta atividade só terá o impacto esperado por esses povos se os projetos de recuperação ambiental contemplarem a interdependência que há entre a natureza, o mundo dos homens e o sobrenatural. Permanece, portanto, como desafio a ser superado em iniciativas de desenvolvimento em comunidades indígenas, a compreensão e a articulação dos modos distintos de pensar e de se relacionar com a natureza. Neste sentido, o trabalho conjunto de pesquisadores, governo, entidades não governamentais e povos indígenas torna-se fundamental para a implementação de tal processo, com a ressalva de que a palavra decisória nesse diálogo cabe aos próprios interessados, os indígenas.

Referências

- ARAUJO, M. R.; SOUZA, C.: Fragmentação Florestal e a Degradação de Terras. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 113-138.
- AZCONA, Jesus. *Antropologia II - a cultura*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis: Vozes, 1993.
- BARBOSA, H. B.; CRAVEIRO, S. *Na trilha da cidadania: iniciativas para promoção dos direitos das comunidades indígenas*: São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004. p. 212.
- BENATTI, L. A. C. *O Conhecimento tradicional dos Kaiowá e Guarani e o processo de etnodesenvolvimento na reserva indígena de Caarapó, MS*. Dissertação (Mestrado) - UCDB, Campo Grande, MS, 2004.
- BRAND, A. J. Um trabalho de parceria em favor dos Kaiowá e Guarani. *Multitemas*, Campo Grande, Universidade Católica Dom Bosco, n. 4, p. 45-53, 1997.
- _____. Quando chegou esses que são nossos contrários - A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, n. 12, p. 21-51, nov. 1998.
- _____. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 59-68, março de 2001.
- _____. Biodiversidade, Sócio-Diversidade e Desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado do Mato Grosso do Sul. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 175-204.

- BREMEN, V. V. *Fuentes de caza y recolección modernas. Proyectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco*, 1987. p. 14.
- COSTA, R.B.; SCARIOT, A. As possibilidades do manejo sustentável em fragmentos florestais na Amazônia Legal. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 161-174.
- DESCOLA, P. *La selva culta: Simblismo y praxis en la ecología de los Achuar*. Trad. de Juan Correa Colin y Xavier Catta. Quito: Abya Yala, 1988
- DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, USP, 2000. p. 01-46
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. V. S. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. O Uso das Plantas Silvestres da América do Sul. In: RIBEIRO, Berta (Org.). *Suma etnobiológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MATO GROSSO DO SUL. *Macrozoneamento geoambiental de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: SEPLAN, 1989.
- MELIÀ, B. *La tierra sin mal de los Guarani*. Economía y profecía. Suplemento antropológico, Assunção, v. 22, n. 2, p. 81-97, 1987.
- NOELLI, F.S. *Sem Tekohá não há tekó: Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS*. Dissertação (Mestrado) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993..
- PEREIRA, M, A. C. da. *Uma rebelião cultural silenciosa: Investigação sobre os suicídios entre os Guarani*. Brasília: FUNAI, 1995. p. 55. (Série: Índios do Brasil, 3).
- PEREIRA, L. M. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2004.
- POSEY, D. Introdução - etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta (Coord./Org.). *Suma etnológica brasileira*. 1 etnologia. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987.
- POTT, A.; POTT, V. J. Espécies de Fragmentos Florestais em Mato Grosso do Sul. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 26-52.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2001, p. 328.
- RIBEIRO, B. G. *Suma etnobiológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SALLES, A. T.; FILHO, M. V.; FLORENZANO, T. G.; Monitoramento da cobertura vegetal e do uso do solo da Reserva Indígena Caarapó-MS, através de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. *Multitemas*, Campo Grande: UCDB, n. 12, p. 100-132, nov./1998
- SAUNDERS, D. A.; HOBBS, R. J. (Ed.). *Nature Conservation 2: the role of corridors*. Surrey Beatty & Sons, Chipping Norton, New South Wales, Australia. 1991. p. 189-220.
- TEODORO, A.J. Investigação, caracterização e avaliação da situação ambiental do entorno da reserva indígena de Caarapó-MS - Estudo Preliminar. *Multitemas*, Campo Grande, n. 12, p. 133-146, nov./1998.
- VIDAL, L.; SILVA, A.L.; O sistema de objetos nas Sociedades indígenas: Arte e Cultura Material: In: *Arte Plumária do Brasil*, 1992. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/educacao/tematica/cap15.html>>. Acesso em: 03jan.2006.
- VIETTA, K.; Programa Kaiowá/Guarani: Algumas reflexões sobre antropologia e práticas indigenistas. *Multitemas*, Campo Grande, n. 4, p. 68-85, out./1997.

Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007)
Territorial dynamics in the city of Terra Roxa, state of Paraná (1970-2007)
Dynamiques territoriales dans la municipalité de Terra Roxa-PR (1970-2007)
Dinámicas territoriales en el municipio de Terra Roxa-PR (1970-2007)

Ednilse Maria Willers*
Lucir Reinaldo Alves**
Edson Belo Clemente de Souza***

Recebido em 25/8/2009; revisado e aprovado em 12/12/2009; aceito em 26/1/2010

Resumo: Este artigo analisa o fenômeno da desterritorialização ocorrida no município de Terra Roxa a partir da década de 1970, que contava então com 38.237 habitantes em 1970 e atualmente possui 16.291. O expressivo êxodo populacional ocorrido provocou impacto na economia do município, levando-a adentrar no século XXI sem muitas perspectivas de retomada de crescimento. Contudo, vislumbra-se uma nova realidade econômica a partir da implantação das indústrias têxteis de bordados, retomando o crescimento e a reterritorialização populacional.

Palavras-chave: Territorialização. Desterritorialização. Terra Roxa-PR.

Abstract: This paper analyses the deterritorialization phenomenon in the city of Terra Roxa, state of Paraná, from the 1970's decade up to the present. During the 70's, the number of inhabitants in the city was of 38,237 and it has now reduced to 16,291 inhabitants. The expressive population exodus provoked an impact on the city's economy, taking it into the 21st century without much growing expectations. However, it can nowadays be visualized a new economic reality of growth and reterritorialization of the population, due to the implementation of the embroidery textile industries.

Key-words: Territorialization. Deterritorialization. City of Terra Roxa (Brazil).

Résumé: Cet article analyse le phénomène de déterritorialisation qui s'est produite dans la municipalité de Terra Roxa, à partir de la décennie de 1970, qui comptait alors 38.237 habitants en 1970 et en possède actuellement 16.291. L'expressif exode de la population qui s'est produit a provoqué un impact dans l'économie de la municipalité, l'amenant à entrer dans le XXIe siècle sans grandes perspectives de reprise de la croissance. Cependant, une nouvelle réalité économique se dessine à partir de l'implantation des industries textiles de broderies qui reprend la croissance et la reterritorialisation de la population.

Mots-clés: Territorialisation. Déterritorialisation. Terra Roxa-PR.

Resumen: Este artículo analiza el fenómeno de la desterritorialización ocurrida en el municipio de Terra Roxa a partir de la década de 1970. En ese año allí había 38.237 pero actualmente tan sólo existen 16.291. El expresivo éxodo de la población provocó impactos en la economía del municipio, llevándolo a adentrar al siglo XXI sin muchas perspectivas de retomada de crecimiento. Sin embargo, se vislumbra una nueva realidad económica a partir de la implantación de las industrias textiles de bordados, retomando el crecimiento y la reterritorialización poblacional.

Palabras clave: Territorialización. Desterritorialización. Terra Roxa-PR.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização do município de Terra Roxa (PR), caracterizado pela emigração e imigração, durante o período de 1970 a 2007.

O processo de formação da região Oeste do Estado do Paraná, na década de 1950, está inserido na política nacional de integração econômica, movida pelo desenvolvimento capitalista que o país vivenciava na época. Assim, deu-se início à colonização da região, tendo por objetivo imediato a

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) /Toledo/ PR. Secretária Executiva pela UNIOESTE /Campus de Toledo. Rua Presidente Carlos Luz, 422, Jd. Filadélfia, Toledo-PR, CEP: 85.902-380. E-mail: ednilse@unioeste.br

** Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor assistente do Curso de Economia da UNIOESTE/Toledo-PR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) e do Grupo Dinâmicas Sócio-Econômicas Nacionais e Regionais Comparadas (DISENREC). E-mails: lucir_a@hotmail.com; lucir@unioeste.br

*** Professor Adjunto da UNIOESTE (mestrado e graduação em Geografia). Pesquisador do CNPq; do Grupo de Estudos Territoriais-GETERR (UNIOESTE); do Grupo Espaço Urbano e Produção do Território (UFMS) e do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional-GEPEC (UNIOESTE). E-mails: edson.belo@pq.cnpq.br; ebelo@unioeste.br

exploração da extensa reserva madeireira existente. Juntamente com a atividade de extração da madeira, surgiram várias outras atividades comerciais e de cultivo da terra com culturas de subsistência, através das quais pequenos comércios varejistas se formaram em torno da atividade.

Para muitos autores brasileiros, a década de 1950 foi uma década singular para os processos de desenvolvimento e de crescimento econômico em nosso país, passando de um país eminentemente rural para um país urbano. Na década de 1950, a população rural representava 63% da população nacional, mas caiu para 44% nos anos de 1960; e chegou à década de 1970 com o maior êxodo rural já registrado na história brasileira, alcançando o número de 15 milhões de pessoas que migraram da área rural para a urbana (MARTINE; GARCIA, 1987).

Essa migração e consequente recolocação demográfica ocasionou, num período de 50 anos, um crescimento de mais de 1000% na população urbana nacional, passando de 12 para 130 milhões de habitantes, o que gerou, segundo Dupas (1998, p. 140), “[...] um dos maiores processos de deslocamento populacional da história mundial”. Concomitante a este processo, surgem os movimentos de internacionalização, modernização e racionalização da agricultura chamada de Revolução Verde¹, transformando a terra num excelente negócio, tanto para exploração como para especulação.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o preço da terra cresceu em média 130%, dando início à entrada de grandes capitais urbanos no meio rural, que desencadeou forte especulação fundiária e ocasionou a limitação da fronteira agrícola para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fortalecendo a colonização da região oeste do Paraná.

A modernização agroindustrial desenvolveu uma agricultura de alta tecnologia envolvendo vultosos investimentos e trouxe, por consequência, a inviabilização da maioria das pequenas propriedades que se mantinham da produção familiar, fenômeno que provocou deslocamento de uma grande massa humana em direção às cidades. Sobre essas mudanças, Martine e Garcia (1987, p. 63) afirmam que:

[...] não há dúvidas de que a pequena produção familiar era, de longe, a maior fonte de emprego e renda para a população rural. Assim, a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução de força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo.

Contudo, o Estado do Paraná, mais precisamente a região Oeste, surge neste cenário como que na contramão do processo migratório que marcou o Brasil a partir dos anos de 1950. Enquanto quase todo o setor rural brasileiro comportava-se como expulsor de mão de obra, o Oeste paranaense apresentava-se como fronteira agrícola relativamente próspera, surgindo como alternativa para o destino de milhares de agricultores que, atingidos pela modernização e pela Revolução Verde, tiveram que migrar para outras regiões. Esse movimento migratório estabeleceu um novo marco para a agricultura do Sul do país, dando início ao processo de “modernização” da região Oeste do Estado.

Segundo Piffer (1997), é a partir dos anos de 1960 que a região Oeste do Paraná vive seu grande *boom* populacional. Entre os anos 1960 e 1970, o Oeste do Estado recebeu 374.082 pessoas. Nessa década, a taxa decenal de migração foi de 0,838%, quase o dobro da região de Campo Mourão, segundo colocada, que teve uma taxa decenal de migração na ordem de 0,446%. Nesse mesmo período, apenas a região do Distrito Federal recebeu mais migrantes que o Oeste Paranaense, considerada área de fortíssima atração.

Inserido neste contexto, o município de Terra Roxa é criado pela Lei Estadual n. 220, de 14 de dezembro de 1961 e instalado em 27 de outubro de 1962. Sua história de criação e de colonização seguiu o padrão adotado no Estado do Paraná, na época de 1960, quando a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL), em 1968, compra a área onde se localiza atualmente a cidade e a dividiu em lotes rurais e urbanos (PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE, 2003). Todo este processo de colonização culminou, já no início da década de 1970, em uma concentração populacional de 38.237 habitantes. Contudo, nessa mesma década, Terra Roxa, dois anos depois de ter conquistado a posição de município, ingressou, na região

Oeste do Paraná, caracterizada pela agricultura centrada no binômio trigo e soja, altamente tecnicizada, mecanizada e com largo uso de insumos.

Como consequência das mudanças na produção agrícola, geraram-se também mudanças na estrutura fundiária e social da região Oeste do Estado. Entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma redução de 7.400 estabelecimentos rurais na região. Enquanto o número de estabelecimentos com área inferior a 50 hectares diminuiu em 11,7%, os superiores a 50 hectares apresentaram um crescimento de 46,1%. Entre 1975 e 1985, propriedades de até 10 hectares decresceram 37,86%, enquanto, neste mesmo período, as propriedades acima de 100 hectares apresentaram crescimento de 60,82% (PIFFER, 1997).

Esse movimento de concentração fundiária é apontado como o principal propulsor do forte processo de êxodo rural ocorrido no Estado. Entre 1970 e 1980, as migrações na região Oeste do Paraná deixaram um saldo negativo de 117.047 pessoas e, na década seguinte, mais de 62.295 pessoas deixaram a região. Boa parte dessas 179.342 pessoas deixaram o setor rural, deslocando-se para o meio urbano. Em 1970, a população rural do Oeste do Paraná estava na ordem de 80%, sendo que, em 1980, ela já se igualava com a urbana. E, já no início da década de 1990, a população urbana da região Oeste já superava a rural em 21% (RIPPEL, 2004).

No município de Terra Roxa, o cenário não foi diferente do restante do Estado. Um acentuado êxodo populacional (tanto rural quanto urbano) ocorreu, sendo que, durante a década de 1980, a população do município caiu para 25.535 habitantes e, na década de 1990, foi para 16.885, entrando no ano 2000 apenas com 16.291 (IBGE, 2009).

Por isso, buscou-se investigar as possíveis causas do expressivo êxodo populacional, correspondente a 58% da população, ocorrido no município de Terra Roxa (PR) desde sua emancipação política, no início da década de 1960, até os dias atuais. A metodologia utilizada foi: revisão bibliográfica acerca dos termos territorialização e desterritorialização; revisão bibliográfica a respeito do processo de colonização

(territorialização) do município para posteriormente avaliarmos seu processo de desterritorialização, caracterizado pelo êxodo populacional ocorrido e a utilização de dados secundários para apresentar o fenômeno estudado.

2 Da territorialização à desterritorialização: um processo de produção do espaço

Segundo Haesbaert (2004), se a desterritorialização existe, é porque há uma problemática territorial, ou seja, há uma certa concepção de território definida. Contudo, conceituar território não é tarefa fácil, até porque muitas são as ciências que direcionam seu conceito para as mais variadas áreas de interesse. Esse autor aponta algumas destas áreas: a) o geógrafo tende a direcionar o conceito à materialidade do território em suas múltiplas dimensões; b) a ciência política enfatiza suas definições a partir das relações de poder; c) a economia prefere a noção de espaço à de território, percebendo-o como um fator locacional ou como uma das bases de produção; d) já a antropologia e a sociologia destacam suas dimensões simbólicas e a intervenção do conceito nas relações sociais; e) a psicologia, por sua vez, incorpora o conceito da construção de subjetividade ou de identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Em sua busca pela definição mais precisa do termo, o autor, com base em estudos anteriores, agrupou suas concepções em quatro vertentes básicas:

- a) Política: refere-se às relações espaço-poder ou jurídico-políticas; é considerada a mais difundida, na qual se vê o território como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, geralmente pelo Estado;
- b) Cultural: é a concepção na qual o território é visto como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- c) Econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, referindo-se ao território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho;
- d) Natural/naturalista: tem por base as re-

lações entre sociedade e natureza, em especial aquelas que se referem ao comportamento natural do homem em relação ao seu ambiente físico.

O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado e ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e de identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem).

Estes atributos dos territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder, por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (SAQUET, 2007). Assim, todas as atividades cotidianas são manifestações da territorialidade e, portanto, não estão desvinculadas de ações ou processos territoriais. Isso posto, pode-se afirmar que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, como já observado por Marcos Saquet (2007) e reiterado por Souza (1995, p. 26):

sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico.

Rodrigues (1995, p. 21), que se utiliza da definição de Bertha Becker, enfatiza que quando as relações de poder se focalizam no espaço, o território volta a ser importante, não apenas como um espaço próprio do Estado, mas sim de diferentes atores sociais, que manifestam seu poder sobre uma área específica; logo, “o território é um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando a prática social. O processo de ocupação do território é determinado pela infra-estrutura econômica, mas regulado pelo jogo político [...]” (BERTHA

BECKER apud RODRIGUES, 1995, p. 22).

Os autores aqui apresentados também enfatizam em seus comentários a complexidade de se definir território em épocas de globalização, a tal ponto que Rodrigues (1995, p. 24) se lança no desafio de convidar a academia para uma releitura do território, pois para ela a globalização da economia que implica desterritorialização dos indivíduos implica também no redesenho das formas de apropriação e de produção do espaço e redefine o poder de espaços e territórios, construindo uma reterritorialização.

Da mesma forma, buscar compreender fenômenos de desterritorialização também implica discussões acerca do território e do espaço sob o enfoque da divisão social do trabalho, categoria capaz de fazer uma mediação entre o desenvolvimento capitalista em geral e o desenvolvimento de uma economia em particular. A divisão social do trabalho fornece indicadores de como a população está ocupada, expressando, através destes índices, o nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma região. Dessa forma, é possível traçar a divisão territorial do trabalho, desencadeando na divisão social do trabalho especializado, ou seja, da conformação da divisão social do trabalho numa determinada área.

Conforme destaca Dallabrida, *apud* Siedenberg (2006), a definição de espaço é múltipla. Porém, o certo é que a noção de espaço, inicialmente vinculada ao espaço geográfico (de objetos naturais de uma porção qualquer do território), foi sendo aperfeiçoada e considerada apenas como um sistema de objetos e de ações considerados isoladamente, mas como um conjunto único no qual a história se dá. Esses objetos se tornam cada vez mais artificiais, com uma funcionalidade própria, portadores da intencionalidade mercantil ou simbólica dos interesses hegemônicos internacionais. Já as ações são racionais e obedecem a uma racionalidade exógena atendendo aos fins ou aos meios hegemônicos, conforme ensina Santos (1996).

Ainda segundo Santos (1994, 1996), o espaço se transformou num meio técnico-científico-informacional, transformando os territórios em espaços nacionais da economia global que acentuam as especializações pro-

dutivas e redefinem a divisão social e territorial do trabalho.

Assim, quando um lugar se territorializa, o espaço é transformado, num processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ou seja, faz parte do processo de desenvolvimento econômico e regional dos lugares, pois, conforme Raffestin (1993) e Haesbaert (1997) apud Saquet (2007), o território pode ser resumido num contexto de obras e relações sociais historicamente definidas que se desterritorializam e reterritorializam².

3 DESTERRITORIALIZAÇÃO: o caso do município de Terra Roxa-PR

Redirecionando as afirmações supracitadas ao escopo que se pretende trabalhar, encontramos em Carleial (1993), citando Lavinias e Nabuco (1991), a apresentação das possíveis causas para a desterritorialização ocorrida no município de Terra Roxa. Estes autores afirmam que o desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil proporcionou a integração da economia nacional, mediante a incorporação dos diferentes espaços numa matriz produtiva nacional, engendrando a redução do significado das especificidades e diferenças de tal modo que teria até eliminado a possibilidade de manutenção e recriação de regiões.

Para Carleial (1993) é inegável o processo de integração como vinculação ao sistema produtivo nacional, o que significa a inexistência de regiões autônomas economicamente. Isso reflete a presença de partes da economia nacional localizadas em parcelas específicas do território. A percepção da realidade até a década de 1970 indica que o desenvolvimento do capital, auxiliado pela ação do Estado, foi capaz de criar uma economia nacional integrada que eliminou as economias regionais como "ilhas regionais", pois as condições do mercado externo é que definiam o comportamento da dinâmica dessas ilhas e estabeleciam uma matriz produtiva densa e complexa que se espacializou por todo o território nacional. Entre os Estados citados está o Paraná, que, segundo Carleial (Op. Cit.), foi o estado que mais perdeu população em decorrência da agricultura moderna que ali se desenvolvia, ocasio-

nando forte migração para a fronteira agrícola da época, a região Centro-Oeste do país (Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso).

Os dados da década de 1980 registram forte estagnação industrial seguida de um crescimento de 5% a.a. no setor agrícola por força da expansão das fronteiras agrícolas na região Centro-Oeste do país. Esse fato foi acompanhado por um processo de desconcentração espacial e populacional, que, para Carleial (1993, p. 40), representou "do ponto de vista espacial a grande desconcentração ocorreu submetida aos ditames da agricultura em razão da ampliação da fronteira em direção à região Centro-Oeste". Esta realidade pode ter sido a principal causa do fenômeno de desterritorialização ocorrida na cidade de Terra Roxa, ou seja, parte da população rural expulsa do campo pela modernização agrícola pode ter procurado novos destinos para sua fixação entre eles as novas fronteiras agrícolas do país.

É pela divisão social do trabalho que se incorporam os relacionamentos homem/natureza e homem/espaço, elementos históricos e políticos fundamentais para o entendimento do processo de integração vivido pela economia brasileira e da região. Para tanto, Carleial (1993), afirma ser imprescindível a inclusão da categoria espaço quando se quer compreender questões regionais, uma vez que o espaço pressupõe o entendimento de um espaço social construído pelo homem através do trabalho, cujo resultado se diferencia historicamente e geograficamente, explicitando as diferenças dos processos de desenvolvimento específicos decorrentes das diferenças no movimento do capital.

Santos (1996) enfatiza que as atuais condições globais em que vivemos fizeram com que o espaço também se tornasse globalizado, transformando continuamente as regiões em prol de sua sobrevivência. É diante desta sobrevivência que os lugares ganharam evidência, buscando em seu interior e entorno diferenças que possam torná-lo rentável, o que para o autor é o diferencial de sobrevivência de uma ou outra região e localidade.

O autor afirma que os lugares estão se especializando de acordo com suas condições naturais de realidade técnica e de suas vantagens de ordem social. Na medida em que

as potencialidades dos lugares se evidenciam, suas escolhas para o exercício dessa ou daquela atividade se tornam mais precisas, o que, segundo o autor, irá desencadear o sucesso dos empreendimentos lá existentes. Assim, pois, para ele “é desse modo que os lugares se tornam competitivos” (SANTOS, 1996, p. 199).

Assim, o efeito desestruturador da tecnologia é tão brutal quanto menos implicado estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes, sendo estes efeitos sociais, econômicos, políticos, culturais, morais e, igualmente, espaciais que levam a uma reorganização do território mediante uma redistribuição de papéis de especialização territorial. Essa afirmação de Santos (1996) parece se encaixar no contexto pelo qual passou o município de Terra Roxa: tendo a agricultura sofrido os impactos da Revolução

Verde, a cidade se deparou com um forte êxodo populacional que estagnou fortemente sua principal fonte econômica. Mesmo tendo sido a agricultura local duramente atingida pela modernização agrícola que a região vivenciava na época, Terra Roxa se vê empobrecendo e perdendo sua população em razão desse processo.

Contudo, a partir do final da década de 1990, a cidade dá sinais de que é possível retomar seu crescimento econômico pelo surgimento de um novo ramo de atividade. A partir da iniciativa de alguns empresários do setor de confecções, surgiu uma pequena concentração de empresas de confecções de roupas infantis bordadas, de zero a um ano de idade, o que pode ser comprovado pelos índices de emprego revelados a partir de dados extraídos do Ministério do Trabalho, na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Número de empregados por setores em Terra Roxa - 1985-2007

Ano	Indústria		Comércio			Serv.	Adm. Pública	Agrop.	Outras / Ign.	Total
	Outras ind.	Ind Têxtil	Const. Civil	Varejista	Atacad.					
1985	73	0	17	234	58	221	319	182	74	1.178
1986	120	1	25	226	64	208	337	185	60	1.226
1987	80	0	2	203	51	190	322	171	12	1.031
1988	64	0	0	194	52	199	351	184	41	1.085
1989	119	0	47	221	60	246	226	272	181	1.372
1990	124	17	47	202	42	282	207	220	156	1.297
1991	82	17	26	196	44	214	400	192	154	1.325
1992	57	17	14	182	48	195	381	256	54	1.204
1993	49	14	6	207	45	163	334	244	58	1.120
1994	73	20	3	101	44	130	320	270	58	1.019
1995	98	19	2	137	57	123	374	257	2	1.069
1996	108	22	6	108	58	114	375	228	0	1.019
1997	166	87	2	168	52	134	273	243	0	1.125
1998	131	113	9	147	167	133	261	185	0	1.146
1999	147	133	7	173	194	136	331	188	0	1.309
2000	143	388	17	195	170	167	319	196	0	1.595
2001	154	586	1	267	134	156	311	185	0	1.794
2002	170	756	2	333	149	165	339	190	0	2.104
2003	158	848	1	382	179	191	330	201	0	2.290
2004	182	958	1	341	228	196	331	203	0	2.440
2005	163	937	0	385	176	189	337	221	0	2.408
2006	200	1.124	13	385	153	180	318	192	0	2.565
2007	178	1.269	23	389	167	240	346	170	0	2.782

Fontes: RAIS (2009).

A Tabela 1 mostra que, desde 1995 até 1998, o município apresentou pouca variação no número total de empregados. Se for comparado o número total de empregados em 1985 com o número total de empregados em 1998, verificar-se-á que, no ano de 1998, o número era sensivelmente menor. Até esse ano os setores de serviços, comércio varejista, agropecuária e a administração pública eram os principais responsáveis pela ocupação do emprego local.

A partir de 1998 esse panorama se altera. A variação do número total de empregados depois de 1997 mostra o dinamismo

pelo qual passou o município de Terra Roxa. A partir de então, o setor que passa a apresentar o maior crescimento do número de empregados é a indústria têxtil. Fica evidente que o crescimento do setor têxtil desencadeia efeitos positivos para outros setores, como é o caso do setor do comércio atacadista, comércio varejista e de serviços. O resultado desse processo é que, em 2007, o setor que mais empregava não era mais o da administração pública, e sim da indústria têxtil, seguido do comércio varejista, da administração pública e de serviços.

Tabela 2 - Número de Estabelecimentos por setores em Terra Roxa - 1985-2007

Ano	Outras ind.	Indústria		Comércio			Serv.	Adm. Pública	Agrop.	Outras / Ign.	Total
		Ind Têxtil	Const. Civil	Varejista	Atacad.						
1985	18	0	7	65	11	43	2	9	6	161	
1986	22	1	7	75	13	41	3	7	6	175	
1987	22	0	1	71	12	35	3	3	7	154	
1988	19	0	1	70	9	37	3	3	25	167	
1989	35	0	17	68	7	65	4	27	29	252	
1990	39	2	15	72	9	62	4	26	28	257	
1991	37	3	10	73	10	51	4	21	21	230	
1992	25	3	7	59	11	52	4	50	16	227	
1993	19	3	5	54	9	45	3	48	15	201	
1994	17	2	2	47	13	41	2	84	7	215	
1995	24	4	1	58	17	30	4	91	3	232	
1996	26	6	8	53	16	31	4	92	0	236	
1997	25	10	4	71	13	40	4	84	0	251	
1998	26	12	5	64	20	39	4	86	0	256	
1999	24	14	6	72	17	40	4	89	0	266	
2000	20	31	6	76	18	43	2	88	0	284	
2001	19	39	3	87	10	42	2	81	0	283	
2002	24	44	2	94	10	47	2	87	0	310	
2003	24	48	2	104	9	58	2	84	0	331	
2004	24	45	1	111	12	50	2	83	0	328	
2005	26	39	0	133	11	57	2	90	0	358	
2006	28	43	1	126	10	64	3	83	0	358	
2007	25	49	2	127	12	74	1	89	0	379	

Fontes: RAIS (2009).

As mudanças citadas no parágrafo anterior também podem ser visualizadas quando se analisa o número total de estabelecimentos por setor, no município de Terra Roxa, conforme apresenta a Tabela 2. Fica explícito que os setores que mais cresceram, entre 1998 a 2007, foram os da indústria têxtil, com 308,33%; do comércio varejista, com

98,44%; e de serviços, com 89,74%, no mesmo período.

Do mesmo modo, comparando-se o crescimento do emprego industrial no Estado do Paraná, percebe-se o quão significativo está sendo esse segmento para a cidade de Terra Roxa, principalmente a partir de 1998.

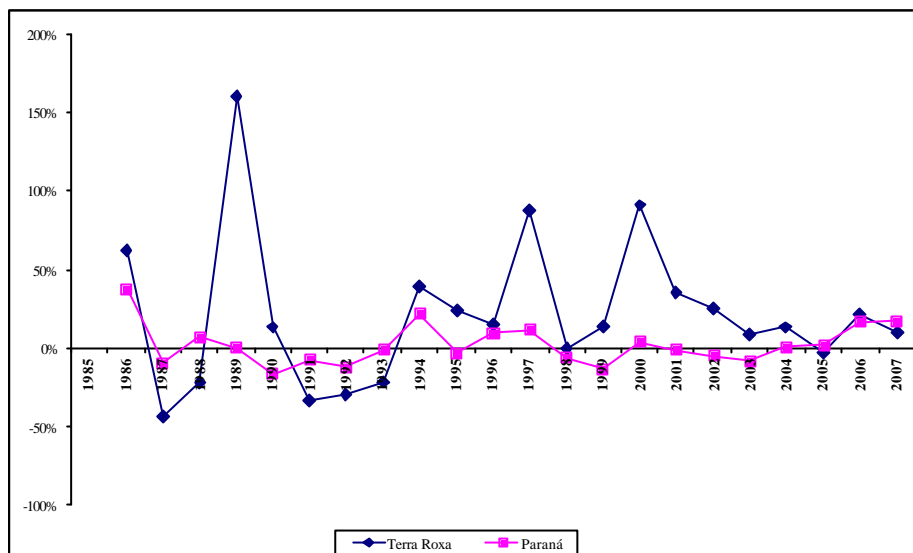


Gráfico 1 - Crescimento anual do emprego industrial no PR e em Terra Roxa - 1985-2007. Fontes: Resultados da pesquisa a partir da Tabela 1.

Os índices apresentados no gráfico 1 podem ser indicativos de que as indústrias do setor têxtil, atualmente, estão dispendo de parte da força política de Terra Roxa, impondo o que Milton Santos chama de “modernização do território” ou “corporativização do território”, ou seja, essas indústrias podem ser consideradas um novo marco de reativação econômica e social para o

município (SANTOS, 1996, p. 201).

A reativação econômica já foi mostrada pelas Tabelas 1 e 2 que apresentaram o crescimento do número de estabelecimentos comerciais e industriais, bem como do número de empregados. Já com relação à reativação social, essa afirmativa pode ser comprovada pelo Gráfico 2.

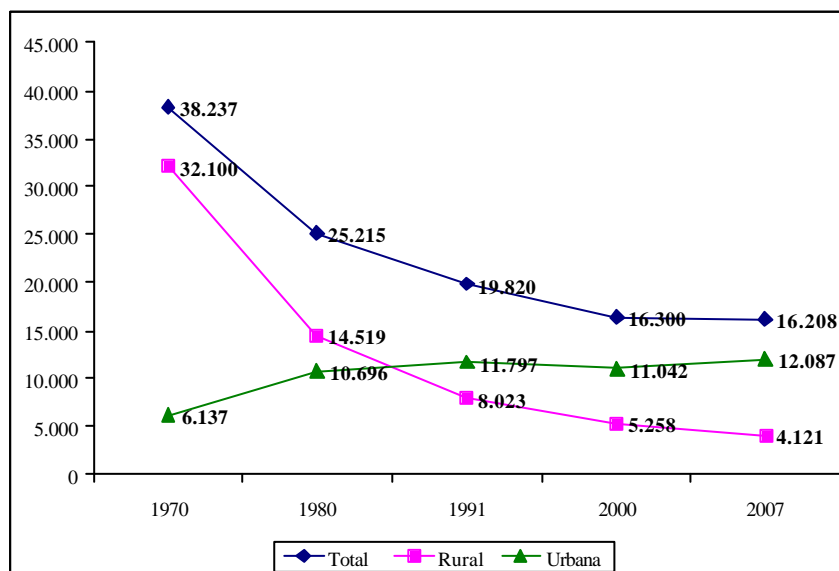


Gráfico 2 - População total, urbana e rural do município de Terra Roxa - 1970-2007. Fonte: BDE, 2009

Conforme mostra o Gráfico 2, a população total e rural de Terra Roxa foi decrescente durante todo o período apresentado (1970 a 2007). Porém, duas características podem ser visualizadas:

- a) até 2000, a população total apresentava redução expressiva. Por exemplo: entre 1970 e 1980 o decréscimo foi de -34,1%; entre 1980 e 1991, foi de -21,4%; e entre 1991 e 2000, de -17,8%. Já, de 2000 a 2007, a redução foi de apenas -0,6%;
- b) a população urbana que, no período de 1991 a 2000, decresceu na ordem de -6,4%; e apresentou um crescimento considerável após 2000: de 1045 pessoas, ou seja, de 9,5% entre 2000 a 2007. Já a população rural, no entanto, apresentou redução, no período de 2000 a 2007, porém num patamar inferior se comparado a períodos anteriores. Observe-se que, entre 1970 e 1980, o decréscimo foi -54,8%; entre 1980 e 1991, de -44,7%; entre 1991 e 2000, de -34,5%; e após 2000 até 2007 foi de -21,6%.

Considerações Finais

Pelos dados apresentados, verificou-se que a desterritorialização faz parte do processo de desenvolvimento econômico. Quando há a ocupação populacional e econômica de um lugar, há uma territorialização. Foi o que ocorreu com Terra Roxa, no período até 1970, quando houve a colonização e a formação social e econômica. Já a desterritorialização ocorre quando esse panorama é novamente modificado, tal como ocorreu com esse município quando passou pela modernização da agricultura e a consequente expulsão populacional e modificação da estrutura produtiva municipal.

O certo é que Terra Roxa depois de ficar vários anos com seus indicadores econômicos (número de empregados e de estabelecimentos) e sociais (número de empregados e população total) quase inalterados, ou com dinamismo negativo no caso da população, está passando por um processo de crescimento, de reativação da economia, fenômeno ao qual teoricamente costuma-se chamar de reterritorialização.

Contudo, estudos mais específicos devem ser feitos acerca do fenômeno, mas se

constata que parte da reativação da economia que se inicia no município está sendo polarizada pelas empresas de bordados infantis, cujo cenário vem promovendo uma nova realidade social e econômica. Como consequência disso, desencadeiam-se novos processos de migração, os quais, possivelmente, poderão frear o fenômeno de desterritorialização que ocorreu, atraindo um contingente populacional gerador de renda e de trabalho para o desenvolvimento do município, corroborando com suas dinâmicas territoriais.

Notas

¹ Processo de aumento da produtividade de cereais básicos.

² Numa outra abordagem, a leitura do território assegura uma relação inseparável entre o homem e a natureza ou, mais abrangente ainda, entre a sociedade e o espaço, pois, de acordo com Lefebvre (1974) *apud* Carlos (2004), a produção do espaço é o pressuposto, produto e condição da reprodução da sociedade.

Referências

- BDE - Base de Dados do Estado do Paraná. *BDEWeb*. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 1 jul. 2009.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In.: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CARLOS, Ana Fani A. Uma leitura sobre a cidade. *Revista Cidades*, v. 1, n. 1, 2004, p. 11-30.
- DUPAS, Gilberto. A Lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, 12 (34), p. 121-59. 1998.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério da Costa. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000*. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- MARTINE, Jeorge; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- PIERUCCINI; Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios In.: PERIS, Alfredo Fonseca (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná, Cascavel*: Edunioeste, 2003.

- PIFFER, Moacir. *A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia regional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. *Bases Estatísticas RAIS / CAGED* - Acesso Online. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 1 jul. 2009.
- RIPPEL, Ricardo. *Relatório anual de pesquisa: migração e desenvolvimento no oeste do Paraná, uma análise de 1950 a 2000*. Unioeste, Campus de Toledo, 2004
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desafios para a (re)leitura do território. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 20. Porto Alegre: dez. de 1995.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções do território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SIEDENBERG, Dieter. R. (Coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina. E. de. et al. (Org.). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1995, p. 77-106.

Políticas públicas para o desenvolvimento local: o caso de fomento às indústrias de móveis de Guarapuava, Paraná

Public policy for the local development: the case of incentive to the furniture industries of Guarapuava, Paraná

Políticas públicas para el desarrollo local: el caso para alentar a las industrias de muebles en Guarapuava, Paraná

Politiques publiques pour le développement local: le cas d'encouragement aux industries de meubles de Guarapuava, de Paraná

Geverson Grzeszczeszyn*
Hilka Pelizza Vier Machado**

Recebido em 3/7/2009; revisado e aprovado em 12/12/2009; aceito em 15/2/2010

Resumo: Este estudo analisa as políticas públicas para o desenvolvimento local, tendo como base o caso das indústrias de móveis da cidade de Guarapuava, no estado do Paraná. Trata-se de pesquisa qualitativa e o principal resultado do estudo indica que não houve a consecução dos resultados planejados pelas políticas públicas que foram formuladas reiteradamente por cada gestão municipal, desde a década de 1980, na cidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Políticas públicas. Indústria moveleira.

Abstract: This study analyzes the public policy for the local development, tends as base the case of the furniture industries of the city of Guarapuava, in the state of Paraná. It is treated of qualitative research and the principal result of the study indicates that there was not the attainment of the results planned by the public policy, that repeatedly were formulated by each public administration, since the decade of 1980, in the city.

Key-words: Local development. Public policy. Furniture industry.

Résumé: Cette étude analyse les politiques publiques pour le développement local, dans le cas des industries de meubles de la ville de Guarapuava, au Paraná, Brésil. Il s'agit de une recherche qualitative et le principal résultat de l'étude est qu'il n'a pas y eu la conquête des résultats prévus par les politiques publiques, qui ont été formulées à chaque gestion municipale, depuis la décennie de 1980.

Mots-clés: Développement local. Politiques publiques. Industrie de meubles.

Resumen: Este estudio examina las políticas públicas para el desarrollo local, basado en el caso de las industrias de muebles de la ciudad de Guarapuava, Provincia del Paraná. Esta es una investigación cualitativa y el principal resultado del estudio indica que fue el logro de los resultados previstos por las políticas públicas, que se han hecho en repetidas ocasiones por cada gestión municipal, desde el decenio de 1980 en la ciudad.

Palabras clave: Desarrollo local. Políticas públicas. Industria de muebles.

Introdução

O desenvolvimento local é fundamentado no protagonismo da sociedade, ou seja, na participação da comunidade (pessoas e organizações) como construtora do seu destino. Assim, articulam-se os atores sociais – pessoas, organizações/instituições e poder público em torno das potencialidades locais. Nesse processo, fatores como capital social, capital humano, redes sociais, organização popular, políticas públicas, educação, cooperação, negociação e solidariedade são ele-

mentos-chaves para a promoção da dinâmica transformadora local.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as políticas públicas de apoio e fomento ao setor da indústria de móveis da cidade de Guarapuava, no Paraná, tendo em vista a existência em abundância de matéria-prima – a madeira – na cidade e região. A Prefeitura Municipal, por meio de políticas públicas, desde a década de 1980, vem estimulando a produção de móveis em série e o trabalho conjunto entre empresários do setor. A cidade possui diversas marcena-

* Professor de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, PR. Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: geverson@gmail.com

** Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Administração, da UEM. Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: hilkavier@yahoo.com

rias, em torno de quarenta, que produzem móveis sob medida, num sistema de produção quase artesanal. Atualmente, existem apenas duas indústrias que produzem móveis totalmente no modelo de produção em série, destacando-se uma delas, de médio porte, que vende móveis para todo o Brasil, em especial os do tipo beliche.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas em profundidade com o Secretário de Indústria e Comércio e dois ex-Secretários de Indústria e Comércio da cidade de Guarapuava-PR. Foram entrevistados ainda três ex-empresários moveleiros e mais dez empresários com empresas ativas no mercado, totalizando dezesseis participantes.

A seguir, apresentam-se considerações teóricas sobre as políticas públicas para o desenvolvimento local. Em seguida, são detalhados os procedimentos metodológicos. Posteriormente, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

1 Políticas públicas e desenvolvimento local

Existem cada vez mais conexões da sociedade civil com o Estado e também com o mercado, na forma de múltiplas parcerias intersetoriais. Isso está acontecendo independentemente da vontade dos atores sociais e empresariais e do sistema político, em função da dinâmica da rede social. Quanto mais se entretetece essa rede, quanto mais a sociedade vai adquirindo a morfologia e a dinâmica de rede, mais canais de participação, mais caminhos de cooperação entre os diversos tipos de agenciamento vão sendo ativados ou tráfegados (FRANCO, 2006a). Diante dessa realidade, o setor público assume um papel fundamental como estimulador das inovações, tão fundamentais para um processo de desenvolvimento local. Assim, as condições locais culturais, econômicas e sociais representam uma variável essencial para a efetiva capacidade de inovação, por absorver os novos paradigmas para o desenvolvimento econômico (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Embora a participação de diferentes atores sociais esteja sendo estimulada, “[...] o Estado deve assumir suas funções essenciais, que são indelegáveis. Não pode sim-

plesmente repassar para a sociedade resolver, pois o custo da estrutura montada acaba ficando mais caro do que se tivesse isso internalizado dentro do Estado” (FISCHER, 2006, *on line*). Por isso mesmo, entre outras razões, ao se analisarem experiências de desenvolvimento local/regional, vê-se reforçada a noção de que a presença do Estado é fundamental (BARBOSA et al., 2004). No entanto, convém frisar que a tendência é o Estado tornar-se menos intervencionista, com sua atuação voltada para a orientação da economia. Souza (2005) considera que essa coordenação pode ser constituída pela montagem de um banco de projetos em áreas de interesse estratégico e pela busca de grupos privados interessados na realização de empreendimentos conjuntos. Assim, o enfraquecimento do Estado-nação gerado pela globalização cria a necessidade de que as cidades assumam um papel mais independente na formulação e implantação de seu processo de desenvolvimento e acumulação de riquezas (LOPES, 1998).

Com isso, orientações estratégicas e diretrizes do poder público expressam as mais diversas políticas públicas (econômicas, sociais, ambientais, educacionais e outras), que podem influir no processo do desenvolvimento local. Para se compreender melhor a função de uma política pública, Ferreira (1987) recorre a uma analogia com cada organismo vivo do corpo social que se rege por uma política, isto é, por uma maneira de se comportar, de conquistar a prosperidade. No processo de construção e definição de políticas públicas é importante mencionar que cada localidade possui uma cultura peculiar, uma história socioeconômica e, por isso, as concepções de políticas públicas devem ser adequadas a diferentes realidades (MATA, 2007). Várias são as possibilidades metodológicas para que o processo de interação “sociedade-poder público” possa vir ao encontro das necessidades de um lugar (TENÓRIO; DUTRA; MAGALHÃES, 2004). São as políticas públicas que estabelecem a conexão entre a sociedade civil e o poder público, haja vista que as políticas interferem, de forma inevitável, na conformação da dinâmica socioeconômica local. As políticas públicas são a base para a materialização dos objetivos do poder público perante a sociedade.

Nesse contexto, a ação estratégica para que as próprias comunidades conheçam o que são e o que têm, e com base nisso e em sua capacidade metabolizadora de fatores externos se desenvolvam “de dentro para fora” implica mudança da cultura desenvolvimentista: requerendo clareza de intenções, coragem de “remar contra a maré” político-econômica mundialmente vigente e, sobretudo, perspicácia, pertinácia, competência e habilidade de influir sem impingir, de ajudar sem forçar e, enfim, de “contaminar a comunidade” para que paulatina e processualmente conquiste a capacidade da permanente construção do autodesenvolvimento. Ademais, pessoas, equipes, organizações e instituições que pretendam se dedicar à práxis do desenvolvimento local precisam também se desenvolver individualmente (ÁVILA, 2000).

Outro aspecto, vinculado às políticas públicas para o desenvolvimento local, está relacionado à provisão de recursos necessários para a execução dos projetos oriundos das iniciativas da comunidade. Na visão de González (2000) é desejável que o poder público apresente capacidade de financiamento dos projetos de desenvolvimento local. Entretanto, Franco (2006b), ao refletir sobre instâncias mais elevadas de poder público, defende que é um retrocesso vender a idéia, ilusória, de que se o desenvolvimento local for “promovido” à condição de política governamental federal terá mais condições de florescer porquanto terá verbas orçamentárias asseguradas. Para o autor, se tais recursos ficam disponíveis em alguma instância centralizada – nem que seja para o apoio a projetos que se enquadrem em determinados critérios – então a criatividade das populações envolvidas em um processo de desenvolvimento será trocada pela esperteza em navegar nos meandros político-burocráticos, muitas vezes clientelistas, para conseguir acessar o balcão.

Mas, assim como o desenvolvimento local precisa de políticas adequadas ao seu estímulo, o poder público também necessita de condições estruturais favoráveis para que as políticas públicas de indução do desenvolvimento local sejam efetivas. A burocracia apresenta-se como um entrave para os processos de desenvolvimento local,

não assegurando que o serviço público signifique, na prática, servir ao público (DESBUROCRATIZAÇÃO..., 2004). Fischer (2006) menciona também que o governo não dialoga entre si e falta articulação governamental entre as esferas municipal, estadual e federal.

Diante desse cenário, há alternativas diferentes de atuação para o papel do setor público como agente facilitador na promoção do desenvolvimento econômico local. Esse papel pode ser o de focar nos objetivos econômicos locais, ligado simplesmente à criação de novos empregos e empresas ou ser um compromisso de prioridades e recursos para o desenvolvimento de empresas já existentes, com aperfeiçoamento da qualidade de produção e da capacidade tecnológica local. E pode, ainda, ser um enfoque proativo e preventivo para a economia do lugar, em busca de novas oportunidades de desenvolvimento dentro dos interesses e das vocações da comunidade local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Dois tipos de políticas públicas se destacam para a promoção do desenvolvimento local: as políticas públicas para as empresas e as políticas públicas educacionais. No entanto, tendo em vista que o desenvolvimento local visa promover a melhoria da qualidade de vida do local, não se pode prescindir das demais políticas. Mesmo porque, conforme lembra González (2000, p. 10),

[...] é necessário ter em mente que o desenvolvimento local implica uma perspectiva integral que precisa estar, necessariamente, apoiada nas diferentes políticas setoriais.

No campo empresarial, são os pequenos empreendimentos os que com maior rapidez e eficiência podem absorver o imenso contingente de trabalhadores (GUERRA, 1997) e impulsionar o desenvolvimento local. O setor público pode atuar como facilitador de atividades para qualificar, treinar e desenvolver as pessoas, gerando, por conseguinte, condições para o processo de desenvolvimento local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Dessa forma, desenvolvimento e educação andam juntos. As políticas públicas de apoio, estímulo e manutenção das escolas e universidades são fatores fundamentais para o desenvolvimento local. Entretanto, não se trata apenas da educação oficial

oferecida pelos bancos de escolas e universidades, que é imprescindível, mas também de se criar um ambiente propício para a estruturação de outras instituições e mecanismos de formação (política, cultural, profissional, etc.) à sociedade, no sentido de constantemente agregar competências, habilidades e conhecimentos à população, aumentando o capital humano.

Uma comunidade informada e inteligente, que compartilha conhecimento, constitui um fator favorável ao surgimento de vários processos como: a aprendizagem coletiva, a inovação, a transformação em uma região que aprende, ao mesmo tempo inteligente e voltada à cooperação. A criação da sinergia coletiva a partir do conhecimento distribuído gera, através do consenso, o poder necessário para pôr em prática propostas de desenvolvimento cuja audácia inovadora deve ser uma função inversa ao grau de atraso do território. Atualmente, o desenvolvimento de um território não é feito pelos tecnocratas, nem pelos burocratas e nem os políticos. Quem faz o desenvolvimento é a "gente", as pessoas que "pisam a terra" diariamente, que tem conhecimento sobre o local onde vivem, que sentem cotidianamente que o progresso está ali, mas que lhes escapa (BOISIER, 2001).

Dowbor (2006) lembra ainda a importância de os indivíduos receberem educação também sobre a realidade local, em todos os sentidos, haja vista que o desenvolvimento moderno necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham.

2 Aspectos metodológicos

Para a realização desta pesquisa, que teve como principal objetivo analisar as políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local, tendo como foco empresas do setor industrial moveleiro de Guarapuava-PR, utilizou-se a abordagem qualitativa, que conforme Bauer e Gaskel (2000) tem a finalidade real de explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. O estudo foi subdividido em três fases.

Na primeira fase foram entrevistados empresários de empresas que estão em

funcionamento. O conjunto de sujeitos da pesquisa foi composto por dez empresários da indústria moveleira da cidade de Guarapuava-PR (há em torno de 40 indústrias). Dois critérios foram usados para a seleção dos empresários. O primeiro foi a idade da empresa, privilegiando aqueles empresários com maior tempo de atuação no município. Acredita-se que o tempo de existência da empresa é um fator relacionado à capacidade de apresentar um conjunto de informações adequadas para a consecução dos objetivos da pesquisa. Adicionalmente, outro critério utilizado foi o porte da empresa, mensurado por meio do número de funcionários. Foram selecionados micros, pequenas e médias empresas da indústria moveleira, sendo que não há indústria moveleira de grande porte na cidade.

Na segunda fase, foram entrevistados empresários de empresas que não estão mais em funcionamento. O conjunto de sujeitos da pesquisa, nesta fase, foi composto por três ex-empresários da indústria moveleira da cidade de Guarapuava-PR.

Na terceira fase foram entrevistados o atual secretário de Indústria e Comércio de Guarapuava, e mais dois ex-secretários para identificar as políticas públicas para o setor moveleiro, bem como verificar as dificuldades de implantação dessas políticas entre os empresários moveleiros. A técnica de coleta de dados nesta etapa da pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Nela o entrevistador fica livre para exercitar sua iniciativa no acompanhamento da resposta a uma pergunta e pode fazer perguntas relacionadas que não foram previamente imaginadas (HAIR JR. *et al.*, 2005). Foram utilizados dois roteiros de questões: um para os empresários e outro para os representantes do poder público municipal. Ao todo, foram realizadas dezesseis entrevistas. Após a transcrição de cada entrevista, o texto foi enviado ao entrevistado para confirmação do conteúdo. Se o entrevistado julgasse necessário, eram feitas alterações e novamente enviadas ao entrevistado, para que não houvesse dúvidas ou incertezas sobre o conteúdo do discurso colhido e registrado. Este processo é caracterizado como critério de "validação comunicativa" em pesquisa qualitativa (BAUER; GASKELL, 2000). Todas as entrevistas foram validadas pelos participantes.

A análise dos dados ocorreu mediante uso da técnica denominada “análise de conteúdo”. Conforme Bardin (2004, p. 37), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/

recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc.) e extrair os momentos mais importantes (RICHARDSON, 1999).

O quadro 1 apresenta o perfil das empresas cujos empresários foram entrevistados.

Início de operação	Quantidade proprietários	Quantidade Empregados	Modelo produção	Critério de seleção
2003	8	50	Série	Nr. empregados
1987	1	7	Sob medida	Tempo de atuação
1987	1	3	Sob medida	Tempo de atuação
1982	1	6	Sob medida	Tempo de atuação
1976	2	5	Sob medida	Tempo de atuação
1975	3	100	Série	Tempo de atuação e n. empregados
1970	1	5	Sob medida	Tempo de atuação
1964	2	25	Ambos	Tempo de atuação e n. Empregados
1960	4	6	Sob medida	Tempo de atuação
1955	3	4	Sob medida	Tempo de atuação

Quadro 1 - Perfil de empresas de empresários entrevistados (empresas ativas)

Como já mencionado e ilustrado no quadro 1, buscou-se uma heterogeneidade entre as empresas, tanto em termos de porte, como de idade. A seguir, são tecidas considerações relacionadas aos resultados do estudo.

3 Apresentação e análise dos resultados

Tendo em vista a relevância da cadeia produtiva da madeira para a cidade de Guarapuava e região em função da disponibilidade de matéria-prima - a madeira - foram realizadas diversas tentativas, desde o final da década de 1980, de se estruturar a produção de móveis em série e de se realizar trabalho conjunto entre empresários do setor moveleiro.

Desde então, tais tentativas de organização do setor vêm sendo renovadas pelos diferentes grupos políticos que assumiram o poder público municipal. O principal objetivo dos projetos públicos era, e ainda é, estimular a produção de móveis em série pelos empresários, e, paralelamente a esse processo, promover união, associativismo, colabo-

ração e parcerias de negócios entre empresários moveleiros de forma que a classe viesse a se fortalecer no mercado, contribuindo, de diversas formas, para o desenvolvimento da cidade.

Entretanto, o modelo de produção sob medida predomina entre os marceneiros. Existem apenas duas indústrias focadas totalmente no modelo de produção de móveis em série. Estas empresas são as maiores indústrias moveleiras, em número de empregados, da cidade. Apresenta-se, a seguir, interpretações de representantes do poder público municipal sobre políticas públicas criadas para o setor moveleiro, bem como de empresários e ex-empresários da indústria moveleira.

3.1 Políticas públicas: décadas de 1980 e 1990

No final da década de 1980, foi criado pelo poder público municipal um projeto de política industrial, de forma geral, para a cidade. A intenção foi proporcionar apoio aos empresários moveleiros, marceneiros,

para que, gradativamente, pudessem tornar-se fabricantes de móveis em série. Na época, não havia indústria moveleira na cidade que produzisse sob o modelo de produção de móveis em série. O principal motivo para a criação de políticas públicas para o setor moveleiro, na época, era a existência de matéria-prima principal para a produção de móveis – a madeira – em Guarapuava e região.

Foram realizadas reuniões com empresários moveleiros, com a diretoria da Associação Comercial da cidade e ainda com o pessoal da Secretaria de Indústria e Comércio, sendo que uma das iniciativas era fazer uma cooperativa de compra de matéria-prima entre os empresários moveleiros.

Porém, nessa tentativa de estruturação do setor existiram dificuldades na implementação de iniciativas públicas, como o fato de que parte da sociedade interpretou tais projetos públicos como sendo algo temporário, sem continuidade, apenas de interesse político. Outros fatores como a desunião entre lideranças da sociedade e entre a classe de marceneiros foram elementos que influíram nos resultados das iniciativas públicas da época.

Uma das causas de certa desunião entre empresários era a falta de mão-de-obra para o setor moveleiro. Assim, quando um profissional tornava-se marceneiro, por meio do trabalho numa marcenaria, era disputado por outras marcenarias, que precisavam de profissionais preparados. O problema de falta de profissionais seria sanado com parceria entre a prefeitura e o SENAI, que proporcionaria a formação de mão-de-obra.

Observe-se que as marcenarias que produzem móveis sob medida dependem de profissionais – marceneiros – formados, experientes, que conheçam todo o processo de produção, que sejam praticamente artesãos, devido às peculiaridades de cada móvel a ser fabricado. Essa dependência não ocorre no modelo de produção em série.

Nesse contexto, existiram também barreiras políticas que prejudicaram o andamento do projeto, que tinha como alvo os pequenos empresários da indústria de móveis. Houve dificuldade de articulação entre instituições que poderiam ter sido parceiras na promoção de projeto público para a

indústria moveleira. Outra dificuldade constatada foi a existência de grupo político de oposição, na cidade, que atuava no sentido de conquistar o poder, haja vista que era um período de fim de mandato político.

A mudança de poder político na prefeitura pode significar descontinuidade de políticas públicas. Esse fato foi observado por empresários moveleiros como um obstáculo para o desenvolvimento do setor, haja vista que, desde a década de 1980, o poder público municipal tenta alavancar o setor moveleiro estimulando a produção de móveis em série.

Destaque-se ainda que essa descontinuidade de políticas públicas é facilitada pela desarticulação da classe empresarial moveleira existente na cidade, apontada pelos próprios empresários. A falta de continuidade também pode estar aliada ao fato de lideranças de projetos públicos não conhecerem com profundidade o setor moveleiro, o que faz com que empresários envolvidos vejam isso como uma falha. Talvez a busca de envolvimento maior de empresários moveleiros na concepção de políticas e projetos públicos seja um fator para evitar esse problema, conforme destacou um empresário do setor.

Outro agravante para o êxito do projeto público de estímulo ao setor moveleiro foi o fato de se terem envolvidas, no projeto, categorias empresariais que não eram da indústria de móveis, apesar de fazerem parte da cadeia produtiva da madeira. Logo, por serem classes empresariais diferentes, os interesses eram diferentes também, o que prejudicava o processo de articulação do setor com a conseqüente criação de uma associação dos empresários, conforme descreveu um ex-empresário da época.

Foram mencionados também problemas gerados por diferenças de porte entre as empresas participantes, pois os empresários moveleiros, na época, eram, em geral, pequenas marcenarias. Os empresários de grande porte estavam liderando o processo, o que afastou os pequenos marceneiros, que representavam a maioria no projeto. Esse fato dificultou a consolidação de trabalho conjunto entre empresários, segundo relato de um empresário.

Destaque-se ainda que muitos marceneiros não possuíam formação gerencial e

não percebiam as oportunidades de mercado que a produção de móveis em série poderia gerar. Além disso, havia expectativas equivocadas por parte de empresários moveleiros de que a prefeitura daria dinheiro aos empresários.

Deste modo, devido às dificuldades e obstáculos descritos, o projeto de estímulo e apoio à produção de móveis em série na cidade não teve continuidade:

Não avançamos nada, não avançamos nada, não. Na verdade, o pessoal não demonstrou qualquer interesse em continuidade do assunto. Nós tínhamos interesse em formar [...] os empresários do setor [...] eles não [...] não valorizaram a iniciativa do poder público, na verdade. Não deu. (Secretário de Indústria e Comércio da época).

Apesar disso, identificou-se nos relatos que uma indústria de móveis sob medida, na época, foi estimulada e apoiada para transformar-se em empresa de produção em série, obtendo inclusive apoio estrutural por meio da concessão de terreno pelo poder público. Atualmente essa indústria tem atuação destacada no setor moveleiro, em nível nacional.

3.2 Políticas públicas: período de 2001 a 2004

Nesse período, tendo em vista a importância da cadeia produtiva da madeira, identificaram-se políticas voltadas à criação de uma escola de marcenaria para atender uma das principais reclamações de marceneiros, que era a falta de mão-de-obra qualificada. Esta seria uma fase inicial de um projeto que teria continuidade, no sentido de alavancar o setor moveleiro na cidade, estimulando, posteriormente, a produção de móveis em série e a cooperação entre os empresários. O objetivo do poder público era despertar uma atitude de cooperação entre industriais moveleiros, estimulando a fabricação de móveis em série para o mercado globalizado e não apenas local, que é uma característica das marcenarias, com o modelo de produção sob medida.

Nesse contexto, tendo em vista as dificuldades estruturais e de segurança para a prefeitura criar essa escola e visando alcançar esse objetivo, buscaram-se parceiros,

especialistas em educação industrial. Realizou-se, então, reunião com representantes do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). Articularam-se parcerias entre SENAI, FIEP e prefeitura, para estruturar essa escola de marcenaria que proporcionaria qualificação de mão-de-obra para a indústria moveleira.

Tratava-se de se oferecer curso para quinze a vinte pessoas, focado na indústria moveleira e profissionalizante, de longa duração. Procedeu-se, então, à negociação de custos do projeto entre as entidades parceiras. Porém, apesar da falta de mão-de-obra ser uma reclamação de marceneiros, ocorreu um fato imprevisto no processo de execução do projeto da escola de marcenaria, ou seja, num primeiro momento, não houve inscrições para o curso. Ficou evidente a preocupação de marceneiros com a qualificação de seu pessoal e a preocupação que eles deixariam a empresa depois de qualificados para abrirem suas próprias marcenarias.

Além disso, havia interesses particulares de representantes da classe empresarial moveleira, no processo de criação da escola de marcenaria, que se sobreponham aos interesses coletivos, mais especificamente, havia marceneiros que queriam ser os professores dessa escola, vendo a escola de marcenaria mais como uma oportunidade de trabalho para eles próprios. Apesar disso, foi oferecida uma turma do curso.

Outra dificuldade para a promoção de políticas públicas para o setor moveleiro foi também a falta de união e liderança entre os marceneiros. A prefeitura promoveu viagens para polos moveleiros, como Arapongas-PR, com a intenção de apresentar outras realidades da indústria moveleira e estimular a produção de móveis em série, mas havia dificuldade em conseguir a participação de empresários que apresentavam como argumento, principalmente, a falta de tempo.

A FIEP promoveu a MOPI-Mostra de Produtos Industrializados de Guarapuava, com o apoio do poder público e outras instituições da cidade, mas houve dificuldade de conseguir a participação de marceneiros. Segundo o poder público municipal, apesar da divulgação do evento, apenas a maior indústria de móveis da cidade, com processo

de produção em série, participou de todas as edições da MOPI. Entretanto, um marceneiro que participou de uma edição dessa feira reclamou da falta de divulgação dela entre os empresários moveleiros.

Havia também barreiras políticas nessa época que prejudicaram as políticas públicas de estímulo ao setor moveleiro, em função de disputas de grupos políticos. Conforme destaca o ex-Secretário de Indústria e Comércio deste período:

Tem forças que querem desenvolvimento, querem o capital humano, querem uma educação melhor para Guarapuava e querem tudo de bom para Guarapuava. Agora, existem forças ocultas que não querem. E, coincidentemente, esses grupos são identificados em grupos políticos.

A cultura de empresários focada no processo de produção de móveis sob medida foi outro fator que contribuiu para dificultar a efetivação de políticas públicas para o setor nesse período, haja vista que o processo de produção de móveis em série exige mudanças na forma de gestão e organização da empresa. Esse fato foi enfatizado tanto pelo poder público quanto por empresários que participaram do projeto, os quais também comentaram sobre o baixo nível educacional dos marceneiros e a descontinuidade de projetos públicos para se criar o polo moveleiro na cidade.

3.3 Políticas vigentes

Atualmente, existem políticas públicas para o setor moveleiro que visam alavancar o setor. Os objetivos principais do projeto não são diferentes dos demais já executados por gestões municipais anteriores. A intenção continua sendo a promoção da produção de móveis em série e do trabalho conjunto entre os empresários moveleiros, a partir da transformação de marcenarias que produzem móveis sob medida em indústrias com o modelo de produção em série.

O poder público municipal possui duas referências principais que alicerçam o projeto. Uma delas é uma empresa fabricante de móveis sob o modelo de produção em série, de Guarapuava, que é considerada um exemplo a ser seguido pelos demais marceneiros, haja vista que essa empresa já foi

uma pequena marcenaria. A outra referência importante para a criação do projeto público atual é o polo moveleiro da cidade de Arapongas-PR. Destaque-se também que a existência de matéria-prima na cidade de Guarapuava e região para a produção de móveis – a madeira – (que inclusive é vendida para as indústrias do polo de Arapongas), foi um fator determinante para o estabelecimento de políticas públicas para o setor moveleiro. O projeto iniciou em 2005, com o envolvimento de aproximadamente 40 marceneiros. Atualmente, somente uma dezena deles continua no projeto. Os marceneiros participaram de cursos de formação gerencial e técnica no SEBRAE, SESI e no Centro de Treinamento da Madeira do polo moveleiro de Arapongas. A prefeitura quer despertar o “espírito empreendedor” dos pequenos empresários.

Espera-se assim que, a partir do momento em que os empresários participantes do projeto estiverem produzindo móveis em série, tornem-se exemplos a serem seguidos pelos demais. Para isso, o poder público municipal adquiriu, em 2007, máquinas de produção de móveis, no valor inicial de R\$ 300.000,00, para estruturar marcenarias e definiu as estratégias gerais de como irá funcionar essa parceria entre a prefeitura e os marceneiros. Parte das máquinas encontram-se com os marceneiros, por meio de comodato.

Os modelos de móveis a serem produzidos pelos participantes do projeto estão definidos e a produção será realizada por meio de parcerias de negócios entre os empresários, pois cada um produzirá, em série, partes de móveis, as quais formarão o móvel final. Nessa sistemática, os marceneiros terão que atuar em conjunto, dialogando e negociando em equipe.

Foram realizadas reuniões entre a prefeitura e os empresários moveleiros, nas quais o objetivo era a discussão de aspectos sobre o funcionamento do negócio em parceria, resultado do projeto, além da promoção de formação gerencial de marceneiros, haja vista que o processo de produção de móveis em série é diferente do processo sob medida.

No entanto, apesar do projeto estar em andamento, há dúvidas de participantes

sobre os detalhes de como irá funcionar o sistema de produção em parceria entre os empresários estimulado pelo poder público municipal. Mais especificamente, processos organizacionais importantes como a venda da produção e a compra de matéria-prima são aspectos do projeto que ainda não estão esclarecidos, conforme expressou um empresário que participa do projeto público. Alguns empresários desconhecem quem está à frente do projeto, sendo que um deles mencionou o SEBRAE, enquanto que, de fato, é a prefeitura municipal.

Um dos empresários informou que não tem conhecimento de políticas públicas atuais do poder público municipal, mas que, há aproximadamente dez anos, participou de reuniões no SESI, com outros moveleiros. O objetivo, naquela época, era unir os empresários moveleiros para produzir em série, mas, segundo ele, essa idéia da prefeitura e de alguns moveleiros não deu certo. Outro entrevistado ainda ficou sabendo do projeto atual da prefeitura para o setor moveleiro quando o projeto já estava em andamento. Por isso, segundo ele, não participou.

A necessidade de formação gerencial é mencionada como uma condição mais importante até do que a questão financeira para a atuação do empresário moveleiro no modelo de produção em série, sendo que a falta de formação gerencial e técnica foi apontada também como motivo de desistência do projeto, haja vista que o próprio grupo de empresários excluía aqueles com pouca capacitação.

Por outro lado, as exigências do poder público em termos de disponibilização de tempo pelos integrantes do projeto para que participassem de atividades como cursos, viagens, feiras e reuniões também foi um motivo de desistência do projeto, além de descrédito nas políticas públicas. Outras dificuldades ou obstáculos verificados no processo de execução de iniciativas públicas municipais para o setor moveleiro foram: a cultura voltada à produção de móveis sob medida, mantida, principalmente, pelos proprietários de marcenarias, haja vista que eram de empresas familiares, apesar de a prefeitura contatar os filhos de marceneiros, porque poderiam ser mais receptivos às novas idéias.

O fechamento de indústrias de móveis em série no polo moveleiro de Arapongas também influenciou a atitude de empresários marceneiros sobre o projeto. O julgamento por parte de marceneiros de que o projeto era apenas um ato passageiro e sem continuidade, foi também um obstáculo à participação. As tentativas frustradas de projetos anteriores contribuíram para a existência de atitudes de desconfiança de empresários em relação aos projetos.

Outro fator que afastou a participação de marceneiros no projeto atual foi a necessidade de investimentos em máquinas e capital de giro para a produção em série. Máquinas que exigiriam parte dos investimentos foram compradas pela prefeitura, mas há, agora, outro desafio a ser superado pelos empresários moveleiros integrantes do projeto, conforme eles mesmos descreveram: o investimento considerado elevado pelos marceneiros para a operacionalização da produção (estruturação de sistemas produtivos, capital de giro, compra de matérias-primas, etc.), além do consequente risco do negócio.

Entretanto, há projeções para que o setor moveleiro na cidade de Guarapuava transforme-se em um polo moveleiro a longo prazo. Haverá continuidade nas ações do projeto, sendo que a prefeitura pretende apoiar as empresas integrantes por meio de ações como: auxílio na criação de catálogos para distribuição, contatos com grandes redes de lojas, comercialização e participação em feiras. Outra preocupação expressada foi em relação à utilização sustentável da matéria-prima na cidade, pois a prefeitura possui um projeto em que estimula os pequenos agricultores a investir em reflorestamento.

3.4 Síntese de fatores facilitadores e inibidores de políticas públicas ao setor moveleiro

Em síntese, o quadro 2 apresenta os fatores facilitadores e inibidores de execução de políticas públicas ao setor moveleiro na cidade.

Fatores facilitadores	Fatores inibidores
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de matéria-prima na cidade e região: madeira. - Existência de profissionais de marcenaria, experientes em produção de móveis, mesmo que sob medida. - Existência de redes informais entre os marceneiros da cidade, que proporcionam trocas de conhecimentos e experiências sobre o setor e máquinas, além de auxílios diversos. - Existência de redes informais semelhantes com marceneiros de outras cidades. - Existência de parcerias de negócios entre empresários moveleiros. - Existência de parcerias de negócios entre empresários moveleiros e outros ramos de negócios. - Articulação da prefeitura com instituições como SEBRAE, SENAI, SESI, FIEP, e outros centros de treinamento do ramo de móveis. - Viagens a polos moveleiros. - Viagens a feiras de máquinas e equipamentos do setor. - Apoio do poder público à feira de produtos industrializados de Guarapuava: MOPI. - Estruturação de escola de marcenaria. - Aquisição, pelo poder público, de máquinas para o setor moveleiro. - Estruturação e oferecimento, por parte do poder público e instituições, de cursos de formação gerencial e técnicos para os marceneiros. - Filhos de marceneiros mais receptivos ao modelo de produção em série. - Incentivos da prefeitura para que produtores rurais invistam em reflorestamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de articulação entre lideranças de instituições da cidade. - Falta de união e associativismo entre a classe de marceneiros. - Falta de liderança na classe moveleira. - Barreiras políticas, geradas por grupos de oposição ao poder público. - Falta de mão-de-obra qualificada para produção em série. - Personificação de ação institucional pública. - Descontinuidade de políticas públicas a cada gestão municipal, o que gera descrédito em novas políticas. - Envolvimento de categorias empresariais que não eram da indústria de móveis. - Diferenças de porte e de perfis de empresas integrantes de projetos públicos. - Valorização de grandes empresas em detrimento de pequenas. - Falta de formação gerencial e técnica de empresários moveleiros. - Expectativas de iniciativas públicas paternalistas por parte de empresários. - Falta de tempo de empresários para participar de atividades de projetos públicos. - Dificuldades de comunicação entre poder público e empresários, pois há marceneiros que desconhecem os projetos públicos para o setor. - Cultura forte de produção de móveis sob medida. - Necessidade de capital e financiamento para investimentos no modelo de produção em série. - O risco de se iniciar um novo negócio baseado no modelo de produção em série.

Quadro 2 - Fatores facilitadores e inibidores de políticas públicas ao setor moveleiro com vistas ao desenvolvimento local

O quadro 2 sintetiza os principais pontos favoráveis e desfavoráveis à estruturação do setor moveleiro no município de Guarapuava, de acordo com os depoimentos dos participantes da pesquisa. Nota-se que há necessidade de estratégias que aproximem os pequenos empresários das diretrizes, orientações e discussões deflagradas por representantes públicos municipais, o que tem gerado uma continuidade de ações ao longo de três décadas, sem que um fortalecimento das indústrias ocorra. É importante salientar que muitas dessas empresas sobrevivem por mais de quarenta anos, como pode ser

visualizado no quadro 1.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar políticas públicas para o desenvolvimento local, tendo como base o caso de fomento e estímulo às indústrias de móveis da cidade de Guarapuava, no estado do Paraná. Assim, convém retomar algumas constatações do estudo.

Quanto às políticas do poder público municipal para a inserção de empresas moveleiras no desenvolvimento local,

constatou-se a importância da indústria moveleira para a cidade de Guarapuava, haja vista que esse ramo de negócio está sendo alvo de políticas públicas de fomento e apoio há mais de duas décadas, ou seja, desde os anos de 1980.

A principal justificativa para a criação de políticas públicas para o setor moveleiro é o fato de existir, na cidade de Guarapuava e região, a matéria-prima principal para a produção de móveis: a madeira. Os objetivos das iniciativas públicas que se repetem a cada gestão municipal foram e são, ainda, centrados no sentido de sedimentar a produção de móveis em série e o trabalho conjunto ou cooperado entre os empresários marceneiros.

Portanto, tenta-se “converter” pequenos empresários marceneiros, que produzem móveis sob medida, em industriais, que trabalharão com o modelo de produção de móveis em série. Essa estratégia foi apontada por representantes do poder público de gestões passadas como equivocada, haja vista que não necessariamente se transformará um marceneiro em industrial devido às diferenças entre os modelos de produção e as peculiaridades de gestão e estrutura da empresa, em cada modelo, além ainda, da necessidade de altos investimentos que o modelo de produção em série exige. No entanto, essa é a estratégia atualmente adotada pelo poder público. Observe-se ainda que apenas duas indústrias atuam totalmente com o modelo de produção de móveis em série, o que significa que, de forma reiterada, as políticas públicas realizadas não geraram os resultados almejados no conjunto de empresas do setor moveleiro.

Nesse sentido, verificou-se que diversos fatores dificultaram ou dificultam a execução de iniciativas públicas para o setor moveleiro, sendo que essas dificuldades (como a falta de formação gerencial de marceneiros, barreiras políticas, cultura do modelo de produção de móveis sob medida, desunião da classe moveleira, entre outras) persistem ao longo do tempo. Observou-se que pouca ênfase foi dada a discussões de problemas e expectativas dos envolvidos no processo, sendo que, em geral, houve uma tentativa de desenhar um modelo de políticas públicas que não foi ao encontro do perfil e anseios dos pequenos empresários.

Apesar das constatações deste estudo, ainda existe, por parte do poder público, a esperança de transformar a cidade de Guarapuava num polo moveleiro, a exemplo da cidade de Arapongas, na região norte do Paraná.

Referências

- ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.
- BARBOSA, A. F. *et al.* Desenvolvimento econômico e inclusão social. In: POCHMANN, M. (Org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 263-321.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 3, n. 3, p. 9-28, set. 2001.
- Desburocratização e cidadania para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: IBAM/IHB/SEBRAE/FGV, 2004.
- DOWBOR, L. *Educação e desenvolvimento local*. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2007.
- FERREIRA, J. *Poder local e corpos intermédios*. Lisboa: Edições Cultura Monárquica, 1987.
- FISCHER, T. *Está na hora de o Estado se fortalecer*. Portal Gestão Social. 11.12.2006. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/noticias/entrevistas/entrevista.2007-01-04.4006551156>>. Acesso em: 06 jan. 2007.
- FRANCO, A. *Questões em debate*. Carta Rede Social n. 106. 2006a. Disponível em: <http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=28_0_2_0_C>. Acesso em: 14 jan. 2007.
- FRANCO, A. *O mito da política pública*. Carta Rede Social n. 126. 2006b. Disponível em: <http://augustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=55_0_2_0_C>. Acesso em: 14 jan. 2007.
- GONZÁLEZ, R. R. Similitudes y diferencias de los programas de desarrollo local en Europa y América Latina. ¿Es posible establecer comparaciones? *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 07-12, set. 2000.
- GUERRA, P. O município terá cada vez mais destaque nas decisões nacionais. In: PEREIRA, M. A. N. (Coord.). *Proder: mudando a face dos municípios*. Brasília: SEBRAE, 1997. p. 43-52.
- HAIR JR. *et al.* *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LOPES, R. *A cidade intencional: o planejamento estratégico das cidades*. 2. ed. Rio de Janeiro: 1998.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.

MATA, D. O sucesso de algumas cidades. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Ed. 22. Disponível em: <<http://www.desafios.org.br/edicoes/22/artigo17722-1.asp?o=r>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2005.

TENÓRIO, F. G.; DUTRA, J. L. A.; MAGALHÃES, C. M. R. Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2004, 28., Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.

Políticas públicas e extensão pesqueira em Cabedelo, Paraíba
Public policy and fishing extension in Cabedelo, Paraíba
Politiques publiques et l'extension de pêche à Cabedelo, Paraíba
Las políticas públicas y la extensión pesquera en Cabedelo, Paraíba

Onivaldo da Rocha Mendes Filho*
Angelo Brás Fernandes Callou**
Maria Salett Tauk Santos***

Recebido em 2/9/2009; revisado e aprovado em 19/12/2009; aceito em 22/2/2010

Resumo: O estudo trata de levantamento das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), no âmbito da Extensão Pesqueira, no período de 2003 a 2008, em Cabedelo, Paraíba. A partir de documentos e entrevistas com pessoas de diversos segmentos da pesca, a análise foi realizada tendo como perspectiva teórica o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Políticas públicas. Extensão pesqueira. Desenvolvimento local.

Abstract: The study deals with the assessment of the public policies developed by the Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) in the field of Fishing Extension from 2003 to 2008 in Cabedelo, Paraíba. The evaluation was based on documents and interviews with people working in different fishery sectors. The analysis was accomplished having the local development as the main focus point.

Key-words: Public policy. Fishing extension. Local development.

Résumé: L'étude enquête sur les politiques publiques développées par la Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) dans le contexte de l'Extension de pêche, au cours de la période 2003-2008, à Cabedelo, Paraíba. À partir de documents et d'entretiens réalisées avec des personnes issues de divers secteurs de la pêche, l'analyse a été effectuée d'un point de vue théorique en se centrant sur le développement local.

Mots-clés: Politiques publiques. Extension de pêche. Développement local.

Resumen: El estudio se ocupa del examen de las políticas públicas desarrolladas por el Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) en el ámbito de la Extensión Pesquera, en el período 2003-2008, en Cabedelo, Paraíba. A partir de los documentos y entrevistas con las personas de los diversos sectores de la pesca. El análisis fue realizado teniendo como el punto principal al desarrollo local.

Palabras clave: Políticas públicas. Extensión pesquera. Desarrollo local.

Introdução

No Brasil, pouco se tem estudado sobre as políticas públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Após a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), em 2003, vêm se estabelecendo uma série de políticas que pretendem não apenas retomar o tempo perdido, caracterizado pelo interregno entre o encerramento das atividades da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), em 1989, e a expansão da Seap/PR no país. Essas ações pretendem, ainda, criar novas estratégias para desenvolver a pesca e a aquicultura brasileiras.

A extensão pesqueira, que do ponto de vista teórico já havia abandonado as velhas práticas de difusão de inovações, é agora chamada a repensar as estratégias de comunicação participativas que ajudem a promover o desenvolvimento local dos contextos populares desfavorecidos do setor pesqueiro (CALLOU; TAUK SANTOS, 2003). Desenvolvimento Local compreendido como um processo de aproveitamento prioritário das potencialidades socioeconômicas e culturais das populações e organizações locais, na perspectiva de emancipação social e política (FRANCO, 2001; JARA, 2001).

O desenrolar dessas políticas pelas organizações governamentais e não

* Engenheiro de Pesca pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: valdo_rocha@hotmail.com

** Professor Titular da UFRPE e Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE. E-mail: peixes@elogica.com.br

*** Professora Associada da UFRPE e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE. E-mail: mstauk@terra.com.br

governamentais, seus objetivos, suas metodologias, seus públicos e seu foco de ação são ainda pouco abordados do ponto de vista acadêmico, daí a importância de se estudar as políticas públicas contemporâneas e sua relação com a extensão pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local (PRORENDA RURAL, 2003).

O propósito deste trabalho é mapear as políticas públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro em Cabedelo, Paraíba, a partir da criação da Seap/PR, em 2003, até 2008, e analisar a repercussão dessas políticas em segmentos envolvidos com as atividades da pesca a partir das opiniões dos pescadores e pescadoras artesanais, além de técnicos da Seap/PR/PB e da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo (SPMA).

O presente estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo – Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local –, financiado pelo CNPq e desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. O projeto tem a finalidade de mapear as políticas públicas desenvolvidas nos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Os resultados aqui apresentados dizem respeito a Cabedelo, município cuja atividade econômico-produtiva predominante é a pesca artesanal.

O município de Cabedelo está localizado a 18 km de João Pessoa, capital paraibana. Encontra-se entre o estuário do Rio Paraíba, o Oceano Atlântico e a cidade de João Pessoa (GOOGLE EARTH, 2008). Além de ser uma cidade portuária, tem, naturalmente, uma vocação marítimo-pesqueira, devido a sua localização, com logística privilegiada para o desenvolvimento da pesca em função de empresas de armazenagem e facilidade do escoamento da produção, tanto pela rodovia federal BR-230, ou pela linha férrea, quanto pelo aeroporto mais próximo, que está a 37 km de distância.

Cabedelo conta com 2.724 pescadores e 1.343 pescadoras que vivem quase exclusivamente da atividade pesqueira artesanal, segundo dados coletados por esta pesquisa

na Colônia Z-2 desse município. Tendo em vista a importância da pesca na região, Cabedelo é favorecida com o maior número de projetos, na Paraíba, do Governo Federal, por meio da Seap/PR e da SPMA (PARAÍBA, 2008).

Para o mapeamento das políticas públicas existentes para o desenvolvimento da pesca em Cabedelo foram realizados levantamentos de dados na Seap/PB, na Secretaria de Pesca e Meio Ambiente do município (SPMA) e na Colônia de Pescadores Z-2, Presidente Epitácio Pessoa. Também foram levantadas as opiniões dos pescadores sobre as políticas públicas desenvolvidas em Cabedelo, bem como as reivindicações às instituições governamentais no período em questão, por meio de documentos e entrevistas com pessoas participantes dos movimentos sociais na pesca. Foram realizadas doze entrevistas com pescadores e pescadoras artesanais e pescadores profissionais industriais e duas com técnicos, um da Seap/PB e outro da SPMA. As entrevistas variavam de acordo com a abordagem do tema e o entrevistado. Aos pescadores foi indagado sobre a atuação das políticas públicas e como estas os beneficiavam. Já para os técnicos da Seap/PB e da SPMA foi perguntado como está o andamento dessas políticas públicas na região.

Principais Políticas Públicas de Pesca Desenvolvidas em Cabedelo, 2003-2008

a) Construção do Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo

De acordo com o Decreto n. 5.231, de 6 de outubro de 2004, compete à Seap/PR criar, implementar, organizar, administrar, fiscalizar e apoiar os Terminais Pesqueiros Públicos. Segundo o artigo 4º, desse decreto, o

Terminal Pesqueiro Público é a estrutura física construída e aparelhada para atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado e de mercadorias relacionadas à pesca, podendo ser dotado de estruturas de entreposto de comercialização de pescado, de unidades de beneficiamento de pescado e de apoio à navegação de embarcações pesqueiras.

Para a administração dos Terminais Pesqueiros está prevista a criação de um

Conselho do Terminal Pesqueiro (CTP) como órgão de consulta de decisões do secretário da Seap/PR que será integrado por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Seap/PR, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Estado, Município, Administração do Terminal Pesqueiro Público (TPP), pescadores profissionais artesanais, pescadores profissionais industriais, armadores de pesca, empresários do setor pesqueiro e colônia de pesca (Brasil, 2004a).

De acordo com a Secretaria de Pesca e Meio Ambiente, a construção do Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo, desenvolvida em parceria com a Seap/PR e o Governo da Paraíba, deverá atender a toda a comunidade pesqueira, sejam eles pescadores profissionais artesanais ou pescadores profissionais industriais, garantindo a finalidade pública do empreendimento, assistência técnica e incubação de empreendimentos solidários, como mecanismos de suporte à administração para que o Terminal possa ser autogerido (CABEDELLO, 2008).

O Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo está sendo construído ao lado do Porto de Cabedelo, local estratégico, tendo em vista o compartilhamento do maquinário do próprio porto, como os guinchos, por exemplo. A obra teve início em 12/7/2006, e tinha como previsão para o seu término o prazo de um ano. O valor do investimento do terminal foi de R\$ 6.378.577,51, de acordo com informação coletada no local da obra.

Considerando que o Terminal Pesqueiro Público está ainda em construção, não se observaram nas entrevistas com os pescadores maiores expectativas acerca do projeto, a não ser comentários em comum de que o terminal vai beneficiá-los de alguma forma, mas não sabem ao certo como será.

b) Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha

Criado em 2006, a partir de um projeto de cooperação mútua entre o Ministério da Educação (MEC) e a Seap/PR, em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet/PB), Governo Estadual, Governo Municipal e a Xunta Galicia, uma cooperação espanhola, o centro tem

como objetivo desenvolver uma política de formação humana na área da pesca marinha e continental e aquicultura familiar que contemple planos e programas de formação e capacitação com vistas à gestão e aproveitamento dos recursos pesqueiros e aquícolas (Brasil, 2006a).

Considerando que o município de Cabedelo comporta uma quantidade muito grande de pessoas ligadas à pesca artesanal e que depende dessa atividade econômica para sobreviver, o Centro de Formação poderá contribuir para o desenvolvimento da atividade pesqueira local e aprimoramento profissional dos pescadores e pescadoras. Esse projeto, aliado à futura implantação do Curso de Engenharia de Pesca de Cabedelo, poderá ampliar o capital humano para o manejo sustentável dos recursos marinhos e aquícolas da região.

O Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha de Cabedelo já está em funcionamento com os cursos técnicos subsequentes em Pesca Oceânica e em Meio Ambiente, com 60 vagas, para quem já completou o ensino médio. Os cursos de extensão em Tecnologia de Pesca, Tecnologia do Pescado e Navegação contam com 60 vagas no total. São mais de 40 pescadores e pescadoras matriculados, distribuídos entre os cursos oferecidos. Mas alguns desses cursos não tiveram uma procura que justificasse o seu funcionamento. Os cursos de extensão têm duração média de três meses e todos os alunos matriculados estão cadastrados na Seap/PR e/ou na Marinha, como pescador profissional. Assim se expressou o presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo sobre esse projeto:

A parte de inscrição está sendo muito baixa. Não está sendo ainda muito aceito pela parte dos pescadores, por um primeiro motivo: o grau de instrução é baixíssimo [...] (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

Apesar de um número ainda considerado baixo de inscrições, os cursos são vistos com entusiasmo por parte dos pescadores e pescadoras matriculados. Disseram alguns deles:

Esse curso, ele é muito importante pra gente, porque a gente não sabia de muita coisa e hoje em dia a gente tá sabendo... Estou fazendo esse curso e já fiz o de Marisqueira [se refere ao Projeto Garças, que será visto em

seguida]. Eu achei muito importante, todos dois (Udistiane Ribeiro, pescadora).

Pra mim está bom esse curso porque a gente se valoriza mais [...] Vou ver na abertura do cais se a gente é visto né, pelas autoridades. Sempre quando abrem esses cursos, eu gosto de fazer. O ruim é estar em casa sem fazer nada. Quando eu não tô no mar, tô aqui correndo atrás do meu futuro (Antônio Silva, pescador).

Tendo em vista a importância que representa o aprimoramento das habilidades profissionais dos pescadores artesanais para o desenvolvimento local da pesca em Cabedelo, foi constatada uma baixa demanda desses cursos pelos pescadores e pescadoras, apesar do entusiasmo observado entre os que participam dessa formação, levando a crer que o analfabetismo ainda é o principal entrave à participação dos pescadores nos cursos e que uma política como o Projeto Pescando Letras pode contribuir para uma maior procura às capacitações promovidas pelo centro de formação.

c) Programa Pescando Letras

No Brasil, os pescadores e aquicultores familiares integram uma das categorias de profissionais com um dos mais altos índices de analfabetismo. Cerca de 50% deles são analfabetos e, se somarmos os analfabetos funcionais, esse número chega a 79% (BRASIL, 2005b).

Nesse sentido, o Programa Pescando Letras, uma parceria da Seap/PR e o Serviço Social da Indústria (Sesi), a partir do cenário sociocultural dos pescadores e aquicultores, procura:

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sociopolítico dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos (BRASIL, 2005a, p. 8).

Em Cabedelo, o Programa Pescando Letras enfrenta dificuldades, tais como aconteceram em Pernambuco (CARVALHO; CALLOU, 2008), a julgar pelas observações do presidente da Colônia Z-2:

Teve já três turmas aqui na área de Cabedelo,... esse resultado, a maioria dos pescadores, eles não têm como deixar a ativida-

de e vir pra uma sala de aula, porque o custo mensal da família pra abrangeer isso daí, o governo tinha pelo menos que dar uma bolsa completa,... ela vem pela metade (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

De acordo com o presidente da Colônia Z-2, os cursos de alfabetização para jovens e adultos pescadores deveriam ser realizados concomitantemente com seus horários vagos de pescaria, como foram pensados originalmente, pois eles não podem parar de trabalhar para se dedicar ao estudo. A maioria dessas famílias depende exclusivamente da pesca para sobreviver.

d) Projeto Garças

A idealização do projeto surgiu a partir da comparação entre as mulheres catadoras de marisco e as garças. Ambas coletam mariscos para a sobrevivência da família. Criado em 2003, numa parceria da Seap/PB e Banco do Brasil, o projeto se propõe a construir unidades de beneficiamento de moluscos para capacitação de marisqueiras e pescadores artesanais (PARAÍBA, 2008). Assim se expressa o secretário adjunto do SPMA:

O Projeto Garças vem desde 2003... ele surgiu da necessidade dessas comunidades ribeirinhas que trabalham com o marisco... e essa extração de marisco tem uma demanda em torno de 3 toneladas de marisco vivo/dia...e a forma de manipular esse marisco é que tava preocupando... é trabalhado a qualidade dele de forma superartesanal (Alberto Motta, secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo).

A quantidade de resíduos provenientes do beneficiamento dos mariscos, diz ainda o secretário adjunto, preocupava os órgãos de controle ambiental. Viu-se a necessidade do aproveitamento das conchas dos mariscos para outros fins como, por exemplo, o artesanato e a construção civil, quando triturados e adicionados à argamassa. Por outro lado, a forma como era processado esse pescado preocupava os agentes de saúde, devido às condições precárias de higiene.

Viu-se a necessidade de cooperação. Como era um local onde as pessoas já têm uma associação de marisqueiras, aí sim o Governo Municipal, através da Secretaria de Pesca... começou com esse trabalho... (Alberto Motta, secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo).

De acordo com a Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo, o projeto está sendo bem-sucedido na Associação de Marisqueiras. Mas, segundo o presidente da Colônia Z-2, o trabalho não está acontecendo como deveria. Diz ele:

Esse Projeto Garças foi implantado no Renascer, dentro da área de Cabedelo, [...] e ele tem até dezembro (2008) pra ser concluído. Caso contrário, o projeto vai ser extinto. É um projeto que abrange a área de marisco, é uma área de estuário, uma área da classe mais baixa da pesca do Brasil (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

e) Ampliação do Subsídio ao Óleo Diesel

Executado pela Seap, por meio de acordo com o Governo Estadual e a Petrobras, isenta pescadores e empresários da pesca da cobrança de ICMS. O objetivo é equiparar o preço do óleo nacional ao internacional (Brasil, 2006c). Segundo a Seap, o sistema eletrônico de abastecimento da Petrobras está em fase de implantação (Paraíba, 2008).

De acordo com o presidente da Colônia Z-2, o subsídio para o óleo diesel está em tramitação como projeto de lei. Diz ele:

É complicado, porque são 93 embarcações que têm direito na Paraíba, e aqui tinha um problema seriíssimo do ICMS, [...]. E o Governo do Estado deu uma isenção do ICMS, só que aqui na Paraíba é o único Estado do Brasil, em que é cobrado o IPVA de embarcações, e ele, ao invés de dar a isenção, mandou pra projeto de lei na Assembléia. Enquanto que na Assembléia não aprovar é quase impossível vir outro subsídio de óleo diesel pra cá (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

Apesar de o subsídio ao óleo diesel não estar funcionando para as embarcações de Cabedelo, muito se espera com o funcionamento do Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo. Segundo o secretário adjunto da SPMA, o terminal suprirá também essa política do óleo diesel.

f) Recifes Artificiais Marinhos: Mecanismos de Exclusão de Arrasto e Recrutamento de Lagosta

Este projeto, a ser implantado pela Seap/PR, tem como principal proposta lançar blocos de concreto, atuando tanto como Dispositivos de Exclusão de Arrasto (DEA), quanto como Atratores e Recrutamento de

Lagostas (RL). Sua finalidade é reproduzir habitats rochosos para o aumento de populações de espécies marinhas, especialmente a lagosta, por se tratar de uma espécie com alto valor econômico, além de dar apoio às comunidades de pescadores artesanais na proteção dos recursos naturais, fornecendo alternativas econômicas para sua subsistência através de exploração de recursos renováveis. Para o município de Cabedelo, foram destinados 400 blocos, que serão lançados em uma área próxima ao Porto de Cabedelo (Ecoplan, 2005, p. 6).

Com a incorporação dos programas de desenvolvimentos locais... implantados pela Seap, vimos a necessidade de criar na rota da lagosta esses recifes artificiais, que já é uma prática realizada pelos pescadores (Alberto Motta, secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo).

Existe uma visão clara de Desenvolvimento Local por parte da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo - PB, porém esse projeto de recifes artificiais está dependendo de outros órgãos do Governo, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Como se percebe no seguinte comentário:

Foi construído... só que, no desenvolvimento do projeto, foi emperrado na hora de fazer a colocação... Que a tecnológica já existe, a necessidade de implantação está aí, local. Falta vontade política nacional, através de órgãos, que não a Seap [...]. (Alberto Motta, secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo).

É bem visível o descaso com os materiais (Recifes Artificiais) cedidos pelo Governo Federal, uma vez que eles se encontram entulhados nas instalações do Terminal Público Pesqueiro de Cabedelo. Comenta, ainda, o presidente da Colônia Z-2:

Esses atratores não foram lançados ao mar porque o Ibama e o órgão de meio ambiente da Paraíba não permitiram esse lançamento dos blocos no mar. Apesar desses atratores serem feitos com cimento marítimo, não poluente e totalmente ambiental [...] é um berçário só pra povoamento de lagosta (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

Provavelmente, a implantação dos recifes artificiais, de acordo com o projeto técni-

co proposto para recrutamento de lagostas, incrementaria sua produção na região, onde sua pesca já foi responsável pelo sustento de muitos pescadores locais. E poderia inibir a captura desses crustáceos nas épocas de defeso da espécie, principalmente com aparelhos compressores, apesar da proibição dessa prática.

g) Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira (Profrota Pesqueira)

O plano surgiu a partir de um convênio entre a Seap/PR, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, abrindo linhas de crédito para financiamento de petrechos e itens de custeio, até a construção e reforma de embarcações (Brasil, 2005d).

Apesar das políticas públicas empregadas para o setor Pesqueiro em Cabedelo, pouco se observa no dia-a-dia dos pescadores, que os tenha beneficiado. De acordo com entrevistas realizadas com a comunidade, um dos principais problemas enfrentados é a dificuldade de acesso ao crédito e a quitação de dívidas com os bancos.

O Profrota me preocupa pela política pesqueira... se você tem uma frota muito grande, ou você cria ou disponibiliza isso pra o grande capital, você tá negando toda visão do coletivo anterior de captura com sustentabilidade (Alberto Motta, secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo).

No comentário acima, a linha de financiamento entra em xeque com o termo sustentabilidade, ou seja, há um questionamento sobre o aumento e a modernização da frota pesqueira, e quais consequências isso pode ter no ambiente. O secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente completa:

Se eu aumento a frota, vou aumentar o meu esforço de captura, e aumentando o meu esforço de captura, vai diminuir a quantidade de cotas pescadas por embarcação. E se eu faço embarcações para uma estrutura coletiva, aí sim, o coletivo vai ganhar, o ambiente ganha, e a gente não precisa ter um esforço muito grande na questão da captura (Alberto Motta, secretário adjunto de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo).

Segundo o secretário adjunto, o investimento em unidades de produção aquícola é, sem dúvida, o melhor caminho para a sustentabilidade do ambiente, além de uma maior inclusão social dos pescadores.

h) Projeto: Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal

Dirigido à pesca artesanal, e com o apoio da Seap/PR e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), beneficia, com a implantação de fábricas de gelo, cooperativas e associações de pescadores localizadas em regiões distantes dos centros de comercialização do pescado, permitindo um ganho econômico maior para os beneficiados (Paraíba, 2008).

O presente projeto prevê a instalação de 33 fábricas de gelo, com capacidade de 1 a 3 t/dia (três toneladas de produção de gelo em escama por dia) consoante com a necessidade dos proponentes, como apoio à cadeia produtiva do pescado proveniente de comunidades pesqueiras tradicionais organizadas, sob gestão e uso das comunidades pesqueiras (Brasil, 2004b, p. 2).

De acordo com alguns pescadores, Cabedelo recebeu a verba necessária para a implantação de uma fábrica de gelo que, porém, nunca foi feita. A colônia Z-2 não queria ficar responsável por um projeto sem estudo econômico, ou sem redução tributária de algumas tarifas, como afirma:

Não temos subsídio de energia, nem o subsídio da água [...] é praticamente impossível uma fábrica de gelo, hoje (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

Apesar de o projeto não ter sido executado na Colônia Z-2, a implantação do Terminal Pesqueiro Público prevê, entre outras coisas, a construção de uma fábrica de gelo que beneficiará todos os pescadores (Brasil, 2004a).

i) Programa Feira do Peixe

Tem por objetivo aproximar, por meio da comercialização direta do pescado, o aqüicultor familiar e o pescador artesanal do consumidor, evitando atravessadores e barateando o custo do pescado, com preços mais justos. Consiste na distribuição de equipamentos para venda do peixe vivo e peixe fresco, e conta com parcerias, como a Seap/PR e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (BRASIL, 2005c). Diz o Conape (2005, p. 2):

O Kit Peixe Vivo é composto de estrutura metálica desmontável, puçá, tanque desmontável de mil litros, soprador, balcão para manuseio, caixas isotérmicas, bombonas

com tampa para degelo e resíduos, balança eletrônica, avental, luvas e facas. E o outro *kit*, para peixe fresco, é formado por estrutura metálica desmontável, balcão para exposição e manuseio, caixas isotérmicas, bombonas com tampa para degelo e resíduos, balança eletrônica, avental, luvas e facas.

Vejamos o que diz o presidente da colônia de pescadores:

É complicado na área de marítimo; ele funciona mais nas áreas interiores... Foi implantado no Renascer um *kit* com uma parceria com a Emater na feira, mas mesmo assim o resultado não foi o esperado (Paulo Ferreira, presidente da Colônia Z-2 de Cabedelo).

A Associação de Pescadores e Marisqueiras de Renascer, em Cabedelo, foi beneficiada com um *kit* para peixe vivo, amparando 18 famílias (BRASIL, 2006b).

Os *kits* foram entregues à comunidade sem nenhuma assistência técnica que a auxiliasse com o objetivo geral do projeto, que é evitar os atravessadores da cadeia produtiva da pesca artesanal. Contudo, sem uma consultoria especializada para tal tarefa, principalmente o manejo do pescado vivo para comercialização, boa parte do equipamento encontra-se sucateado pela própria comunidade, ou por não lhe ser útil, ou por não se saber ao certo como proceder com todo o material acima descrito.

Considerações finais

A pesquisa evidenciou que as principais políticas públicas pesqueiras em curso no município de Cabedelo, Paraíba, não obstante o empenho da Seap/PR para o desenvolvimento da pesca, não apresentaram uma consonância no que diz respeito às parcerias entre os órgãos do governo, como o Ibama, por exemplo. O caso mais emblemático refere-se à inserção dos recifes artificiais, que seriam responsáveis pelo incremento na produção de pescado na localidade. Na prática, a falta de articulação interinstitucional, fundamental em processos de desenvolvimento local, impossibilitou que, até o momento, o projeto fosse implementado. Tal fato tem um agravante, considerando que os atratores possibilitariam a recuperação dos estoques de pescado na região.

Nessa mesma direção, apesar de uma quantidade considerável de políticas públicas

para o setor pesqueiro de Cabedelo, a pesca artesanal enfrenta dificuldades, com a falta de assistência técnica especializada, seja para orientar os pescadores no manejo adequado dos recursos pesqueiros, seja para desenvolver projetos específicos de interesse dessa população. Além disso, quando pensamos em extensão pesqueira para o desenvolvimento local, há que se considerar outras atividades produtivas do lugar. A extensão pesqueira hoje está voltada para um tipo de intervenção social que abrange a pesca não apenas na sua especificidade, mas igualmente na relação do que é específico na pesca com outras atividades produtivas, no local e a partir dele. Isto significa dizer que, em se tratando de pesca para o desenvolvimento local, a extensão pesqueira assume na contemporaneidade uma dimensão mais complexa do que foi no passado, tendo em vista os desafios socioambientais e de exclusão social contemporâneos. Nesse sentido, a extensão pesqueira é chamada a mobilizar as populações desfavorecidas que vivem da pesca artesanal e da aquicultura para o enfrentamento da pobreza e da questão ambiental; articular parcerias com organizações governamentais e não governamentais; alimentar redes de comunicação com setores ligados ao conhecimento da pesca regionais, nacionais e internacionais; articular a atividade pesqueira com outros setores produtivos, no enfrentamento dos problemas locais.

No momento em que se discute no cenário internacional, e no Brasil, a depleção dos recursos pesqueiros, a extensão pesqueira para o desenvolvimento local pode se constituir, pelo conceito contemporâneo, num esforço para instaurar um processo de gestão pesqueira compartilhada. Aspecto que, ao que parece, não vem sendo contemplado pelas políticas públicas atuais para o setor pesqueiro, se considerarmos o desenrolar dessas políticas em Cabedelo, na Paraíba. Um passo importante para reconduzir tais políticas públicas está acontecendo, ainda que de forma insuficiente, por iniciativa das universidades e dos movimentos sociais. Ampliar esses conhecimentos gerados no campo da extensão pesqueira para o desenvolvimento local transformando-os em políticas públicas, eis a questão mais urgente.

Referências

- BRASIL. Casa Civil. *Decreto n. 5.231*, de 6 de outubro de 2004. Dispõe sobre os princípios a serem observados pela administração pública federal na criação, organização e exploração de Terminais Pesqueiros Públicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5231.htm>. Acesso em: 20 nov. 2008a.
- _____. Ministério da Educação. *Termo de Cooperação Técnica n. 02/2006*, que entre si celebram o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, no âmbito da Política para a formação humana na área da pesca marinha, continental e aquicultura familiar. Disponível em: <http://web3.cefetcampos.br/aquicultura/seminario-nacional/TCT%2002_2006.pdf/view>. Acesso em: 12 nov. 2008b.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Programa pescando letras*. Proposta pedagógica para alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/secad_pescandolettras.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR). *Projeto: Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal*. 2004. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/pdf/fabricadegelo_projeto.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap-PR). *Programa Pescando letras*. 2005a. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/pescando/apresentacao.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap-PR). *Programa Feira do Peixe*. 2005b. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/feiradopeixe/index.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap-PR). Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional. *Programa Profrota Pesqueira*. 2005c. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/Novo_Profrota/html2/historico.html>. Acesso em: 24 nov. 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap-PR). *Ata de Reunião entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR)*. 2006. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/feiradopeixe/html/2_%20ATA_final.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap-PR). *Instrução Normativa n. 18*, de 25 de agosto de 2006. Altera o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel adquirido para o abastecimento de embarcações pesqueiras nacionais e dá outras providências. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/html/PARA%20SITE/IN%202006/PDFs/IN_18_Oleo%20diesel.pdf>. Acesso em: 12 nov. de 2008c.
- CABEDELLO (PB). Secretaria de Pesca e Meio Ambiente. *Relatório: Seminário de Gestão*. [Cabedello], 20 maio 2008.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDIA RURAL. *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço, 2003. p. 223-236.
- CARVALHO, Felipe Eduardo A.; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, no Estado de Pernambuco, 2003-2006. *Interações*, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 65-76, jan./jun. 2008.
- CONAPE. *Resoluções da 3ª Plenária do Conape: Comitê Temático Permanente n.3 - comercialização e infraestrutura*. 2005. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/pdf/conape/CTP3_2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- ECOPLAN. *Plano Operacional Para a Instalação de Dispositivos de Exclusão de Arrasto e Recrutamento de Lagostas*. Cabedello (PB), 2005.
- FRANCO, Augusto de. *Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política, 2001.
- GOOGLE EARTH. 2008. Disponível em: <<http://maps.google.com/maps?ll=-7.0050604,-34.832221&z=12&t=h&hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília : IICA, 2001.
- PARAÍBA. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Superintendência da Paraíba (Seap-PR/ PB). *Principais ações na Paraíba, 2002-2007*. Lâminas cedidas pelo próprio órgão. 2008.
- PRORENDIA RURAL-PE. *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço, 2003.

Teoria e prática

Comunidades urbanas:
investigação e avaliação



A Brazil-Quebec joint venture on universities and participatory development

Gaëtan Tremblay*
Marcelo Marinho**

Recebido em 25/10/2009; revisado e aprovado em 25/1/2010; aceito em 26/2/2010

Following OECD's experts, whose theory has been adopted by most of Western governments, ongoing economic systems and contemporary societies rely more and more on the production and the control of knowledge. In modern societies, universities have been for a long time linked to economic, cultural and social development. Nowadays, their role as training and research centers is reinforced by the needs of the so called information and knowledge society, regarded as the closest future paradigm of both social development and wealth production (PETRELLA, 2000). The access to higher education and the creation of suitable conditions for the production and circulation of significant knowledge have become centre pieces of responsible development, in the rich countries as well as in the poor ones.

On another side, universities are in crisis almost everywhere in the world. They face serious financial difficulties, particularly in the public sector. Voices from different social groups invite them to reconsider their role in the new knowledge society, forecasted and legitimated by the World Summit on the Information Society, held in Geneva (2003) and Tunis (2005).

Although it is well known that the improvement of accessibility necessarily implies an increase in financial resources and a policy facilitating the participation of the marginalized people, the concrete mechanisms which support the transfer and the diffusion of knowledge are much less documented. They are however the object of constant concerns, in particular in certain innovative programs (for example: in local development, in environmental sciences, in tourist studies), and give rise to new

researches and exploratory experiments aiming at promoting exchanges between the universities and the communities they serve.

Brazil and Quebec have been particularly fertile composites in this respect. On the one hand, the « Université du Québec » network has been, since its inception at the end of the Sixties, a rich ground in experimenting new relations between the universities and the communities where they evolve, in terms of training as well as research. In addition, for a few years, the federal and provincial research-funding councils have adopted specific programs to encourage such initiatives. On the other hand, Brazil is home country to Paulo Freire, one of the most important thinkers on education in the twentieth century, originator and promoter of the pedagogy of autonomy and anchoring in the socio-economic reality of learning his theories have won large international recognition and inspired various Brazilian experiments.

Canadian professor Harold A. Innis accomplished pioneering work when he published his reflexions on universities' social responsibilities in the years 1940-1950. « The universities must concern themselves with the living rather than with the dead »¹, he professed. But he believed these academic institutions should keep at arm's length the social, political and economic spheres to remain « objective », « unbiased ». As wrote William Westfall, « he invested in the university the same sacred character that his Victorian ancestors had placed in the institutions of Ontario Protestantism. The graduate school, like the church, might be in the world, but it was not of it. It drew its essence from a source of knowledge that was

* Université du Québec à Montréal.

** Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

above time and place»². Other academics from various disciplines, extending the evolutionist theory to societies, applied a diffusionist approach to development, trying to export the knowledge and the solutions adopted by Western Europe and North America. Since the seventies, these modernist, paternalist and neocolonialist models of the Post-war period have been severely criticized and disputed. They gave way to more participative, more respectful approaches to sociocultural diversity, autonomy and responsibility of the local communities.

The educational institutions, at which forefront the universities stand, are directly challenged and invited to yield their share in order to improve the population wellbeing. New functions, named services to the community, emerge progressively and the academics are often solicited to take part in projects and programs of local development. How to meet these new needs in full respect for the fundamental characteristics of universities' mission, that is to say the production and the transmission of the knowledge? How to do it equally in full respect for the communities' know how? These are central questions to people working in these new perspectives.

Our paper addresses these questions in three steps. The first one presents the Université du Québec à Montréal (UQAM) expertise and contribution to community services. The second one is dedicated to the Dom Bosco Catholic University involvement in participatory development. The third one explains the joint project initiated by the Center for Enquiries and Researches on Brazil (CERB), and supported by SSHRC³, involving four Quebec universities⁴ and five Brazilian ones⁵ in sharing their knowledge regarding the role of universities in local and regional development.

1 UQAM's know-how regarding « services aux collectivités »

The University of Quebec in Montreal (UQAM) has been created in 1969, in the mood of an historical period characterized by intensive *aggiornamento* on the campuses of Western Europe and North America

aiming at redefining the society in general, and the universities in particular. Right at the beginning, «participation» has been identified as a core value of its structure and functioning. The students have been invited to participate to the curriculums' management on an equal basis with the academics. The professors have been involved at every level of the organization, representing a heavy weight in the decision process regarding all academic matters. And their working load has been defined as including not only teaching and research but also services to the community. Their commitment to participation is so strong that they went on strike for four months in 1976 to resist an attempt by the administration to reduce the power of the « Commission des études », the central committee ruling teaching and research activities on which all groups in the university have a voting representation (students, academics, administrators, clerks).

The UQAM has played a pioneering role in the promotion of community services, involving academics who develop and manage training and research projects in partnership with community and popular groups, voluntary and autonomous associations, groups of women, workers' unions and other NGOs. The UQAM considers that providing services to the community is an essential part of its mission as a public service. The university adopted an official policy organizing and facilitating services to the local community as early as 1979. This policy led to the creation of a specific office, called « le service aux collectivités » (SAC), whose mission is to promote and coordinate professors' and students' collaborative initiatives with different social groups. The SAC's team includes, in 2007, a full time chairperson, four full time professionals (development agents) and one administrative officer. The SAC's activity is oriented and supervised by an institutional committee (CSAC) of eight academics representing the eight UQAM's faculties and an equal number of outside representatives from different social groups.

The SAC is structured in three « divisions » corresponding to the three categories of partners whom the UQAM's

academics are mainly working with: the workers' unions, the women's associations and the community groups. The projects, always defined jointly by professors and social actors, include either training, research or diffusion activities responding to local needs. The SAC is typically an agency devoted to participatory development. Every activity supported by its members finds its origin in a social group request, be it a union, an association or a community. The teaching contents and methods are designed to meet expressed needs (for example: how to deal with the medias? how to organize meetings? how to facilitate collective work?), the research usually follows action research models (the group participates to the definition of the objectives and, according to every particular case, is more or less involved in the research process) and the diffusion activities are organized in partnership.

The expression of the social needs usually follows one of two paths, either through an academic already in touch with the requesting social group or through one of the four full time development agents working on a regular basis with the unions, the women movements or the community groups. In the first case, the researcher asks the SAC for institutional support, in the second one, the SAC's development agent tries to find a teacher or a researcher that would accept to meet the social request. Of course, the expression of needs is not always clear and precise. It usually gives rise to a discussion between the social group, the academics and the SAC's professionals leading to an elaborated and structured proposal. It even occurs that ideas are suggested to the social group by the researcher when both have developed a stable relationship. These interactions are essential to the participatory development process. The social group is given the opportunity to explain its needs and priorities and the academics can contribute their say, avoiding to fall into a mere market relation between a client and a provider.

One can get detailed information regarding these activities consulting the SAC's annual reports⁶. To give an idea, here are some typical training activities organized

over the 2002-2005 period with the financial support of the Quebec Ministry of Education :

- *Feminism, citizen participation and the reform of democratic institutions*, led by Professor Jocelyne Lamoureux, Department of Sociology. Done in cooperation with a group called Collectif Féminisme et démocratie, this project has led to the creation of a website⁷ on Women and Democracy, still running in 2007, providing useful information and documentation relevant to democratic participation. It pays particular attention to the debate regarding electoral reform.
- *Citizen appropriation process of economic and social human rights in Quebec : understanding and giving reality to human rights*, led by Professors Lucie Lamarche and Georges Lebel, Department of Law Sciences. This project has been conducted on request of La ligue des droits et libertés du Québec to help various community group to dialogue with experts on the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, and further to identify violations of social and economic rights.
- *Women, learning technologies and distance training*, led by Professor Nicole Lebrun, Department of Education and Pedagogy. A partnership between the university and five feminist groups⁸ which aims to empower, through online training, women in the process of eliminating illiteracy in their search for a job and adult women in the process of professional reorientation. Their website⁹ is still running in 2007. This project is grounded in a related theoretical research undergone by the same team.
- *Technologies of human reproduction : genesis, issues, risks and alternatives*, led by Professor Louise Vandelac, Department of Sociology. This training project, answering a request from La Fédération québécoise pour le planning des naissances, is designed to inform people from various social groups about the risks of new human reproduction technologies.
- *Sex workers, beyond prejudices : live and work in good health, security and dignity*, led by Professor Mensah Maria Nengeh,

School of Social Work. In cooperation with the Stella group¹⁰, this project is aiming to increase knowledge and circulate information on the sex workers' health and operating conditions. It also helps concerned people to intervene in public debate and on policy issues.

The university financial contribution to training activities takes the form of lightening some faculty members' teaching load. During the 2002-2005 period, the UQAM invested the equivalent of 32 regular classes, i.e. 1 440 teaching hours, in training activities to the community.

Among the various research activities, let's quote:

- *The modernization of Notre-Dame Street*, led by Professors Donna Mergler, Department of Biological Sciences, and Laurent Lepage, Environmental Sciences Institute. Following the request of a Montreal neighbourhood citizen committee¹¹, a comparative research has been conducted from 2001 to 2005 on the impact of urban transport infrastructure constructions on human health. A report has been produced and circulated.
- *Public action and issues regarding wastes ecological management*, led by Professor Laurent Lepage, Environmental Sciences Institute. Initiated by the Front commun québécois pour une gestion des déchets, the research assessed the efficiency of public mechanisms designed to raise citizen consciousness regarding recycling.
- *Support networks in workers' unions*, led by Professor Denis Harrisson, Department of Organization and Human Resource. An action research, initiated on request by the Confédération des Syndicats Nationaux (CSN), to evaluate the operation and users' satisfaction of the support networks created by the CSN in the Montreal area to help workers facing important changes in their working conditions and to suggest ways of consolidating and improving these support networks..
- *Information practices in women's groups*, led by Professor Sylvie Jochems, School of Social Work. On request of the Centre d'éducation des adultes et de la condition féminine, this action research intended to identify the information activities in women's groups, to assess their coherence and to suggest ways of fomenting the democratization access to knowledge in the feminist movement in the context of the information society.
- *The invisible which hurts: Globalization and working women's health*, led by Professors Karen Messing and Katherine Lippel, CINBIOSE. An important research program integrating many different projects (26 were ongoing in october 2007) on various aspects of working women's physical and mental health, focusing on the impact of globalization, conducted by the Centre d'étude des interactions biologiques entre la santé et l'environnement de l'UQAM in partnership with the three large Quebec Unions' federations (CSN, CSQ, FTQ)¹², which has produced many significant reports. Over the years, the CINBIOSE, whose most prominent members have also developed projects in Brazil, has become a key player in developing fruitful partnership between Quebec's unions and the academics on workers' health.

The university involvement is also financial. As shown in table 1, the UQAM's contribution to subsidizing the activities reached 12 % in the year 2004-2005. However, the major part of the funding comes from research granting agencies like the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC), the Conseil Québécois de la Recherche Sociale (CQRS) and different provincial or federal governmental departments. The total budget reached more than a million dollars in 2004-2005 (Table 1).

Table 1 - UQAM's share (internal funding) in the global financing of research projects, Service aux collectivités 2002-2005¹³.

	2002-2003	2003-2004	2004-2005
Financement interne: Volet 2 du PAFARC	40 926 \$	45 000 \$	47 877 \$
Financement total de la recherche	446 002 \$	495 903 \$	389 616 \$
% venant du financement interne à l'UQAM	9%	9%	12%

Source: Le Service aux collectivités de l'UQAM, *Rapport d'activités 2002-2005*, p. 21

PAFARC: Programme d'aide financière à la recherche et à la création

Table 2 - Global Financing of activities, Service aux collectivités de l'UQAM 2002-2005

Activités	2002-2003	2003-2004	2004-2005
Formation	200 559 \$	324 022 \$	391 135 \$
Recherche	446 002 \$	495 903 \$	389 616 \$
Diffusion/Expertise	33 700 \$	10 650 \$	309 800 \$
Total	680 261 \$	830 575 \$	1 090 551 \$

Source : Le service aux collectivités de l'uqam, *rapport d'activités 2002-2005*, p. 21

PAFARC : Programme d'aide financière à la recherche et à la création

The SAC has achieved remarkable results over more than a quarter of century. It has developed and applied successfully formal protocols to facilitate and regulate partnerships with workers' unions, community groups and women's associations. Of course, its activities have raised questions and met difficulties. Even in a university dedicated to increasing accessibility and open to social innovation, the old opposition between scientific quality and social relevance has fed many debates. Action research as a trustable scientific methodology still raises doubts among colleagues. An important step forward has been made when SSHRC adopted his policy to favor community university research alliances (CURA), providing significant financial support and giving official acknowledgment to the efforts undertaken by agencies like the SAC. But research teams like the CINBIOSE are still confronted to the funding agencies structures and policies that usually allow little room to multidisciplinary

work. It is quite impossible for them, at the moment, to be recognized as official research centers and to get access to the related grants.

SAC's members are often perceived as isolationist by the rest of the UQAM's community, to such a degree that the improvement of relations with other academic units has been identified as a priority in the two last SAC's Activities Reports 2000-2002 and 2002-2005. The efforts undertaken in direction of the faculties and other administrative levels have produced positive results. But the danger remains that the SAC's activities be looked like « special », « different », « secondary », in comparison to traditional teaching and research so that the explaining and convincing work is not over.

Recruiting researchers, especially young ones, to fulfill services to the community is a difficult task at the moment. The pressure for academic achievement in a context of acute competition pushes most colleagues towards activities more rewarding for their

career progression : research grants applications and publishing in well known journals. It leaves little time even to the most motivated ones. To favour this mission of public service, it is absolutely necessary to adopt a promotion policy that gives equal load to services to the community and traditional research and teaching in the assessment of academic performance.

The SAC suffered huge budget cuts in 2002, having in particular to reduce the number of professionals working full time to search money for and to coordinate the many ongoing training and research projects. Giving the new financial problems facing UQAM in 2007, one fears further cuts in the allocation of resources to this service in the coming years. If the Quebec government does not quickly increase public subsidies to the universities, activities serving marginalized groups will be more damaged than the traditional ones. It would be quite depressive to return a quarter century backward.

2 Communitarian universities, participatory development and research-action within the Pantanal and Cerrado region (Brazil)

In Brazil, a huge number of participatory development projects are led by communitarian universities, an innovative form of institution born some decades ago in the vacuum left between state-funded universities and private education enterprises. Whether they are secular or confessional, those universities are managed under the responsibility of nonprofit associations or foundations, under some conditions that reassert their belongingness to the Third Sector, i.e. to the social sector set between private and public institutions, between profit-driven businesses and government services. The Third Sector includes organisations such as cooperatives, non-profit associations or non-governmental organisations, with strong social commitments that lead them to reinvest their surpluses into their own organisation or into the surrounding community, rather than distributing profit to owners or shareholders.

The Brazilian National Congress describes the communitarian universities as praiseworthy with regard to public interest

educational services, since they devote their surpluses to academic purposes and social projects (ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 300). The 54 Brazilian communitarian universities are organized under a national wide association (see www.abruc.org.br), that includes secular and confessional institutions, professional cooperatives or community lead educational initiatives.

Furthermore, Moacir Gadotti (1995, p. 5) sustains the idea that both state-funded and communitarian universities set their core difference on the financial funding structure rather than on pedagogical, social and political projects : the communitarian's action profile reflects widely its «character committed to public, social and communities matters». It's important to stress their contribution to the democratization of higher education access, thus to the very Human Development Index improvement in that South-American country, by means of multiplying available university seats and innovative courses. In Brazil, the catholic institutions are committed to those goals, as well as to research on social matters. By the way, in the last five years national polls based on scientific research indicators rank catholic universities amongst the most productive institutions everywhere in Brazil, surpassing by far all the corporate education firms. This fact could also stresses the communitarian character of the Brazilian catholic institutions, eventhough these polls do not take into account the participatory development projects lead by catholic universities.

Among the Brazilian communitarian universities, the Dom Bosco Catholic University (UCDB) plays a prominent role, for its research-action projects developed within traditional and underprivileged communities, such as Amerindian or Quilombola groups (the latter being originated from century-old organized settlements laid down by runaway Black slaves, in many cases absorbing bunches of deprived Amerindians, Whites and a wide range of mixed blood people). Henceforth, UCDB's mandate is strongly entrusted to serve the surrounding population on critical issues, such as social, cultural and political development.

UCDB spreads itself throughout three *campi* in Mato Grosso do Sul, the Brazilian state (which total area reaches nearly 358000 sq km/138000 sq mi) that shares wide international borders (1200 km) with Paraguay and Bolivia, and national borders with the states of Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, and Mato Grosso. This state, which economy is based on cattle production and corporate agrobusiness (with special and up-to-date accent on bio-fuel technologies) brings forth a Human Development Index (HDI) of 0,848 (in 2005), the fifth position (out of 27) in Brazil. However, the HDI-M unveils huge asymmetries in regional and local development, mainly with regard to the traditional communities. Since this unequal distribution of wealth is related to the deterritorialization of historical human settlements, the intra-regional social gap could be seen as the reverse result of public policies with respect to Western Brazil occupation and colonization, mainly in the course of 20th Century.

Regarding the sound and fast depopulation of Amerindian groups in that vast territory, Antonio Brand (2007) underlines the fact that in "Mato Grosso do Sul State, region crisscrossed by the megadiverse biomas of Pantanal and Cerrado, the Amerindian population is estimated at around 60000 people, nearly 10% of the whole Native population in Brazil", which raises to some 700000 people, according to the 2000 national census. Bearing the second largest aboriginal population in Brazil, Mato Grosso do Sul is quite megadiverse even on the matter of culture: those 60000 Amerindians are broadly distributed among seven autonomous Nations, with their own specific languages and cultures: Kadiwéu, Ofaiet, Terena, Guarani-Kaiowá, Kamba and Atikum.

To sketch out an illustrative parallel between North and South America, the Province of Quebec sums up a population of around 80,000 Native dwellers in 2005 (out of a 800,000 Canadian total), most of whom actually face challenging social stakes even nowadays, precisely alike their Southern ethnic counterparts: deterritorialization, socio-cultural deconstruction, various chemical addictions, prostitution, juvenile and

adult suicide, low education rates, disproportionate HDI, starvation. Quebec and Mato Grosso do Sul, amidst other geographic regions throughout the Americas, have a large and justified interest in sharing their respective experiences and knowledge related to those social issues.

The UCDB's academic researchers are strongly committed to the Pantanal and Cerrado region development. Articulated around the Masters Program in Education and in Local Development (both of which are periodically and systematically evaluated by the Federal Ministry of Education), as well as scientific journals and research-action projects, the academic and social activities are accomplished through a widely multidisciplinary team. Agronomists, anthropologists, communications specialists, economists, educationists, forester engineers, geographers, historians, jurists, linguists, literature specialists, managers, psychologists, sociologists are those who develop their research-action works conjointly with the traditional communities, in a fair and fertile intercooperation.

As a matter of course, indigenous students have started taking into their own hands important shares in research programs, from both Scientific Initiation Program (a national project designed to forge young researchers through scholarships and grants) and Undergraduate Final Work to the UCDB's Masters Programs. As a consequence, in the course of the last five years, four Native individuals were granted a Master's degree by UCDB, while one of them was utterly admitted into a Doctorate program, besides taking the direction of the Indigenous National Foundation regional office. Those students are firmly encouraged to work within their communities, in order to disseminate their experience and multiply the number of future students, researchers and development agents.

Despite the short period of time - ten years - spilled out since the creation of the University and its Masters Programs, the results are much more than just promising. In 2007, the staff's strong commitment has led to the creation of the undergraduate courses « Agroecology in Indigenous Territories », designed exclusively for Native

individuals (50 students are admitted each academic year). Furthermore, the « Traditional Indigenous Education » courses meet the needs and requirements of Native teachers to develop pedagogical instruments based on Amerindian culture. In every other faculty branches at UCDB, Native students are granted scholarships (60 in 2007), in addition to special support (reinforcement classes, personal advising, class materials, documentation center, computer lab), in order to ensure their access to new technologies as well as the continuation and conclusion of their undergraduate studies. To keep this policy working properly, UCDB has found partners in public, private and in the third sector, through organisms such Ford Foundation, UNICEF, various NGO's, federal ministries and state secretaries.

The role played by those researchers on traditional societies is to contribute to the production of knowledge related to the conditions under which some Amerindian communities struggle to subsist in South America. On the other hand, those studies are conceived and accomplished also to recover traditional knowledge and practices, extremely important factors leading to participatory sustainable development, whether regionally (Pantanal and Cerrado), nationally or globally. That academic work results in the revalorization of cultures longtime depreciated through the colonization historical process, and it helps to redress and preserve the cultural megadiversity in Brazil. Moreover, it enhances the Native communities self-knowledge, self-esteem and feeling of belongingness.

In that perspective, research-action projects are developed on a wide range of subjects, such as community gardens, traditional plants nursery, pisciculture, Amerindian languages and literatures, pedagogical means and materials, traditional handcraft, Indigenous teachers formation, sanitarian education, food security, women's empowerment, all of them nourished by and nourishing back a documentation center (on History, Law, Culture, Agriculture, Arts, Linguistics, Literature). In this two-way knowledge lane, those activities give birth to projects driven

to integrate Amerindian cultures in the UCDB's everyday life. Furthermore, the researcher team plans to publish bilingual editions of local Native literature, destined to sensitize young non-indigenous students, in addition to offering pedagogical means to Native language learning within the concerned communities. From this farsighted actions thread, according to Dr. Antonio Brand (chief coordinator of all UCDB's projects related to Indigenous communities), it's possible to take apart some staunch examples :

- *Extension activities Indigenous Agents*: This project support and train 40 Native agriculture technicians to assist their home communities on family-gardens maintenance and soil recovering, as well as on Native families assistance through women empowerment.
- *Experimental Research Units*: Laid down in Indigenous territories schools, these units are based on both teaching and research on traditional agricultural plant species, in order to instigate young Natives to develop alternatives for food production and processing. In addition, parallel activities are conceived and developed aiming to recover traditional handcraft (pottery, basketry, textiles, adornments) and awake craft entrepreneurship and forgotten abilities.
- *Undergraduate courses on Agroecology*: From 2007, the university offers a participative undergraduate course for Native individuals based on Indigenous traditional knowledge. Through documentation and research on traditional agriculture, the university combines academic activities with social practices in Indigenous territories. These activities are designed to improve Native self-confidence on traditional knowledge, and sensitize other ethnic groups on Amerindian know-how.
- *Point of culture* : This activity center is recognized and funded as an official "Point of Culture" by the Brazilian Ministry of Culture, among important performing arts and culture centers spread across many countries, all of them created to preserve and promote the cultures of Brazil. UCDB's "Point of

Culture” prepares Native teachers for basic and secondary school, through formalization and valorization of local Native culture and traditional knowledge.

- *Scientific journals*: Interações (Local Development, ISSN 1518-7012), Série Estudos (Education, ISSN 1414-5138) and Tellus (Indigenous social studies, ISSN 1519-9452) offer an academic space to discussions on subjects related to traditional communities, culture, and education.

The projects and actions related above have been granted an extraordinary acknowledgement at national and international levels, by means of prizes and funding support from organisms such as UNICEF, HWO, Ford Foundation, Oikos International, Fuji International, Brazilian Federal Ministries (Health, Culture, Education, National Integration), Brazilian National Funding Agencies (CNPq, CAPES), State and municipalities organisms, as well as from private sector. At the present moment, UCDB’s development programs aim to expand its foreigner universities interchange network. For this reason, UCDB develops, conjointly with the UQAM’s Brazilian Studies and Research Center, a large number of activities that include video conferences, mutual technical visits for researchers, co-publications, presential seminars.

3 The joint venture Quebec-Brazil on the role of universities in local development

The research project we are presenting here has been initiated by the Center for Enquiries and Research on Brazil (CERB), the only one research center on Brazil in the whole Canada. Created in 2001, it brings together a multidisciplinary team of about thirty Brazilianists, mainly from UQAM but also from other Quebec’s universities.

The CERB has been given the following mandate :

- To bring together professors, researchers and others interested in cultural, artistic, social, scientific, economical and technological developments in Brazil and, with this perspective, to strengthen Brazilian relationships with Canada and Quebec;

- To stimulate enquiry and research programs as well as the diffusion of information on Brazil¹⁴;
- To be a reference centre on Brazil for Quebecois and Canadian academic communities and their primary civil society partners (governments, private sector...).

The theoretical framework adopted by CERB’s researchers is inspired by Ignacy Sach’s ecodevelopment approach, which refers not only to ecological and economic dimensions but also to a social one. In this perspective, every local or regional development plan should try to comply with the following requirements :

- A horizontal approach and a decentralized management;
- A collective, comunitarian action;
- An active social participation;
- A coordination of various actors in the social, economic, cultural and educational spheres;
- A sense of public service dedicated to the bettering of the whole collectivity.

Our ongoing research project on the role of universities in local development has been prepared through a series of videoconferences, involving Brazilian as well as Canadian colleagues, all of them sharing the same values and goals with regard to the participatory development. It is anchored in an institutional structure likely to ensure its stability and continuity. The RUQFRIB network (Réseau universitaire québécois pour la formation, la recherche et l’intervention au Brésil), created in December 2005, which gathers more than twenty researchers of five constituent of the University of Quebec network, has located there its head office. Moreover, in March 2005, the UQAM signed a multilateral agreement with eight well established Brazilian universities. Later on, in 2006, the Universidade do Mato Grosso joined the network and UCDB has become in 2007 the 10th Brazilian institution applying to become a full member of this academic consortium, which the Brazilian collaborators to this project belong to¹⁵. This agreement, governed by an orientation council which meets at least once a year, creates in fact a network (called BRACERB) which will

provide excellent conditions for an ongoing cooperation. Moreover, the relations established by several members of the team with Spanish-speaking researchers make it possible to consider an extension of collaboration to other countries in Latin America. Lastly, the CERB is a partner of the Canadian Visiting Research Chair in Brazilian Studies, subsidized by the International Development Research Council (IDRC), gathering five Canadian universities (Calgary, Saint-Mary' S, UQAM, Western Ontario, York).

Our research, subsidized within the framework of the program "International Initiatives" of the Social Sciences and Humanities Research Council (SSHRC), proposes to identify these studies and practices, to share the resulting expertise, to push the reflexion a little further and to work out other innovating models regarding transferring and sharing knowledge. The objective is to allow the Brazilian and Québécois researchers and practitioners to take advantage of their reciprocal expertise but also to enable them to develop joint projects of intervention in other countries of the lusophone (Mozambique, Angola, Capo Verde, Guinée Bissau) and the francophone worlds (West Africa and Haiti).

The four canadian and the five brazilian universities' reseachers participating to our research program will proceed to a systematic study of the principal means adopted by the universities to ensure an active presence in their local communities and to support the transfers/exchanges of knowledge, in three specific areas of great current relevance (local development, environmental sciences and studies in tourism). Among all these means, we will give priority to the programs conceived specifically to meet needs expressed by specific social groups, to training and research activities runned by the institutional Services to the communities or Extension Services. They are usually conceived and led in collaboration with community organizations, non-profit-making associations and trade unions, under various forms of private/public or public/public partnership. Lastly, we will pay special attention to training courses

involving students' participation in local organizations or communities, offered by various programs, making the assumption that they constitute major paths for the transmission of knowledge and the exchange of information.

For each one of these means, we will proceed to an inventory of the relevant experiments conducted during the last ten years within the Québécois and Brazilian universities participating to the project. Case studies will focus on projects trying to achieve ecodevelopment in a participative way. We will make a systematic description, focusing on the conditions of realization, and we will look for the factors which favor or impede the exchanges of knowledge. On a theoretical level, we will review, in a critical perspective, the principal approaches refering to the transfer of knowledge (terminology and approach disputed by several authors), to the participative or collaborative training, to anchored research and to the use of the convincing data and the investigation of needs.

Interdisciplinarity seems to us an essential component of the innovative practices in the production and transfer of knowledge. The relations that already link one to the other the fields of local development, environmental sciences and tourist studies (durable tourism) explain why we selected these areas. Local development can certainly build on various economic sectors. We chose to stress the environmental and tourist areas because they registered important growth in the Brazilian and Québécois universities over the last years, in response undoubtedly to an increasing social request.

Brazil must face considerable challenges regarding urban development and environmental protection. Amazonia undergoes the attacks of deforestation and over-populated cities must face all the problems of great modern agglomerations (poverty, homelessness, violence, lack of housing, pollution, etc). Several Brazilian universities worked out programs to contribute to the resolution of these problems, focusing on local development, on the environment and on tourism. The Canadian universities can also contribute

their share. For its part, Canada, which must also face many environmental challenges as well as urban planning problems, can certainly draw lessons from the Brazilian history as well as from Brazilian universities innovative experiences.

The whole project pursues the following goals:

- To confront various approaches on the role of universities in the development of local communities
- To identify the conditions favourable to exchanges and transfers of knowledge
- To discuss the finalities of the convincing data
- To specify the conditions to preserve scientific freedom and the autonomy of the universities
- To identify modes of evaluation of request and needs
- To inventory the methods evaluation of the quality of services to the population
- To propose indicators of impact of the universities in local development.

Our project implies the participation of seventeen Brazilian and Canadian researchers working in various disciplines. M.A. and Ph.D students in social sciences, particularly those which are under supervision by one of the participating professors in the project, are invited to take part to the videoconferences, the seminars and the conferences. The results of our comparative analysis will also enrich the content of courses and seminars given by the professors involved in the project, reaching a few hundreds of students, in Brazil as in Quebec. We also hope to support the production of theses on the topic of the transfers/exchanges of knowledge and on the role of universities in local development.

Conclusion

The University of Quebec network has been, since its creation at the end of the Sixties, a stimulative institution for developing innovative programs and experimenting new forms of relationships to the local communities.

Brazil has, for its part, a strong tradition of popular education. Since the years 1980, researchers work with

organizations of local development to reinforce integration between theory and practice. For example, many universities have created "extension services" to help their professors and researchers to get involved in activities of teaching and research adapted to the community's needs. The courses and research projects are jointly elaborated with leaders and professionals of local development to solve their problems and gaps. The idea is that the community can use and adapt specific knowledge produced in the universities likely to have an immediate utility (WANDERELY, 2002; 133). A sound example of Brazilian universities' intervention in the community is given by the Unitrabalho experiment initiated when 32 universities signed protocols with trade-union federations empowering multidisciplinary local centers to develop consultation, training and research activities.

Brazil has also become an important partner in ecological research. It has been one of the first countries, for example, to adopt a national policy for the management of water. A recent inventory enabled us to identify, in the nine Brazilian universities taking part in the BRACERB network, an impressive number of graduate studies programs related to our research project's main topics: three (3) programs on local/regional development; nine (9) programs in environmental studies; one (1) specializing in tourism, one (1) program in remote teaching and four (4) programs in city planning.

This research process will make it possible to feed the development of a graduate program in local development, as well as the design of intervention and research projects aiming at the improvement of the living conditions of urban communities in the Brazilian Nordeste. Moreover, it will produce other outputs like running a website throughout the duration of the project; and publishing a book, in both French and Portuguese, standing for our two conferences Proceedings. We also plan to extend the benefits of the expertise developed in Brazil and Canada to countries with low scores on the scale of human development indicator (UNDP, 2006) and

where we have contacts, in the francophone area (Haiti and West Africa) as well as in the lusophone one (Angola, Mozambique, Guinea Bissau), by contributing to the setting-up of programs implying universities in local development.

Notes

- ¹ Innis, H. A. (1951), *The Bias of Communication*, Toronto, The University of Toronto Press, 1977, p. 195.
- ² Westfall, William (1981), « The Ambivalent Verdict : Harold Innis and Canadian History », in *Culture, Communication and Dependency*, Melody, W., Salter, L., Heyer P. (ed.), Norwood, Ablex Publishing, p. 44
- ³ We express our gratitude to SSHRC for the allocation of the grant number 861-2006-2088.
- ⁴ The Université du Québec en Outaouais, the Université du Québec à Montréal, the Université du Québec à Trois-Rivières and the Télé-Université.
- ⁵ The Universidade Federal de Santa Catarina, the Universidade Federal de Minas Gerais, the SENAC of São Paulo and the Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande.
- ⁶ <http://www.sac.uqam.ca/>
- ⁷ <http://www.feminismeetdemocratie.ca/>
- ⁸ Le Centre de documentation sur l'éducation des adultes et la condition féminine (CDÉACF), Nouveau Départ National, l'Association féminine d'éducation et d'action sociale (Afeas), le Regroupement provincial des maisons d'hébergement et de transition pour femmes victimes de violence conjugale et Relais-femmes.
- ⁹ <http://www.fadafem.ca/>
- ¹⁰ <http://www.chezstella.org/>
- ¹¹ La Table d'aménagement du Quartier Hochelaga-Maisonneuve.
- ¹² Confédération des Syndicats Nationaux, Centrale des Syndicats du Québec, Fédération des Travailleurs du Québec.
- ¹³ In June 2007, one canadian dollar is worth 0.95 american dollar and 0.70 euro.
- ¹⁴ Among other activities, the CERB organized, in collaboration with the Institute of Environmental Sciences, from March 30 to April 1, 2005, a forum entitled BRAZIL SCIENCES AND SOCIETY, which was held in the Montreal's Biodôme of Montreal. It also organized, with the Brazilian association INTERCOM, two conferences Brazil Canada in communications, the first one in Salvador de Bahia in September 2002 and the second one in Montreal in October 2005. The different constituents of the University of Quebec network have developed over the years a widely acknowledged know how on services to the communities and in the creation of programs of local or regional development. One finds there a great concentration of competent resources in environmental sciences, in education relating to the environment, in tourist studies, in public policies, in communications and remote training (TÉLUQ), working at the Institute of environmental sciences, at the Heritage Institute, at the International Research Training Center in tourism (CIFORT), at the

Canadian Research Chair in Education relating to the environment and at the Chair on Tourism of the École des Sciences de la gestion (Management Sciences School).

- ¹⁵ The UCDB and the CERB have been cooperating together since 2004, starting with Professor Marcelo Marinho's two year period working as a Lecturer in Brazilian culture at UQAM.

References

- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Atas das Comissões*, n. 96. Brasília, Congresso Nacional, 1987.
- BERKES, F.; FOLKE, C. *Linking social and ecological systems. Management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge : Cambridge University Press, 2000. 459 p.
- BETTEZ, Monique. *La recherche universitaire, vecteur du développement endogène régional: le cas de l'Université du Québec à Chicoutimi au Saguenay-Lac-Saint-Jean*. Thesis in Master of Sciences. Chicoutimi, UQAC, 1999.
- BRAND, Antonio. *Povos indígenas na região do Pantanal e do Cerrado: desenvolvimento participativo, universidades e pesquisa-ação*, 2007. Available in: <<http://www.unites.uqam.ca/bresil/Francais/Nouvelles/brandUQAM2007.pdf>>. Accessed: 14 jan. 2007.
- BRETTON, Gilles. *Globalisation et universités*. Paris : UNESCO; Québec : Presses de l'Université Laval, 2003.
- BRETTON G.; LAMBERT M. (Eds.). *Globalisation et université*. Nouvel espace, nouveaux acteurs. Paris, Economica, 2003. 264 p.
- BRUNET, N. Elaborating an integrated and participatory model for ecodevelopment in coastal zones. In: VIEIRA, P.F. (Org.). *Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras*. Enfoques e experiências na América Latina e no Caribe. Florianópolis: APED, 2003. p. 373-384.
- COIMBRA, A. *O outro lado do meio ambiente*. Campinas, Millennium, 2002. 527 p.
- DELORS, Jacques. *L'éducation pour le XXI siècle, questions et perspectives*. Contributions à la Commission internationale sur l'éducation pour XXIe siècle. Paris: UNESCO, 1998.
- DESGAGNÉ, Serge. La participation de l'utilisateur, praticien ou citoyen, à la production d'un savoir crédible: une aventure incontournable. In : SAUVE, L.; ORELLANA, I.; VAN STEENBERGHE, E. (Dir.). *Éducation et environnement*. Un croisement de savoirs. Collection Les Cahiers scientifiques de L'ACFAS. Montréal: ACFAS (Association francophone pour le savoir), 140, 2005. p. 175-186.
- DOWBOR, L.; TAGNIN, R.A. (Org.). *Administrando a água como se fosse importante*. Gestão ambiental e sustentabilidade. São Paulo, SENAC, 2005. 290 p.
- FONTAN, J.M.; KLEIN, J.L.; TREMBLAY, D.G. *Innovation sociale et reconversion économique*. Le cas de Montréal. Paris: L'Harmattan, 2005.
- _____. Collective Action in Local Development: the Case of Angus Technopole in Montreal, *Canadian Journal of Urban Research*, v. 13, n. 2, p. 317-336, 2005.

- FREIRE, Paulo. *Pédagogie de l'autonomie: savoirs nécessaires à la pratique éducative*. Translated by Jean-Claude Régnier. Ramonville-Saint-Agne: Erès, 2006. 191 p.
- _____. *Teachers as Cultural Workers: Letters to Those Who Dare Teach*. Translated by Donald Macedo, Dale Koike and Alexandre Oliveira. Boulder: Westview Press, 1998.
- _____. *Pédagogie des opprimés*. Suivi de Conscientisation et révolution. Paris: Maspéro, 1977. 202 p.
- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. *O Município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: FPFL, 1999. 400 p.
- GADOTTI, Moacir. *Universidade estatal, Universidade comunitária: dois perfis em construção da universidade brasileira*. Available in: <www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti_Artigos/Portugues/Educacao_Brasileira/Universidade_estatal_.pdf>. Accessed: 14 jan. 2007.
- GOLDSTEIN, Reine. *Université et société: pour en finir avec un long malaise*, Paris: L'Harmattan, 2003.
- HARDOY, J.E.; MITLIN, D.; SATTERTHWAITTE, D. *Environmental problems in Third World cities*. London, Earthscan, 1992. 302 p.
- HUDON, Raymond. *Villes, régions et universités: les acteurs et leurs pratiques, compte rendu de la première édition des Rencontres Champlain-Montaigne*, Québec, 3-5 octobre 2001. Textes colligés par Raymond Hudon et Jean-Pierre Augustin, Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval ; Talence: Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 2002.
- INNIS, H. A. (1951). *The Bias of Communication*. The University of Toronto Press, 1977.
- JOYAL, André; MARTINELLI, Dante. *O desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo, Manole, 2004. 314 p.
- KLEIN, J.L.; MANZAGOL, C.; TREMBLAY, D.G.; ROUSSEAU, S. Les interrelations université-industrie à Montréal dans la reconversion à l'économie du savoir. In: Guillaume, R. *Globalisation, Systèmes productifs et dynamiques territoriales*. Paris: L'Harmattan, 2005. 328 p.
- KLEIN, J.L.; TREMBLAY, D.G.; FONTAN; J.M. Mundialización, acción colectiva e iniciativa local en la reconversión de Montreal. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y regionales*, v. XXIX, n. 86, p. 59-75, mai 2003.
- LEV ZIMMERMAN, Enrique. Savoir environnemental: épistémologie, rationalité et dialogue de savoirs. Enjeux et défis pour l'éducation. In: SAUVE, L.; ORELLANA, I.; VAN STEENBERGHE, E. (Dir.). *Éducation et environnement. Un croisement de savoirs*. Collection Les Cahiers scientifiques de L'ACFAS. Montreal: ACFAS (Association francophone pour le savoir), 140, 2005. p. 49-66.
- RAPOSO, Mário Lino; SERRASQUEIRO, Zélia Silva. O papel da universidade e o desenvolvimento regional. In: *Cadernos de Economia*. Available in: <http://www.cadernoseconomia.com.pt/ce71/mario_lino_raposo.pdf> Accessed: 30 jan. 2007.
- MARTELETO, Regina Maria e Silva; OLIVEIRA, Antonio Braz de. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. Ci. Inf. [online], v. 33, n. 3, p. 41-49. Available in: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1965200400030000>. Accessed: 30 jan. 2007.
- MORIN, Édgar et al. *Le défi du XXI siècle: Relier les connaissances*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- MATHIEU, N.; GUERMONT, Y. (Ed.). *La ville durable, du politique au scientifique*. Paris: Cemagref/Cirad/Iremer/INRA, 2005. 285 p.
- OCDE. *Global knowledge flows and economic development*. Paris: OCDE, 2004.
- _____. *Internationalization of Higher Education*. Paris, OCDE, 1996.
- _____. *Les technologies de l'information et l'avenir de l'enseignement post-secondaire*. Paris: OCDE, 1996.
- ORELLANA, Isabel. *La communauté d'apprentissage en éducation relative à l'environnement, signification, dynamique, enjeux*. Thesis in Philosophical Doctorate. Montreal: Université du Québec à Montréal, 2002.
- _____. L'émergence de la communauté d'apprentissage ou l'acte de recréer des relations dialogiques et dialectiques de transformation du rapport au milieu de vie. In: SAUVE, L.; ORELLANA, I.; VAN STEENBERGHE, E. (Dir.). *Éducation et environnement. Un croisement de savoirs*. Collection Les Cahiers scientifiques de L'ACFAS. Montréal: ACFAS (Association francophone pour le savoir), 140, 2005. p. 67-84.
- ORGANISATION MONDIALE DU TOURISME (OMT). *Le tourisme et la réduction de la pauvreté*. Madrid: OMT Press, 2002. 115 p.
- OMT. *Le tourisme et la réduction de la pauvreté – recommandation pour l'action*. Madrid: OMT Press, 2004. 47 p.
- _____. *La valorisation de l'apport économique du tourisme pour les communautés locales et la réduction de la pauvreté*. Madrid: OMT Press, 2002. 65 p.
- _____. *Le potentiel du tourisme comme stratégie de développement durable*. Madrid: OMT Press, 2005. 162 p.
- _____. *Vers un tourisme durable*. Madrid: OMT Press, 2005. 209 p.
- _____. *Développement durable du tourisme: Guide à l'intention des autorités locales*. Madrid: OMT Press, 1998. 194 p.
- _____. *Guide à l'intention des autorités locales pour le développement durable du tourisme: Volumes supplémentaires*. Madrid: OMT Press, 1999.
- _____. *Indicateurs du développement durable des destinations touristiques*. Madrid: OMT Press, 2004. 514 p.
- _____. *Le tourisme rural, une solution pour l'emploi, le développement local et l'environnement*. Madrid: OMT Press, 1997. 107 pages.
- PETRELLA, Ricardo. *L'éducation, victime de cinq pièges. À propos de la société de la connaissance*. Montréal: Fides, 2000.
- RIBEIRO, M.A. *Ecologizar. Pensando o meio ambiente*. Belo Horizonte: Rona, 1998. 390 p.

- SANZ, Nuria et Sjur Bergan. *Le patrimoine des universités européennes*. In: Enseignement supérieur du Conseil de l'Europe. n. 7, 2007.
- SAUVE, L.; ORELLANA, I.; VAN STEENBERGHE, E. (Dir.). *Éducation et environnement. Un croisement de savoirs*. Collection Les Cahiers scientifiques de L'ACFAS. Montréal: ACFAS (Association francophone pour le savoir), 140, 2005.
- SENGE, Peter. *The fifth discipline: The art and practice of the learning organization*. New York: Currency Doubleday, 1990.
- TREMBLAY, Diane-Gabrielle (Org.). *Formation et performance socio-économique; comparaisons internationales*. Québec: PUQ, 2006.
- _____. Virtual Communities of practice: towards a new mode of Knowledge sharing and learning? In: RUZICKA, R.; BALLANTINE, J.H.; SAN ROMAN, J.A. Ruiz (Ed.). *Key Contexts for Education and Democracy in Globalising Societies*. Prague: Accentura M Agency - Charles University, 2004. p. C117-124.
- TREMBLAY, Diane-Gabrielle et S. Rousseau. Politique d'aménagement et multimédia à Montréal; la reconversion par une gouvernance mixte. Dans Tremblay, Diane-Gabrielle et Rémy Tremblay (sous la dir., 2006). *La compétitivité urbaine dans le contexte de la nouvelle économie*. Québec: Presses de l'université du Québec, 2006.
- TREMBLAY, Diane-Gabrielle et P. Doray (2000, sous la dir.). *Vers de nouveaux modes de formation professionnelle? Rôle des acteurs et des collaborations*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2000. 278 p.
- TREMBLAY, Diane-Gabrielle et Jean-Marc Fontan. *Le développement économique local; la théorie, les pratiques, les expériences*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994. 579 p.
- TREMBLAY, Diane-Gabrielle. Le rôle des universités dans le développement économique: faire émerger les "facteurs invisibles" essentiels au développement, dans Université du Québec. *Le Québec urbain et celui des régions face à la nouvelle économie mondiale*. Sainte-Foy: Bureau des études prospectives et du développement/ Vice-présidence à la planification, Université du Québec, 1993. p. 50-84.
- TREMBLAY, Gaëtan. Redes de comunicación, Aprendizaje y Sociedad. In: BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco (ed.). *Economía política, comunicación y conocimiento: una perspectiva crítica latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones la Crujía, 2005. p. 123-148.
- _____. Les partenariats. Stratégies pour une économie du savoir. *Distances et savoirs*, Paris, v. 1, n. 2, p. 191-208, 2003.
- _____. Campus virtuels. Du Siècle des Lumières à l'économie du savoir. *Terminal*, n. 83, p. 33-45, 2000.
- _____. Prototypes de campus virtuel à l'Université du Québec. In: FICHEZ, Élizabéth; DECEUNINCK, Julien (Org.). *Industries éducatives, situation, approches et perspectives*. Lille, 2000. p. 167-176.
- _____. De l'enseignement à distance au campus virtuel. Enjeux de l'utilisation des TIC dans la formation universitaire. In: LECLERC, Michel (Org.). *Disparition ou réorganisation du travail?* Québec : Presses de l'Université du Québec, 1999. p. 78-96.
- UNDP. *Human Development Report 2006*. Beyond scarcity: power, poverty and the global water crisis. New York, United Nations Development Programme, 2006. 422 p. Available in: <<http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs/report/HDR06-complete.pdf>>. Accessed: 30 jan. 2007.
- UNESCO. *Vers les sociétés du savoir*. Paris: UNESCO, 2005.
- VIEIRA, P.F. Éducation pour l'écodéveloppement au Brésil: promesses et incertitudes. *Éducation relative à l'environnement. Chaire de recherche du Canada en éducation relative à l'environnement*, v. 4, p. 57-75, 2003. Montreal, UQAM.
- VIEIRA, P.F.; RIBEIRO, M.A.; FRANCO, R.M.; CORDEIRO, R.C. (Org.). *Desenvolvimento e Meio ambiente no Brasil*. A Contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998. 448 p.
- VIGOTSKY, Lev. *Mind in society: the development of higher psychological processes*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- SILVA, Enio Waldi da. Extensão e Desenvolvimento Regional: Discurso das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. In: 2^a CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *Anais...* 2004. Available in: <<http://www.ufmg.br/congrent/Avalia/Avalia3.pdf>>. Accessed: 28 jan. 2007.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. ONGs e universidades: desafios atuais. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002. p. 119-142.
- WESTFALL, William. The Ambivalent Verdict: Harold Innis and Canadian History. In: MELODY, W.; SALTER, L.; HEYER P. (Ed.). *Culture, Communication and Dependency*. Norwood: Ablex, 1981.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4º - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- § 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- § 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- § 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- § 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
- II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
- III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
- IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
- título em português, inglês, espanhol e francês;
 - nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - referências.
- II - Os trabalhos devem ser encaminhados para maugusta@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:
- arquivo no padrão Microsoft Word;
 - autorização para publicação (Art. 7ª), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares.
 - O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
- III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
- IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
- V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
- VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
- VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.
- Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 10 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

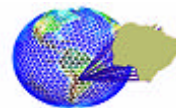
CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3594

e-mails: maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2010: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

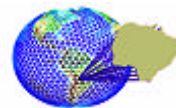
OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO).

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax (67 3312-3373), digitalizado por e-mail (editora@ucdb.br), ou pelo correio para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar o
meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Teassul,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em abril de 2010,
com tiragem de 1000 exemplares.